

Gentil da Silva Garcia Junior

**O POPULISMO DE ADHEMAR DE BARROS DIANTE DO
PODER MILITAR NO PÓS-64**

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de Ciência Política do
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de
Campinas sob a orientação do Prof. Dr.
Ricardo Maranhão

Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em

09/10/2001

BANCA

Prof. Dr. Ricardo Maranhão (orientador)

Prof. Dr. Antônio Pedro Tota (membro)

Prof. Dr. Valeriano Mendes F. Costa (membro)

Campinas - 2001



UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

20752102

UNIDADE 3e
 Nº CHARACT. T/ UNICAMP
G 165 p
 V. 52
 TOMBO BC/ 46996
 PROC. 76-392/01
 C ☐ D ☒ X
 PREÇO R\$ 11,00
 DATA 20/11/01
 N.º CPD

CM00161935-5

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
 BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

G 165 p Garcia Junior, Gentil da Silva
 O populismo de Adhemar de Barros diante do poder militar no
 pós-64 / Gentil da Silva Garcia Junior. -- Campinas, SP : [s.n.],
 2001.

Orientador: Ricardo Maranhão.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
 Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Barros, Adhemar Pereira, 1901-1969. 2. Governo militar –
 Brasil – História – 1964-84. 3. Populismo - Brasil. I. Maranhão,
 Ricardo. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de
 Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

RESUMO

Recuperar a trajetória do político paulista Adhemar Pereira de Barros (1901-1969), com especial ênfase no período aberto com o Golpe Militar de 1964. Adhemar de Barros foi um dos participantes mais ativo da conspiração que levou à queda do regime democrático brasileiro, marcado formalmente pela Constituição de 1946. Entretanto, a partir do golpe militar, foi gradativamente aliado de influência política no novo regime, culminando com a sua cassação política e posterior exílio.

As razões oficiais apontadas para o seu banimento foram acusações de corrupção e a sua oposição aos rumos cada vez mais autoritários do regime. Este trabalho não nega a validade destas determinações, mas as considera superficiais. Pondera que o ostracismo de Adhemar de Barros está inscrito dentro de um processo desencadeado com a vitória do projeto gestado dentro das Forças Armadas de tomada do poder e redefinição do processo político brasileiro. A condenação da “democracia populista” pelos militares pressupunha o banimento de políticos claramente com ela identificados, a salvo apenas aqueles que acatassem os ditames dos novos donos do poder. Adhemar de Barros não se submeteu e pagou com a sua cassação.

ABSTRACT

It traces the life history of the paulista politician, Adhemar Pereira de Barros (1901-1969), focussing on the period started with the Army Coup, in 1964. Adhemar de Barros was one of the most active participants in the conspiracy that caused the fall of the Brazilian democratic government, formally marked by the Constitution dated 1946. However, he gradually lost his political

influence in the new regime, culminating in political abrogation and further exile.

The official reasons for the banishment were accusations of corruption and opposition to the more and more authoritarian directions of the regime. It states that the validity of those determinations are not denied, but they are considered superficial. Adhemar de Barros ostracism is inscribed inside the process unleashed by the victory of the project, developed inside the Armed Forces, regarding the seizure of power and redefinition of Brazilian political process. The condemnation of the populist democracy by the militaries implied the banishment of politicians clearly identified with that group. Only politicians that accepted the statements from the group in power could be saved. Adhemar de Barros had not submitted to it and he paid out with his abrogation.

ÍNDICE

• Introdução	6
• Capítulo 1 - Adhemar de Barros e a Política de Massas	10
• Capítulo 2 - Conspiração e a queda de abril	40
• Capítulo 3 - A queda de Adhemar de Barros	58
• Conclusão	107
• Anexo	110
• Bibliografia	113

INTRODUÇÃO

Uma visão panorâmica da política brasileira no início dos Anos 60 aponta para a importância deste peculiar político populista que era Adhemar de Barros; ao mesmo tempo, mostra seu rápido desaparecimento após o Golpe de 1964. Este fato chamou-me a atenção, levando-me, neste trabalho, ao estudo das particularidades do relacionamento de Adhemar com a política de massas.

Por outro lado, esse personagem participa da liderança de uma importante e violenta mudança política: o 31 de março de 1964, com o seu cortejo de expurgos, intervenções e repressão.

Os líderes civis do golpe, Adhemar de Barros, Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, logo nos primeiros dias de abril, aparentavam ter substancial aumento de seus cacifes políticos, o que os colocava, no cenário eleitoral, como grandes nomes para a sucessão presidencial marcada para outubro de 1965.

Todos esses três homens tinham a convicção de que o espaço que ocupariam no novo núcleo de poder seria substancialmente relevante, dotando-os de grande poder político para pleitear a presidência da República. Talvez acreditassem que os militares retornariam novamente aos quartéis tão logo os adversários políticos tivessem sido neutralizados, como era uma constante na história republicana, onde os impasses políticos eram resolvidos pela enérgica ação dos militares¹. Fora assim em 1930, quando na iminência de uma guerra civil, altas patentes das Forças Armadas

¹ Segundo Alfred Stepan, os movimentos militares deflagrados no período de 1945 a 1964, com a única exceção em 1961, “ocorreram todos somente depois de um longo período durante o qual fora expressa abertamente, pelas elites políticas, a dúvida com relação ao direito ou à legitimidade do executivo de manter ou assumir o poder”. STEPAN, Alfred - *Os Militares na Política* - Rio de Janeiro, Editora Artenova S. A., 1975, pág. 67.

depuseram o então presidente Washington Luís. Sete anos depois Getúlio Vargas adiantou-se aos desígnios da alta cúpula militar, decretando o Estado Novo para deter o processo acelerado de politização e rebeldia da sociedade brasileira. Já em 1945, os mesmos comandantes que lideraram o Exército no golpe de 37 afastavam Vargas e entregavam o poder ao Judiciário. Em 1954, diante da exigência de renúncia por parte de vários generais, Getúlio Vargas deu cabo à vida, afastando o fantasma da guerra civil. Um ano depois, a ameaça à posse do candidato eleito Juscelino Kubitschek, somada com latente divisão nas Forças Armadas, levou o então ministro da Guerra Henrique Lott, junto com seus partidários, a desencadear um “golpe preventivo” garantindo assim o resultado das urnas. Em 1961, quando da crise da renúncia de Jânio Quadros, a truculência dos três ministros militares em impedir a posse do vice-presidente João Goulart assustou até as mais empedernidas “vivandeiras de quartéis”, políticos que em momento de crise apontavam seus discursos louvando a função saneadora das Forças Armadas. De qualquer forma, a solução então encontrada, o parlamentarismo com perda de poder de Jango, arranhou a democracia, mas não tirou os civis da cena principal.²

Entretanto, o grupo militar *castellista*, também chamado *Sorbonne*, que galgou o poder em 1964 tinha um projeto mais complexo que os anteriores. Era um projeto de poder calcado na convicção de seus formuladores que o pacto “populista” havia perdido a sua eficácia em garantir a ordem, o desenvolvimento capitalista e conter as demandas cada vez mais graves dos trabalhadores organizados. O arranjo “populista”, estruturado ao

² Em depoimento a pesquisadores do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, o general Ernesto Geisel, então Comandante Militar do Planalto, conta que diante da resistência civil e militar à determinação dos ministros militares em não dar posse ao vice-presidente João Goulart, o ministro da Guerra Odílio Denys virou-se para o general Orlando Geisel e perguntou: “Onde está aquele documento que no fim vem com parlamentarismo?”. D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso - *Ernesto Geisel* - Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, pág. 139.

final do Estado Novo, havia chegado à exaustão, vítima das contradições surgidas em seu desenvolvimento histórico³. A tomada do poder em abril de 64 apresentou-se para os setores militares envolvidos como uma revolução, e como tal não fora levada adiante para redundar numa reacomodação política, e sim para modificar a ordem institucional do país de modo a conter as fissuras detectadas no tecido social que ameaçavam a ordem e os interesses capitalistas. Na busca desse objetivo, os militares não pouparam nem mesmo seus mais importantes aliados.

Nesse trabalho tentaremos acompanhar a trajetória do então governador de São Paulo que, sendo um dos pilares que permitiu o sucesso dos acontecimentos de abril de 1964, logo se incompatibilizou com o governo federal e acabou sendo sua vítima, sem antes lançar o seu brado de arrependimento: “No fundo, chegamos à conclusão dolorosa de que fizemos a Revolução contra nós mesmos”.⁴

Acreditamos que o ocorrido com o governador não pode ser entendido apenas como uma decorrência natural diante das tarefas propostas pelos novos detentores do poder. Em outras palavras, Adhemar não foi afastado do cenário político apenas pela sua fama de corrupto ou mesmo pela insistência em ser candidato a presidente.

Para nós, o ex-governador de São Paulo foi afastado por representar uma faceta do “antigo regime” que não poderia mais se enquadrar nos pressupostos lançados pelo golpe de 1964.

Esse pressupostos fazem parte de um projeto gestado dentro do oficialato das Forças Armadas. Tentaremos aqui descrever as condições e as motivações que levaram à elaboração desse projeto, enfatizando, no que interessa à essa dissertação, suas implicações no jogo político. Em outras palavras, tentaremos compreender como os militares viam o jogo político

³ Sobre a definição, a constituição e a crise do Populismo, ver capítulo 1.

⁴ *Folha de São Paulo* de 26 de janeiro de 1966.

vigente, e de como este condicionava as ações do Estado que eles julgavam ser os guardiões institucionais.

Entretanto, esta análise se dirige principalmente para a compreensão do porque a figura política de Adhemar de Barros tornou-se obsoleta no novo arranjo institucional. Esse novo arranjo tenderia a eliminar a política de massas, até mesmo aquela peculiar forma exercida pelo líder paulista, que nossa pesquisa procura caracterizar.

Conteúdos deste Trabalho

O primeiro capítulo da monografia trata de recuperar as condições brasileiras que permitiram a ascensão política de Adhemar de Barros no cenário político nacional. Ali, vêem-se também as características políticas do líder paulista: mesmo sendo considerado um político “populista”, dentro do jargão convencional da política brasileira, ele guarda em suas atitudes, em sua base de sustentação eleitoral e em sua atuação, características que lhe são muito próprias.

O segundo capítulo será uma crônica dos momentos que antecederam ao golpe de Estado que derrubou João Goulart em 1964, com especial ênfase no papel desempenhado pelo então governador de São Paulo, Adhemar de Barros, na conspiração vitoriosa.

No terceiro e último capítulo procuraremos historiar o processo de incompatibilização de Adhemar de Barros com o novo regime, quando os atritos foram se tornando cada vez mais constantes e violentos, culminando com a sua cassação em junho de 1966.

CAPÍTULO 1 - Adhemar de Barros e a Política de Massas

Alguns aspectos do processo político brasileiro após 1945

Se o 31 de março de 1964 pode ser considerado um marco para a política brasileira, pelas profundas modificações ocorridas a partir de então, não deixa de ser menos verdadeiro que o 29 de outubro de 1945 significou o início de um novo arranjo institucional político que seria derrotado pouco menos de vinte anos depois. Naquela ocasião, com a queda do ditador Getúlio Vargas, surgiram as condições necessárias para a implantação de um modelo político competitivo, que inevitavelmente traria para a arena setores até então excluídos do processo político. Era um modelo que respondia às mudanças sócio-econômicas sofridas pelo Brasil desde o fim da República Velha, em 1930, que levou a intensificação do processo de urbanização, trazendo para os grandes centros um novo contingente de eleitores: as massas populares.

Para os agrupamentos políticos surgidos no processo de redemocratização tratava-se de utilizar de novos processos de arregimentação desses novos eleitores, o que repugnava setores mais conservadores, que apontaram para a dificuldade de se fazer “alta política”, como nos bons tempos da República Velha, tendo como adversário o voto secreto, que “transfere o suborno do indivíduo para os grupos, as classes, os sistemas de interesses”.⁵

⁵ Rubens do Amaral, *O Estado de São Paulo*, 8 de dezembro de 1945. Citado em WEFFORT, Francisco Correia - *O Populismo na Política Brasileira* - Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, pág. 22.

Na verdade, tratava-se de assimilar, o que Francisco Weffort tão bem explicitou, “a tarefa trágica de toda democracia burguesa: a incorporação das massas populares ao processo político”.⁶

Esse dilema ganharia contornos mais dramáticos diante da votação para a Assembléia Constituinte. Apesar dos resultados serem francamente favoráveis aos partidos de centro-direita (o Partido Social Democrático-PSD⁷ obteve 42% dos votos, enquanto a União Democrática Nacional-UDN⁸, angariou 26%), a expressiva votação do Partido Comunista do Brasil (9%), um ponto percentual abaixo do Partido Trabalhista Brasileiro-PTB, desencadeou um processo que teve como desfecho a cassação do registro do partido em maio de 1947 e, meses depois, a perda do mandato de seus parlamentares. Ficava claro que a experiência democrática brasileira era restrita.

Paralelamente ao processo legislativo, o fim do Estado Novo provocou um surto de sindicalização nas grandes cidades. Entre os anos de 1946 a 1947 o número de trabalhadores sindicalizados passou de 474.943 para 797.691⁹. Acompanhando essa onda, estouraram centenas de greves, alarmando os empresários e as forças políticas e colocando em xeque a estrutura das relações de trabalho consubstanciadas na legislação. O governo Dutra não demorou a responder. Só no ano de 1947, 143 sindicatos

⁶ WEFFORT, Francisco - *op. cit.*, pág. 17.

⁷ Um estudo fundamental sobre o PSD encontra-se em HIPPOLITO, Lúcia - *De Raposas a Reformistas: O PSD e a Experiência Democrática Brasileira (1945-1964)* - Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1985.

⁸ Para maiores detalhes sobre a UDN, sua dificuldade em lidar com novas formas de convencimento político e sua ambígua ideologia liberal, ver: BENEVIDES, Maria Vitória M. - *A UDN e o Udenismo - Ambigüidades do Liberalismo Brasileiro* - Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981.

⁹ Os dados encontram-se em MARANHÃO, Ricardo - *O Movimento Operário na Redemocratização: Brasil, 1945 a 1950* - Tese de mestrado, FFLCH-USP, 1978, pág. 43.

sofrieriam intervenção, número que cresceria para cerca de 400 ao final do seu governo, num universo de cerca 900 sindicatos.

Era o retorno do fantasma do “bolchevismo”, revigorado com o início das hostilidades entre os Estados Unidos e a União Soviética. É importante salientar que durante o governo Dutra as relações com os EUA se fortaleceram. Reflexo, sem dúvida, dos esforços comuns durante a Segunda Guerra Mundial, foi assinado, em 1947, durante a Conferência Interamericana de Manutenção da Paz e Segurança, o Tratado de Assistência Recíproca, que permitia a intervenção norte-americana onde quer que “a paz e a segurança” estivessem ameaçadas.

Dentro dos esforços em aprofundar o alinhamento com os EUA, no ano seguinte foi fundada a Escola Superior de Guerra¹⁰. Baseada na National War College, a ESG substituiu o antigo conceito de “defesa nacional”, que implicava em defesa de território, para elaborar uma teoria de segurança nacional abrangente, entendida no sentido amplo de mobilização de recursos econômicos e contenção da oposição interna, que exigia, nas palavras do seu maior teórico, “a ampliação de nossa infra-estrutura econômica tão desordenadamente evoluída”.¹¹

O alinhamento com os norte-americanos, nesse início da Guerra Fria, levava naturalmente setores militares, principalmente os mentores da ESG e seus discípulos, a postura de total intransigência ao comunismo e, como consequência, a desconfiança em relação aos movimentos populares e políticas de cunho nacionalista (identificadas como opositoras aos EUA), que

¹⁰ A importância da ESG e o detalhamento da Doutrina de Segurança Nacional encontram-se no Capítulo 2 deste trabalho.

¹¹ Golbery do Couto e Silva, citado por OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de - *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil, 1964-1969* - Petrópolis, Vozes, 1976, pág. 29. A obra de Eliézer Rizzo de Oliveira é um marco na questão do pensamento militar pós-1945. Pensamento esse que irá incidir diretamente na resolução dos militares em derrubar o Governo Goulart e ocupar o espaço político. Muito dessa dissertação acompanha o raciocínio de Oliveira.

pressupunham posições soberanas no cenário internacional, negando os condicionantes impostos pelo alinhamento automático com os Estados Unidos.

Era, portanto, natural que os esequianos e os próceres da UDN compartilhassem de uma posição similar sobre o desenvolvimento do processo político brasileiro. Essa união de posturas esteve presente em vários momentos cruciais. Durante todo o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-54) ela deu o tom. A ousadia de Vargas em imprimir uma gestão eminentemente nacionalista foi combatida ferozmente pela oposição. A proposta de criação da Petrobrás dividiu as opiniões, principalmente dentro do Exército. A tentativa de repor as perdas salariais dos trabalhadores inflamou os ânimos de setores militares, levando-os a lançar o “Memorial dos Coronéis”, dirigido ao ministro da Guerra, general Espírito Santo Cardoso, logo vazado para a grande imprensa. Em síntese, o memorial apontava a desagregação da Força num ambiente polarizado entre as correntes nacionalistas e a facção anticomunista, o fracasso do processo de modernização da Arma e, finalizando, a queda de poder aquisitivo dos militares, dificultando o recrutamento para as suas fileiras.¹² Mas a relevância do manifesto ultrapassava o seu conteúdo. O fato de ser assinado por 42 coronéis e 39 tenente-coronéis, ou seja, a elite do Exército brasileiro, oficiais que logo estariam emplacando o generalato, significava uma séria advertência aos rumos da política nacionalista de Vargas. A repercussão do documento determinou a demissão dos ministros do Trabalho, Indústria e Comércio, João Goulart e do da Guerra e, em certo sentido, explicitou a fraqueza do governo, que iria desabar seis meses depois, durante a crise de agosto.

¹² A íntegra do “Memorial”, publicado pela imprensa em 8 de fevereiro de 1954, encontra-se em ROCHA, Bento Munhoz da - *Radiografia de Novembro* - Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1961, págs. 118-119.

Pouco mais de um ano, em 1 de novembro de 1955, o discurso do coronel Bizarria Mamede, a beira do túmulo do general Canrobert Pereira da Costa, líder militar do movimento militar contra Vargas em agosto de 1954, desencadearia uma nova crise. Mamede, oficial lotado da ESG (além de um dos signatários do Memorial de 1954), explicitou descontentamento com a vitória na eleição presidencial de dois homens considerados participantes do esquema getulista, Juscelino Kubitschek e João Goulart. Deixou claro sua aversão à democracia representativa, por conduzir ao mais alto cargo da nação um candidato com uma fração dos votos do eleitorado, o que para ele significava uma “vitória da minoria”.¹³ Tratava-se de uma posição inequivocamente antidemocrática, apontando para a conspiração em marcha contra a posse dos eleitos. Mas a resolução da crise veio frustrar essa expectativa. A 11 de novembro, o ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott, desfechava um golpe preventivo, tutelando uma situação de exceção até a posse de JK.

De certa forma, o tipo de questionamento como o do coronel Mamede em relação à democracia brasileira derivava da montagem do regime pós Estado Novo. A queda de Vargas em 1945 não significou o desmantelamento do arcabouço político-institucional montado durante seu longo primeiro governo, o que era especialmente combatido e odiado pelos vários setores de direita, particularmente os elitistas da UDN e os militares da ESG. Um dos mais lúcidos pensadores da direita, o professor e editorialista do jornal “O Estado de São Paulo” Oliveiros S. Ferreira, rotulava esse arcabouço de “sistema”, onde sob a égide de um Estado paternalista agrupavam-se interesses tão díspares como o da agricultura, do comércio, da indústria e da liderança sindical, não permitindo uma ação renovadora da vida social. Para Oliveiros, esse sistema continha dois pontos fracos: “a corrupção, que se transformou num processo institucionalizado de espoliar a Nação, e a

¹³ O discurso de Mamede está reproduzido em FERREIRA, Oliveiros S. - *As Forças Armadas e o Desafio da Revolução* - Rio de Janeiro, 1964, págs. 130-133.

permanência do comunismo, isto é, dos agentes de uma potência estrangeira, os quais procuram fazer do Brasil mero peão no sinistro jogo da 'guerra fria'". O que, na opinião do autor, desacreditava o Estado perante à Nação e colocava em risco a segurança nacional.¹⁴

A partir da redemocratização de 1945, o poder das agências governamentais manteve-se intacto, garantindo aos ocupantes do poder influência decisiva nos eventos eleitorais. O pluralismo partidário, as eleições diretas e o retorno à separação dos poderes, determinados pela Constituição de 1946, "foram superpostos, ou acoplados à estrutura anterior, marcada pelo sistema de interventorias, por um arcabouço sindical corporativista, pela presença de uma burocracia estatal detentora de importante capacidade decisória".¹⁵ Seus oponentes viam na legislação sindical e na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) uma forma de enquadrar e burocratizar o acesso dos trabalhadores na cena política, embora se tratasse também de um política lógica de descompressão das tensões sociais.

Além do mais, os partidos criados sob a égide de Vargas, PSD e PTB, apesar das diferenças ideológicas expressas nos debates no Parlamento, souberam compor alianças de grande viabilidade eleitoral, que "durante os anos cinquenta repousava nos ganhos que reciprocamente se asseguravam em termos de controle da máquina burocrática do Estado".¹⁶

Esse quadro permitia que "os de fora", ou seja, a oposição, sempre colocassem sob suspeição a legitimidade do regime. Quando da eleição de Jânio Quadros em 1960, a oposição viu finalmente a oportunidade de pôr fim ao resquício do getulismo na política. Mas a ambigüidade política do novo presidente surpreendeu seus apoiadores. A traumática renúncia do

¹⁴ Idem, *ibidem*, pág. 28.

¹⁵ SOUZA, Maria do Carmo Campello de - *Estado e Partidos Políticos no Brasil: 1930 a 1964* - São Paulo, Alfa-Omega, 1976, pág. 106.

¹⁶ Idem, *ibidem*, pág. 147.

presidente gerou a mais grave crise do regime pós-1946, que foi contornada pela solução de compromisso que significou o parlamentarismo.

A proliferação dos sindicatos e a formação de organismos sindicais “paralelos”, na medida que flanqueavam o controle do ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, traziam a ameaça de eclosão de greves, onde às reivindicações usuais trabalhistas eram acoplados temas inequivocamente políticos. No campo, a organização dos camponeses, através de sindicatos e das Ligas Camponesas, preocupava os proprietários diante da constatação de que as formas seculares de exploração do trabalho e a estrutura da posse da terra teriam que ser revistas.

Ao final do governo JK o país começava a sentir também os efeitos negativos da política de rápido desenvolvimento. O balanço de pagamentos, a partir de 1955, passou a acumular sucessivos déficit. A inflação, que fora de 13% em 1957, atingia a perigosa marca de 30% no ano de 1960. O recrudesimento da carestia servia de combustível para aumentar a insatisfação popular, engrossando os movimentos sociais organizados. A tentativa de estabilização econômica do governo Juscelino esbarrou na falta de condições para romper o “pacto populista” e desagradar setores aliados. A saída encontrada por JK foi adiar a resolução da crise, relegando-a para a próxima administração. Em abril de 1964 o acirramento da crise econômica serviria como um dos motivos determinantes da intervenção militar, denunciando a ineficácia do regime em implementar medidas de contenção econômica que implicassem em perda de prestígio político diante das massas.¹⁷

Ficava claro que a resolução da crise econômica-financeira e a continuidade do processo de desenvolvimento requeriam reformas significativas. Mesmo setores mais conservadores reconheciam esse fato,

¹⁷ O estudo fundamental sobre o governo de Juscelino Kubitschek é: BENEVIDES, Maria Vitória - *O Governo Kubitschek: Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política* - Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1976.

como se pode depreender do grau de transigência demonstrado pelo PSD diante do projeto de Reforma Agrária enviado pelo governo Goulart, em 1963.¹⁸ O projeto foi derrotado diante da falta de acordo em relação a sua abrangência. O problema residia na definição da profundidade da reforma pretendida e dos setores que deveriam arcar com os seus custos.

¹⁸ FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub - *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961/1964* - São Paulo, Paz e Terra, 1993, pág. 117.

Populismo e Adhemar de Barros

No Vale do Anhangabaú no dia 11 de março de 1947, um mar de povo gritava palavras de ordem comemorando a ressurreição pelas urnas de um político que fora condenado pela elite política paulista ao mais rigoroso ostracismo. O vitorioso candidato a governador Adhemar Pereira de Barros reaparecia de maneira triunfal na cena política quando muitos davam como encerrada a sua carreira, após sua controvertida interventoria no Estado paulista.

Chamava atenção a quantidade de bandeiras do Partido Comunista do Brasil empunhadas pelo povo, o que causava estranheza já que Adhemar fora o esteio do Estado Novo em São Paulo e como tal, responsável pela repressão aos comunistas e demais opositores do regime.

O próprio ex-ditador Getúlio Vargas havia contado também com o apoio dos comunistas em sua tentativa de conduzir o processo de redemocratização do país em 1945, recebendo o apoio expresso do dirigente máximo do PCB, Luís Carlos Prestes. Mesmo deposto, conseguiria a proeza de ser eleito senador pelo Rio Grande do Sul e São Paulo e deputado federal em sete Estados, pouco mais de um mês após a sua deposição pelas Forças Armadas.

Algo de novo estava ocorrendo na política brasileira para justificar tantos apoios que anos antes seriam impossíveis. Tudo isso marcaria a trajetória política de Adhemar de Barros, que tentaremos apreender nesse novo momento.

Interventor Federal em São Paulo

Filho de uma das famílias tradicionais de São Paulo, com interesses voltados para o café, Adhemar Pereira de Barros formou-se médico com curso de aperfeiçoamento no exterior. Sua primeira participação de

conotação política ocorreu quando se engajou como médico nas tropas insurrecionais paulistas, em 1932.

Ao final da luta, concorreu pelo Partido Republicano Paulista (PRP) à Constituinte estadual em 1934. O partido tinha sido o grande prejudicado com a Revolução de 1930, mas insistia em manter-se ativo. O tio de Adhemar, importante prócer do PRP, patrocinou sua eleição para deputado constituinte estadual. Na tribuna, destacou-se em desancar Getúlio Vargas e Armando de Sales Oliveira, líder do Partido Democrático, que pretendia ser o mais expressivo esteio da Revolução em São Paulo.

Os discursos de Adhemar expressavam o inconformismo e revolta do PRP com o presidente da República, que “não se cansou de demonstrar o seu ódio à nossa terra, que ele quer reduzir à impotência porque, conhecendo bem a que extremos poderia chegar a dignidade bandeirante e sabendo que nós não nos acumpliciaríamos na obra de destruição da República, via em São Paulo a grande ameaça à sua perpetuação no poder, ao predomínio definitivo dos caprichos pessoais que pretendiam substituir a nação, transformando o Brasil num feudo do caudilho das Missões”.¹⁹

Curiosamente, o golpe de 10 de novembro de 1937 que instaurou o Estado Novo agradou o PRP, apesar de trazer em seu bojo a extinção dos partidos. Primeiro, pois acabava com as pretensões presidenciais de Armando de Sales Oliveira, o candidato do PD. Segundo, pois abria uma brecha na política paulista para o término do ostracismo político dos ex-perrepistas. Dias após o golpe políticos do PRP enviavam telegrama ao Rio aderindo ao novo regime de Vargas.

Mas a recondução dos ex-perrepistas ao poder do Estado não se verificou imediatamente. Getúlio manteve no cargo Cardoso de Mello Netto,

¹⁹ Discurso na tribuna em 7 de agosto de 1935. In BARROS, Frederico Ozanam Pessoa de (org.) - *Adhemar de Barros na Assembléia Constituinte e na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo* - São Paulo, Editora Nacional, 1986, pág. 29.

ainda por alguns meses²⁰, apesar de ele ser anteriormente ligado a Armando de Sales Oliveira e ao grupo político do jornal *O Estado de São Paulo*.

Finalmente no começo de Abril de 1938, Vargas pediu aos ex-perrepistas uma lista de dez correligionários aptos ao cargo de interventor. Em deferência ao secretário de segurança Pública de São Paulo, general Dulcídio do Espírito Santo, seu amigo, Adhemar aparecia na última colocação da lista e, para a perplexidade da liderança perrepista, foi o escolhido pelo ditador.

Provavelmente sua nomeação derivava não só do apadrinhamento com o general, mas também com o apoio expresso do poderoso chefe de Polícia do Rio de Janeiro, Filinto Müller. Além do mais, sua escolha correspondia a estratégia política de Vargas em escolher membros de expressão modesta no seio das oligarquias para poder ter maior controle sobre o Estado.²¹

O certo é que o jovem político encarnou os desígnios do ditador, afirmando em seu discurso de posse que o seu programa era o programa do Estado Novo.²² E, o que inquietou as lideranças do antigo PRP, renegou expressamente seu passado político e afirmou que iria governar com “gente nova, mentalidade nova - é disso que precisamos. E muita harmonia, sem o que não se pode trabalhar eficientemente”.²³

²⁰ Cardoso de Mello, como vice-governador, substituíu Armando de Sales Oliveira no governo do Estado. Eleito pela Assembléia Legislativa em 1934, Oliveira deixou o cargo para disputar as eleições presidenciais.

²¹ SAMPAIO, Regina - *Adhemar de Barros e o PSP* - São Paulo, Global, 1982, pág. 41.

²² “Não tenho programa. O meu programa é o programa do Estado Novo”. In BARROS, Frederico Ozanam Pessoa de (org.) - *Adhemar de Barros Interventor - Discursos* - São Paulo, Plenário Social Progressista, s/d, pág. 9.

²³ Idem, ibidem, pág XXVI.

Contrariando seu grupo político, Adhemar tratou logo de substituir os prefeitos, optando por lideranças novas, e até mesmo partidários do antigo PD. Essa estratégia, semelhante com a de Vargas ao nomeá-lo, permitiria no futuro facilidade para formar o seu próprio partido.

Na capital paulista, Adhemar, junto com o prefeito Prestes Maia, empreendeu uma remodelação urbana. “A urbanização começou pelo centro e consistia na construção de um anel viário envolvendo a área central que estava congestionada”.²⁴ A abertura da avenida Ipiranga seria o ápice desse processo. Parques e praças, como o Anhangabaú e Trianon, seriam remodelados e construídos. A construção do Estádio do Pacaembu veio responder a necessidade de um estabelecimento que pudesse abrigar as massas populares, tanto nos seus momentos de lazer, acompanhados jogos de futebol, quanto nas convocações do Estado para as cerimônias cívicas, onde milhares de crianças poderiam demonstrar os benefícios que o Estado Novo pôde oferecer para os seus “corações e mentes”.

Ainda na capital, foi o responsável pela abertura do importante corredor da avenida Nove de Julho. Deu início a remodelação do Aeroporto de Congonhas e concluiu a retificação do rio Tietê.

No interior do Estado estabeleceu agências de fomento econômico, com especial destaque para o Serviço de Melhoramentos do Vale do Paraíba, sediado em Taubaté, com o propósito de reerguer economicamente região tão atrasada através de maciço investimento estatal.

Grande momento de Adhemar de Barros durante sua curta passagem pela interventoria foi sem dúvida sua atuação no setor de transporte, onde, além de pontes, viadutos e estradas vicinais, destacaram-se as rodovias Anchieta e Anhanguera. Há muito tempo o acesso a Santos reclamava a

24 HAYASHI, Marli G. - *Gênese do Ademarismo* - Tese de Mestrado, FFLCH-USP, 1996, pág. 93. A maior parte dos dados expostos sobre a Interventoria de Adhemar de Barros foram retirados desse trabalho.

construção de uma estrada moderna, entretanto os desafios técnicos adiavam sempre o início do empreendimento. Os depoimentos de membros da equipe de engenheiros são unânimes em afirmar que a construção só foi possível graças ao empenho de Adhemar.²⁵

Facilitando a ligação do interior com a capital, Adhemar determinou a construção da Anhanguera. A rodovia foi concebida, assim como a Anchieta, com características técnicas modernas: curvas em planta, raio mínimo de 300 metros, declividade máxima de 6% e velocidade normal de 120 Km/h.

Outra área atacada de rijo pelo interventor foi a da Saúde. Iniciou a construção do Hospital das Clínicas, instalou um complexo hospitalar no Mandaqui e, no interior, construiu hospitais em São José do Rio Preto, São José dos Campos e Campos do Jordão. Novos centros de saúde, maternidades e sanatórios surgiram em sua administração.

Junto com pesquisadores, médicos e agentes de saúde, implementou várias campanhas profiláticas tendo como alvo a malária, a varíola, a febre tifóide e a lepra, além de estudos sobre o tifo exantemático e a leishmaniose.

Cioso do retorno que sua atuação poderia dar em termos de prestígio político, Adhemar de Barros desenvolveu intensa propaganda de suas realizações, utilizando para tanto as telas dos cinemas, onde eram exibidos obrigatoriamente a série de cine-documentário “Bandeirantes na Tela”.

Não poderíamos deixar de anotar que sua gestão foi responsável pela condução da política repressiva do Estado Novo, ocasionando prisão e exílio de muitos opositores do regime. A imprensa também foi seriamente atingida, obtendo destaque negativo a intervenção no jornal *O Estado de São Paulo*, o que lhe garantiu o ódio eterno de seus controladores, apesar da decisão ter sido determinada pelo governo federal. Após retomarem o controle do jornal durante o processo de redemocratização, o clã Mesquita jamais permitiria a escrita do nome do ex-interventor por extenso. Seria apenas A. de Barros.

25 Idem, ibidem, pág. 88.

Seu desembaraço administrativo (chocando-se muitas vezes com as diretrizes das agências do Governo Federal) somado ao eficiente trabalho de propaganda, alertaram o Catete, que viu no interventor uma figura potencialmente apta a liderar as massas populares paulistas.

A esta ameaça se somaram as críticas ao modo adhemarista de governar, junto com graves acusações de corrupção que chegavam aos ouvidos de Vargas. Era o “rouba, mas faz”. Pouco mais de três anos de governo, em 1941, Adhemar de Barros era demitido e substituído pelo ministro da Agricultura Fernando Costa.

Adhemar de Barros deixava o governo com uma imagem de administrador eficiente e político preocupado com os problemas das classes menos favorecidas. Prefeitos nomeados por ele e uma legião de ativistas formariam as bases que permitiriam seu retorno à cena política no decorrer do processo de redemocratização, a partir de 1945.

Organização Partidária e eleições

Esse retorno não foi facilitado pelos seus adversários. A maioria dos ex-membros do PRP cerrou fileiras junto ao interventor Fernando Costa e fundou a seção paulista do PSD. Os ressentimentos advindos de seu período como interventor barraram sua entrada. O grupo *armandista* foi o núcleo da UDN paulista. Adhemar conseguiu entrar na UDN graças às gestões de lideranças nacionais do partido, como Pedro Aleixo e Virgílio de Melo Franco. Mas mesmo assim, seu grupo veio a ocupar uma posição marginal na UDN, apesar de Adhemar ter financiado praticamente sozinho a campanha do Brigadeiro Eduardo Gomes em São Paulo.

Ficava claro que seu futuro político ficaria comprometido se permanecesse na UDN. Parte então para formar um novo partido, recuperando as antigas bases formadas na época da Interventoria e na campanha de Eduardo Gomes. O novo partido chamou-se primeiro Partido Republicano Progressista, pois Adhemar acreditava que a sigla PRP atrairia

os votos dos antigos perrepistas. Nas eleições à Constituinte de 1945, o novo partido faz apenas dois deputados: Café Filho, pelo Rio Grande do Norte e Romeu Campos Vergal por São Paulo.

Preocupado em ampliar as suas bases, em 1946 o PRP se funde com outros dois pequenos partidos paulistas, o Partido Popular Sindicalista, de Miguel Reale e Marrey Junior, e o Partido Agrário Nacional, de Rolim Teles, dando origem o Partido Social Progressista (PSP). Adhemar lança então sua candidatura para governador.

No começo de 1947 as novas agremiações começam a se articular tendo em vista as eleições estaduais. Essas eleições eram de vital importância, pois o controle da máquina estadual permitiria aos partidos vencedores finalizar o processo de estruturação.

Mesmo para o PSD, organizado a partir da máquina da interventoria, a conquista do governo estadual era crucial. A votação expressiva de candidatos getulistas e comunistas nas eleições de 1945 demonstrara o potencial eleitoral das massas trabalhadoras urbanas, em processo de mobilização pelo PTB e pelo PCB²⁶

Neste contexto, a candidatura com maior profundidade eleitoral era do petebista Hugo Borghi. Borghi fora o idealizador da campanha queremista, agregando excelente potencial eleitoral. Mas sua liderança não era bem aceita por Getúlio, que via nele um político com condições de manobrar as massas paulistas através do PTB sem atender aos seus desígnios. Assim, a candidatura de Borghi foi impugnada e ele teve que concorrer pela legenda do Partido Trabalhista Nacional (PTN), perdendo viabilidade eleitoral.

A candidatura de Adhemar aparecia sem perspectiva, só obtendo viabilidade quando o candidato obteve o apoio expresso do PCB. A razão dessa aliança se explica em face da cassação do PCB, já em processo na Câmara Federal. Seus dirigentes trataram então de garantir espaço para

²⁶ SAMPAIO, Regina - *op. cit.*, pág. 52.

seus candidatos e encontraram na candidatura de Adhemar de Barros um porto seguro para os dias difíceis que estavam por vir. A aliança foi costurada segundo princípios programáticos, cabendo ao cabeça de chapa, se eleito, lutar para que a liberdade partidária garantida pela Constituição fosse respeitada, além de atacar de imediato o problema da carestia.²⁷

A aliança com o PCB proporcionou a Adhemar apresentar-se ao eleitorado operário como “oposição às elites conservadoras identificadas com o PSD e, principalmente, com a UDN - os ‘cartolas’, como eram chamados no jargão pessepista - e a disputar com o PTB o eleitorado trabalhista de São Paulo”. A vitória garantiu a Adhemar a montagem de uma máquina partidária, a partir do controle da máquina estadual, comparável em desempenho clientelista e eleitoral a do PSD.²⁸

Em síntese, Adhemar pôde lançar mão de uma estratégia política de duas mãos. De um lado, o controle das máquinas governamental e partidária permitia atender as demandas de correligionários nas regiões paulistas onde as características do mando político guardavam resquícios clientelistas e, por outro, o seu discurso do tipo chamado “populista” garantia penetração nas classes subalternas, principalmente nos centros urbanos que houvessem forças sindicais organizadas.

Vários autores, como Guita Debert²⁹ e outros, utilizam o conceito “populista” para caracterizar o político paulista, mas o que é mais interessante é o fato do próprio Adhemar se caracterizar dessa maneira.

²⁷ Trecho da carta do dirigente paulista do PCB a Adhemar encontra-se em SAMPAIO, Regina - *op. cit.*, pág. 55.

²⁸ Idem, pág. 56. O Trabalho pioneiro de Regina Sampaio apresenta em todos os seus contornos a eficiência da máquina pessepista. É importante ressaltar que mesmo no período em que o PSP foi aliado do poder estadual, a máquina continuou a todo vapor, contribuindo para o retorno de Adhemar ao cargo de governador em 1962.

²⁹ Análise do discurso populista de Adhemar de Barros encontra-se em: DEBERT, Guita Grin - *Ideologia e populismo* - São Paulo, T. A Queiroz Ltda, 1979.

Em 1949, Adhemar assim se expressava sobre sua caracterização política: “Ser populista, para nós, é dar à função social do Estado uma amplitude que não teve até agora. É governar dando oportunidade a todos e procurando elevar cada um de acordo com as suas necessidades (...) Os que se separam do populismo, classificam-se, muito granfinamente, de democratas. Na verdade, porém, são apenas homens poderosos ou a serviço de grupos poderosíssimos que julgam que o Brasil deve continuar a ser das raras nações do mundo onde existe, de um lado, uma pequena maioria de milionários e, de outro, a grande maioria de paupérrimos e semi-pobres” .³⁰

Mas qual era a característica precisa do estilo adhemarista de fazer política. Em outras palavras, que tipo de populismo Adhemar de Barros representava?

Um tipo específico de política de massas

Um dos primeiros cientistas sociais a elaborar análise sobre Adhemar de Barros e o adhemarismo foi Hélio Jaguaribe, um dos fundadores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).³¹

Em 1954, às vésperas da eleição para governador, Jaguaribe escreve impressionado com a ascensão do adhemarismo, que de São Paulo ameaçava se impor ao país. Começava seu artigo deixando clara sua

³⁰ *O Dia* de 13 de maio de 1949.

³¹ Obra fundamental para a compreensão do ISEB e da convergência e divergências entre seus participante é TOLEDO, Caio Navarro de - *ISEB: Fábrica de Ideologias* - São Paulo, Editora Ática, 1977. Criado ainda no efêmero Governo Café Filho, em 1955, o ISEB promovia cursos e palestras, e tinha uma linha editorial dinâmica. Apesar de não haver uma posição monolítica entre seus integrantes, o ISEB encarnaria a tese da união da burguesia nacional com as forças populares como forma de superar o atraso do país.

oposição em relação a Adhemar de Barros, reconhecendo entretanto a insuficiência de estudos em relação ao fenômeno.³²

Negando características ideológicas no adhemarismo, o autor aponta para o conteúdo reacionário de sua plataforma: manutenção e consolidação do capitalismo nacional mercantil e alinhamento com o imperialismo norte-americano.³³

Aliás, os pensadores do ISEB sempre apontaram para a falta de ideologia no populismo. Para eles o fenômeno era pré-político, e significava apenas a manipulação das massas urbanas sem consciência social de classe por obra de um líder carismático. Uma abordagem com forte conotação moralista do fenômeno, pois nega qualquer possibilidade de discernimento das massas e rotula o líder de demagogo.

Coube a Francisco Weffort e Octavio Ianni a tarefa de abrir novos campos de reflexão sobre o fenômeno e dar-lhe historicidade. Para Weffort, o “populismo, como estilo de governo, sempre sensível às pressões populares, ou como política de massas, que buscava conduzir, manipulando suas aspirações, só pode ser compreendido no contexto do processo de crise política e de desenvolvimento econômico que se abre com a Revolução de 1930. Foi a expressão do período de crise da oligarquia brasileira e do liberalismo, sempre muito afins na história brasileira, e do processo de democratização do Estado que, por sua vez, teve que apoiar-se sempre em algum tipo de autoritarismo, seja o autoritarismo institucional da ditadura Vargas (1937-1945), seja o autoritarismo paternalista ou carismático dos

32 “A vulgaridade pessoal do Sr. Adhemar de Barros e de suas declarações, fazem o ademarismo objeto do desprezo das pessoas cultivadas e parecem reduzi-lo a um nível indigno de um estudo sério”. JAGUARIBE, Hélio - “O que é o ademarismo?”. *Cadernos do Nosso Tempo*, 2 (jan-jun 1954), pág. 139.

33 “Assim, além de não ter um conteúdo ideológico preciso e peculiar, o ademarismo é um movimento reacionário no que se refere ao estatuto da produção e às relações entre a economia nacional e o imperialismo capitalista”. Idem, *ibidem*, pág. 141.

líderes de massas da democracia após-guerra (1945-1964). Foi também uma das manifestações das debilidades políticas dos grupos dominantes urbanos quando tentaram substituir-se à oligarquia nas funções de domínio político de um país tradicionalmente agrário, numa etapa em que pareciam existir as possibilidades de um desenvolvimento capitalista nacional. E foi sobretudo a expressão mais completa da emergência das classes populares no bojo do desenvolvimento urbano e industrial verificado nestes decênios e da necessidade, sentida por alguns dos novos grupos dominantes, de incorporação das massas ao jogo político”.³⁴

Caracterizado como um “estado de compromisso” entre os grupos dominantes e sofrendo pressões advindas das camadas populares, o populismo tinha suas limitações: “Primeiro: a eficácia do líder populista nas funções de Governo dependerá da margem de compromisso que ocasionalmente exista entre os grupos dominantes, e de sua habilidade pessoal para superar, como árbitro, os enfrentamentos e para encarnar a imagem da soberania do Estado, em face das forças sociais em conflito. Em segundo lugar: do lado das massas populares a manipulação populista estará sempre limitada pela pressão que espontaneamente estas podem realizar e pelo nível crescente de suas reivindicações”.³⁵

Octavio Ianni, discorrendo sobre a importância do fenômeno para o desenvolvimento brasileiro, escreveu que: “em âmbito mais largo, foi a *democracia populista* que propiciou a conciliação de interesses em benefício da industrialização e em nome do desenvolvimento nacionalista. No Brasil, pois, o getulismo, em sentido lato, fornece as bases políticas e ideológicas

³⁴ WEFFORT, Francisco – *op. cit.*, pág. 61.

³⁵ Idem, pág. 71.

para a realização dos índices de poupanças adequados à manutenção dos níveis de investimentos exigidos para acelerar a industrialização.³⁶

As características ideológicas do adhemarismo foram recuperadas por Weffort. Analisando os resultados eleitorais da eleição de 1962 para governador de São Paulo, quando Adhemar derrotou Jânio Quadros, Weffort rebate as posições da escola teórica nacionalista e reafirma o caráter ideológico do populismo de Adhemar e Jânio. Caracteriza a votação de Adhemar como um reflexo das aflições da pequena burguesia que pressentia que o desenrolar dos acontecimentos a conduziria a uma inexorável decadência social e econômica, a proletarização. Adhemar seria assim o representante do Estado benfeitor, que através de obras e doações permitiria a manutenção ou ascensão do *statu quo* via Estado. Não importa o grau de idealização desta concepção, haja vista a improvável acolhida de todas as reivindicações. Entretanto, a postura do eleitorado pequeno-burguês de Adhemar, seu “ideal”, apresenta uma visão de mundo que se configura uma posição ideológica: “Se o típico eleitor de Barros espera algo para si, isto já o caracteriza social e ideologicamente, já o dispõe de maneira determinada para a ação política”.³⁷

Regina Sampaio corrobora as conclusões de Weffort, acrescentando que a influência de Adhemar ultrapassava a pequena burguesia e se dirigia com razoável eficiência às classes operárias e populares. Weffort não deixa de apontar este fenômeno, mas explica-o como uma tendência destas classes se apropriarem da ideologia pequena burguesa. Sampaio prefere atribuir este sucesso pela fluidez e ambigüidade do discurso de Adhemar, permitindo várias leituras e atingindo diversos setores da sociedade.³⁸

36 IANNI, Octavio - *O Colapso do Populismo no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1971, págs. 62 e seguinte. Grifo do autor.

37 WEFFORT, Francisco - *op. cit.*, pág. 33.

38 SAMPAIO, Regina - *op. cit.*, pág. 113.

Problemas com a oposição

Não foi um período tranquilo o tempo que Adhemar esteve a frente do Palácio dos Campos Elíseos. Confirmada a sua vitória, as forças oposicionistas, capitaneadas pelo PSD, saíram a campo para impugnar o resultado eleitoral. Vários eram os argumentos, sendo recuperados até processo de improbidade administrativa movido contra Barros após sua passagem pela interventoria.

Contestava-se desde a legalidade do registro do PSP, até possíveis fraudes nas urnas. Mas o argumento que encontrava maior ressonância, principalmente no contexto de 1947, foi o da sua aliança com o PCB. Essa primeira fase da campanha contra Adhemar foi anulada quando ele firmou um acordo com o PSD, disponibilizando a secretaria da Educação. O governador contou também com a participação em seu governo da ala anti-borghista do PTB e de dissidentes da UDN.

Mas a trégua com o PSD foi rompida alguns meses depois quando Adhemar começou a destituir prefeitos do partido nomeados pelo interventor Macedo Soares. O PSD aliou-se então com a UDN e a ala borghista na Assembléia Legislativa, na tentativa de provocar o *impeachment* do governador.

Tendo em vista a eleição para vice-governador em novembro de 1947, Adhemar fecha novo acordo com o PSD, apoiando Novelli Jr., genro do presidente Eurico Dutra, para o posto. Era o fim da primeira investida pró-intervenção.

Entretanto, com a eleição de Novelli Jr. o PSD vislumbrou a chance de afastar Adhemar e recuperar o controle do Estado. A campanha recomeçou e alcançou a Capital Federal. Dutra recebia constantes pedidos para intervir no Estado. O aumento no número de greves liderados por sindicatos de direção comunista em São Paulo servia de combustível para a crise. Dutra recebeu um manifesto pedindo a intervenção com o argumento de que a

administração de Adhemar atentava contra a integridade nacional. As pressões alcançaram o nível máximo.

A ameaça de intervenção provocou repúdio em setores paulistas não afinados com o governador. Apoios começaram a chegar de outros Estados, preocupados de que, se consumada, a intervenção abriria um perigoso precedente. O ministro da Guerra, general Canrobert, viaja a São Paulo e pede providências a Adhemar diante da agitação sindical e comunista.

Adhemar responde ao ultimato do general, passando a perseguir com violência os comunistas. O jornal comunista *Hoje* foi invadido pela polícia e empastelado. Líderes e militantes são presos indiscriminadamente. A repressão culminaria de forma trágica com o chamado “Massacre de Tupã”, em setembro de 1949, quando três militantes do partido são chacinados pela polícia.

Finalmente as acusações contra o governador chegaram ao Senado, que as desconsiderou, marcando assim o encerramento da campanha pró-intervenção. Adhemar saía vitorioso da campanha, consolidando sua posição política no Estado e neutralizando o PSD.

Ajudou em sua consolidação a sua atuação frente ao governo, que apresentou características dinâmicas semelhantes à sua passagem pela interventoria. Baseava-se em grande obras e, principalmente, na extensão dos serviços oferecidos pelo Estado à população, o que implicava no aumento considerável da máquina administrativa, disponibilizando recursos importantes para o PSP atender os reclamos de sua clientela.

Rumo à política nacional

Consolidada sua posição no Estado, Adhemar passa a acalantar o desejo de ser presidente da República. O governador paulista começa a articular sua candidatura através de viagens por todos o país, tentando projetar sua imagem pessoal e angariar prosélitos.

Mas a articulação mais consistente passava pelos dois partidos que haviam dado sustentação ao governo Dutra, PSD e UDN. Surgiram diferentes tentativas de composição, sendo a mais efetiva a chamada “fórmula mineira”, que no entanto causava divergências nos diretórios regionais pessedistas, divididos entre partidários de Dutra e de Vargas. Já na UDN havia desconfiança quanto ao cabeça de chapa, que seria indicado pelo PSD. O “grande mudo” neste processo era Getúlio Vargas, que de seu recolhimento no pampa gaúcho discretamente tratava de incentivar candidaturas contrárias ao Catete. Adhemar tenta se aproximar de Vargas e do PTB, já que a sua sustentação partidária era circunscrita basicamente apenas a São Paulo.

Ao mesmo tempo, o eventual apoio de Adhemar a Getúlio era de fundamental importância, pois como vimos, o PTB carecia de estruturação mais consistente em São Paulo, enquanto que o líder paulista poderia fornecer no maior colégio eleitoral nacional apoio de monta. Com o prazo de desincompatibilização se esgotando, o curso das *démarches* entre emissários de Adhemar e Getúlio seguia frenético. Finalmente, o PTB fechou questão em não apoiar a candidatura de Adhemar, enquanto Vargas conseguia aparar arestas em setores militares, viabilizando-se. Adhemar estabelece então com Vargas o “Protocolo dos Santos Reis”, documento registrado no verso de uma foto dos dois políticos tirada na fazenda de Itu, cujo conteúdo assegurava o apoio fundamental do PSP à candidatura do PTB, a inclusão na chapa presidencial de um nome do PSP como vice-presidente (no caso, Café Filho), a consulta a Adhemar na constituição do ministério e, o mais importante, o apoio de Vargas a Adhemar na sua sucessão.

A candidatura da chapa PTB-PSP foi lançada com grande estardalhaço num comício em frente ao Museu do Ipiranga, numa manifestação do prestígio de Adhemar, intitulado a partir desse episódio como o “general da vitória” da campanha de Getúlio Vargas.

Com a vitória de Vargas, o PSP assume alguns postos no seu governo. Adhemar indica o engenheiro Souza Lima para o Ministério da Viação, Horácio Lafer para Fazenda e Ricardo Jafet para a presidência do Banco do Brasil, além de obter a presidência do IAPETC e a prefeitura do Distrito Federal.

É importante destacar que a eleição para governador se desenrolou paralelamente a de presidente. Adhemar escolheu um nome fora dos quadros partidários para compor a chapa do PSP. O escolhido, Lucas Nogueira Garcez, se elegeu com facilidade, mas não iria corresponder as expectativas de Adhemar.

O novo governador não acolheu as sugestões de seu padrinho político e desenvolveu uma política de conciliação com as outras forças políticas, formando na Assembléia uma coligação partidária abrangente, ficando nominalmente de fora apenas os elementos da UDN e do PSB. Mesmo assim Adhemar obtêm do governador as secretarias da Fazenda e da Educação, esta com vasto potencial de empreguismo.

Adhemar também não teria sucesso na conquista do campo trabalhista em São Paulo. Sua tentativa de fundir o PSP e o PTB paulista foi barrada por Vargas. O ministro do Trabalho e presidente em exercício do PTB, Danton Coelho, acusou Adhemar de tentar desagregar o partido. O resultado foi mais uma intervenção no Diretório Estadual petebista. Aliás, a história do PTB em São Paulo foi sempre marcado pela ingerência do PTB nacional. A provável causa deriva da preocupação das correntes getulistas, hegemônicas no PTB nacional, de que o PTB paulista, contando com a grande concentração de trabalhadores em São Paulo, pudesse descolar da orientação de Getúlio Vargas. Isso agravou a fraqueza do partido em São Paulo, favorecendo assim o acesso de Adhemar às clientelas petebistas.³⁹

³⁹ A história do PTB paulista, sua dificuldade em se estruturar e as ingerência da direção nacional em seu rumo está em BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita - *O PTB e o Sindicalismo: Partido e Sindicato em São Paulo* - São Paulo, Brasiliense, 1989.

Surge Jânio Quadros

As divergências de Adhemar com Garcez afloram diante das eleições para a Prefeitura de São Paulo. Para Garcez, as eleições se apresentavam com um teste à sua liderança. Se vitorioso, poderia levar o partido a apoiar um candidato de seu agrado para a sua sucessão, além de se colocar em condições de influir decisivamente no jogo da sucessão presidencial.

O governador passa então a articular uma candidatura suprapartidária, recaindo a escolha no nome de seu secretário da Saúde, Francisco Antônio Cardoso. Adhemar, na impossibilidade de lançar um candidato de seu feitio no PSP, opta por *cristianizar* Francisco Cardoso, beneficiando a oposição.

Pelo lado da oposição surge o nome de Jânio Quadros, que pauta sua campanha no *slogan* do “tostão contra o milhão”, frente ao peso da máquina governamental. Quadros é lançado por dois pequenos partidos, o PSB e PDC, mas recebe o apoio dissimulado do PTB, e de uma expressiva parcela da base operária comunista, divergente da orientação eleitoral da cúpula do PCB.

A situação torna-se insustentável dentro do PSP. Garcez reivindica a presidência do partido para conduzir a sucessão estadual. Adhemar nega e Garcez e seu grupo deixam o partido.

A vitória Jânio Quadros no cenário político paulista, em 1953, iria abalar o prestígio popular de Adhemar. No ano seguinte os dois iriam se debater pela cadeira de governador de São Paulo. Jânio sairia pelo PSB e pelo PTN, enquanto Adhemar contaria apenas com o PSP.

Jânio e Adhemar disputaram acirradamente o voto popular. A vitória coube a Jânio Quadros, com a diferença mínima de cerca de 18 mil votos.

A partir dessa eleição os dois iriam polarizar a política de São Paulo até 1962. Acreditamos que a hegemonia de Adhemar, sua grande viabilidade eleitoral, só poderia mesmo ser contestada não pelos partidos tradicionais,

mas sim por figuras que assim como ele fossem dotados de enorme carisma e facilidade no trato com as massas populares. E não podemos negar a Jânio esses atributos.

Primeiro vôo presidencial

Perdido o governo de São Paulo, Adhemar tratou de articular sua candidatura para presidente. Ele tentava manter a coligação populista que permitiu a eleição de Vargas em 1950. Mas as negociações com o PTB não avançaram e João Goulart, presidente do PTB, anuncia formalmente o rompimento. A bandeira das forças getulistas fora empunhada por Juscelino Kubitschek, do PSD, o candidato vitorioso. De qualquer forma, a posição de Adhemar na campanha se notabilizou por forte conotação antigolpista, afirmando que resistiria junto com o candidato do PSD a qualquer tentativa de bloqueio de sua candidatura.

Apesar de obter a terceira colocação nas eleições (com 26% do total de votos), elas foram importantes para Adhemar manter vivo o seu prestígio político. A sua votação em São Paulo foi espetacular, muito acima a do candidato vitorioso. Habilitou-se assim a participar das próximas disputas eleitorais em seu Estado.

Jânio tentava impedi-lo de desfrutar dessa conquista. O governador paulista se aplicou na conclusão de processos surgidos contra Adhemar. O processo dos “chevrolet” referia-se a irregularidades que teriam ocorrido na compra de veículos desta marca para o Estado durante a administração de Adhemar à frente do Estado. O mais pitoresco era o processo da “urna marajoara”, referente ao sumiço do artefato do acervo do Museu Paulista. Adhemar teria se apropriado da peça.

Adhemar tenta se defender, mas Jânio consegue a sua condenação no caso das compras dos veículos. Decretada a sua prisão, Barros foge para o Paraguai numa manobra rocambolesca. Emissários do governador partem no encalço do fugitivo. Este consegue escapular para a Bolívia, onde espera

obter asilo político. Jânio pressiona o Ministério da Justiça para que peça a extradição de Adhemar. Finalmente um acórdão do Supremo Tribunal Superior em 1956 anula a sentença e Adhemar volta ao Brasil.

Dentro de seu estilo, trata de capitalizar politicamente a peripécia, se apresentando como perseguido pela sanha vingativa de Jânio. Uma missa de Ação de Graças na catedral da Sé atrai 12 mil pessoas solidárias à figura de Adhemar.⁴⁰

Com seu cacife político revigorado, parte para a conquista da Prefeitura de São Paulo, em 1957. Concorrem, além de Adhemar (PSP-PRP e elementos dissidentes petebista), Prestes Maia (apoiado pelo governador, PSB e UDN) e Toledo Piza (grupo petebista sob a legenda do PRT). Adhemar consegue uma ampla vitória, obtendo 51% dos votos nominais.

No ano seguinte tenta conquistar o governo estadual, novamente apoiado pelo comunistas. Prestes assim justificaria a adesão à candidatura adhemarista: “Compreendemos e reconhecemos o prestígio adhemarista em São Paulo. Já o apoiamos uma vez. Nós o elegemos governador. Depois rompemos com seu governo porque ele se tornou reacionário e matou trabalhadores, como aconteceu em Tupã. Isso marcou o sr. Adhemar de Barros definitivamente. Entendemos, por isto, que não será fácil apoiá-lo novamente. Se esse apoio, entretanto, for conveniente e necessário, acredito que nossos camaradas daquele Estado tenham suficiente prestígio junto à massa para conduzi-la mais uma vez ao adhemarismo.”⁴¹

Adhemar contou também com o apoio do PTB, finalmente de forma oficial. A razão derivou da estratégia do PTB nacional em bombardear o candidato do governador Jânio, Carvalho Pinto, já tendo em vista o enfraquecimento de uma possível candidatura de Quadros na sucessão presidencial de JK.

⁴⁰ SAMPAIO, Regina - *op. cit.*, pág. 90.

⁴¹ A declaração de Prestes está em SAMPAIO, Regina - *op. cit.*, pág. 92.

Para Adhemar, “a aliança com o PCB e o PTB inseria-se dentro de uma estratégia que visava retirar das forças janistas a primazia do apelo às camadas radicais do eleitorado e trazer para o PSP a votação do operariado.”⁴²

A manobra não deu certo. O próprio Adhemar refugou o apoio dos comunistas. Na verdade ocorria no Brasil um acelerado processo de radicalização de posições políticas que colocava Barros num grave dilema. Seu discurso populista não poderia acompanhar os discursos dos nacionalistas e comunistas, muito mais radicais. Adhemar era a expressão pura de um populismo “conseqüente”, ou seja, reformas mínimas, baseadas mais na atuação do Estado como mediador das demandas populares em busca do bem estar social. Filho da oligarquia, presidente de um partido que contava em seus altos quadros com membros proprietários de terras, comerciantes e médios e pequeno industriais, não poderia assumir um discurso de mudança de *statu quo*, sob pena de perder apoio dentro de suas bases partidárias.

Ambígua, a campanha adhemarista naufragou e Carvalho Pinto tornou-se o novo governador de São Paulo.

Adhemar apresenta-se como candidato a eleição presidencial de 1960. O PSD tenta convence-lo a desistir, já que sua candidatura teoricamente retiraria votos do candidato pessedista, general Henrique Lott. Adhemar se recusa a retirar a candidatura e ele e Lott são atropelados pela campanha vitoriosa de Jânio Quadros. Apesar de contar com o apoio entusiasmado da UDN, a candidatura de Jânio conseguiu manter forte penetração popular, além de angariar importante número de votos de setores da classe média seduzidos pela plataforma de moralização administrativa.

A radicalização da sociedade brasileira, fruto direto do rápido desenvolvimento econômico, da crise daí advinda e do progressivo aumento

⁴² Idem, pág. 93.

de mobilização social, traria a Adhemar o dilema de se posicionar. Pois na onda de radicalização de demandas, surgiam políticos que portavam discursos mais precisos quanto às reformas necessárias. Adhemar começava progressivamente a perder o seu encanto diante das massas populares e passava a buscar apoio em setores mais conservadores da sociedade.

Essa mudança de rumos foi bem captado por Oliveiros Ferreira, ao analisar as eleições para governador de São Paulo, em 1962, quando Adhemar finalmente derrota Jânio Quadros. Aproveitando-se do turbilhão provocada pela renúncia de Jânio e da crise decorrente, Adhemar tenta se posicionar como elemento apaziguador no cenário político: “Na crise do Sistema que se abriu a 25 de agosto de 1961, opuseram-se, desde o início, dois partidos: o da Ordem e o dos inimigos da Ordem; os que julgavam necessário pôr-se cobro à ação livre e desenfreada dos líderes sindicais que ameaçavam o Congresso com greve gerais e aos pronunciamento de generais que faziam pressão sobre o Legislativo para obter a votação de maiores poderes para o sr. João Goulart e os que desses poderes sindicais e militar se serviam para atacar os fundamentos mesmo da sociedade brasileira da época. (...) O sr. Adhemar de Barros teve a virtude de intuir os termos em que se daria a polarização de forças no pleito de 1962 - e de pressentir de que lado sopravam os ventos. Daí sua propaganda, numa coerência pertinaz de temas e de veículos de divulgação, ter-se dirigido antes e acima de tudo aos que almejavam a tranqüilidade e a Ordem.”⁴³

Esta postura Adhemar retomaria mais à frente, em 1963, quando a crise brasileira alcança maior virulência e ele se apresenta como a sua solução: “Sempre fui populista. Por isto caminhei ao lado do presidente Vargas. Fizemos juntos a campanha populista. Tenho horror dos reacionários. Detesto tanto a extrema direita como a extrema esquerda,

⁴³ FERREIRA, Oliveiros S. - “A Crise de Poder do ‘Sistema’ e as Eleições Paulistas de 1962”, *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 16 (janeiro de 1964).

porque ambas são nocivas. Estou no centro, com uma política social e progressista. Não sou pelo socialismo de Estado, mas prestigio a socialização do progresso e o desfrute das riquezas coletivas. Toda a minha carreira política se fez no meio do povo, dos pobres, dos humildes e dos desamparados, nunca me isolei nas cúpulas e nos círculos dos privilegiados. Conteí sempre com a solidariedade da minha classe, que é a classe média, dos profissionais liberais e dos homens da livre empresa. Minha candidatura se me afigura, por todos esses motivos, irreversível. Sinto a voz da raça e vejo com tristeza São Paulo ausente da direção da república há 35 anos. Sinto que estou em condições de pôr fim ao processo de comunização do País, sem recorrer a violência ou ao paredão”.⁴⁴

Com o agravamento da crise brasileira, Adhemar de Barros se engaja na conspiração que daria fim ao governo Goulart. Na verdade, a radicalização das posições políticas levaram-no a trilhar por este caminho. Seu discurso já não encontrava ressonância nas massas, e a tão sonhada cadeira presidencial, perseguida em dois pleitos fracassados, parecia mais distante.

⁴⁴ In *Manchete* - Rio de Janeiro, Editora Bloch (14/12/63), Cf. GRIN, Guita - *op. cit.*, pág.49.

CAPÍTULO 2 - Conspiração e a queda de abril

A renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, provocou imensa frustração dos opositores do “bloco populista”. Desde 1945 a UDN e a direita brasileira perseguiram a cadeira presidencial. Com o advento do fenômeno Jânio Quadros finalmente parecia ter chegado a hora. Apesar do personalismo do político mato-grossense, avesso ao jogo partidário, suas colocações a favor da moralização da política e sua grande viabilidade eleitoral fizeram com que os líderes da UDN, liderados por Carlos Lacerda, torpedeassem as candidaturas eminentemente udenistas e embarcassem na aventura que significou Jânio. Uma candidatura ao mesmo tempo populista, mas com forte conotação udenista.

O candidato da UDN foi eleito com expressiva votação e, logo após a posse, o partido percebeu a dificuldade em enquadrá-lo. Suas opiniões sobre política externa independente soaram como heresia para udenista e militares comprometidos com os fundamentos da Escola Superior de Guerra. A condecoração do ministro cubano Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul provocou protesto e muitos militares e civis devolveram em desagravo a comenda que haviam recebido.

Sem maioria no Congresso, perdendo prestígio político, acusado por Lacerda de tramocar um golpe de Estado, Jânio Quadros tentou uma manobra bonapartista: renunciou e esperou que sua enorme base popular, a classe empresarial, a direita política e o alto comando militar (avesso ao vice-presidente João Goulart) o trouxessem de volta à presidência. A manobra fracassou e sua renúncia foi acolhida pelo Congresso.

Tratava-se da volta da aliança PSD/PTB ao poder, com o agravante de que agora o comando do país estaria nas mãos do herdeiro político de Getúlio Vargas. Os ministros militares vetaram a sua posse. Mas a falta de coesão no seio das Forças Armadas - afinal o princípio da legalidade era marcante na maioria dos oficiais - junto com uma vibrante e eficiente

mobilização política e popular, liderada pelo governador gaúcho Leonel Brizola, impediu a consecução do golpe. Fracassados em seu intento, os opositores à posse aceitaram uma solução de compromisso que permitiu a João Goulart assumir a presidência com os poderes reduzidos, em setembro de 1961.⁴⁵

Foi a partir desse momento que os primeiros núcleos começaram o lento processo conspiratório, como relata o general Cordeiro de Farias, o mesmo que em outubro de 1945 foi entregar a Vargas o ultimato dos militares para a sua deposição.⁴⁶ Cordeiro de Farias fora o diretor da comissão organizadora que criou a Escola Superior de Guerra, aparelho militar que formulara a Doutrina de Segurança Nacional, coroamento de antigas formulações ideológicas internas do estamento militar.

Tentativas anteriores de uma formulação política militar

Já no limiar do século XX, em seu primeiro número, a revista *A Defesa Nacional* assim definia as responsabilidades das Forças Armadas: “O Exército precisa preparar-se para a sua função estabilizadora e de conservação dos elementos sociais em marcha. Deve estar preparado para corrigir as perturbações internas tão freqüentes na vida tumultuada das sociedades em vias de formação”.⁴⁷

45 Detalhes da crise da posse de João Goulart estão: VICTOR, Mário - *5 Anos que Abalaram o Brasil* - Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1965 e LABAKI, A. - *1961: A Crise da Renúncia e a Solução Parlamentarista* - São Paulo, Brasiliense, 1986.

46 “...durante todo o governo de Jango vivi em dolce far niente. Não exerci qualquer cargo, civil ou militar...Fiquei com tempo integral para conspirar”. In CAMARGO, Aspásia e GÓES, Walder - *Meio Século de Combate: Diálogo com Cordeiro de Farias* - Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981, pág. 535.

⁴⁷ *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, 1 (1), 1913. Citado em ROUQUIÉ, Alain - *O Estado Militar na América Latina* - São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1984, pg. 139.

As palavras da revista separam as Forças Armadas do conjunto da sociedade e colocam-nas na posição de árbitro das contendas sociais. Aparelho do Estado, as Forças Armadas apareciam aos editores da revista como um ente privilegiado, acima dos embates sociais e designado, pelo seu saber técnico e profissional, a fixar os destinos da nação. Mas para melhor exercer essa faculdade ainda seria necessário obter “massa crítica” para levar adiante o seu objetivo.

Por outro lado, mostra uma característica distinta dos exércitos do velho continente. A função de “grande mudo” desempenhada pelos agrupamentos militares da Europa não pôde ser adotada pelos militares brasileiros. Isso em razão do papel desempenhado e da autonomia conquistada pelas Forças Armadas na construção do Estado Nacional.⁴⁸

Responsável direto pelo advento da República, o Exército, sendo a única instituição do Estado com presença em todo país, teve como tarefa impedir a tendência à desagregação do vasto território nacional após o processo de descolonização. Durante a Regência, a tropa teve participação relevante no processo de contenção de grupos dissidentes.

De qualquer forma, o Exército, como parte da burocracia do Estado, sempre teve como característica uma formação mais rija, já que baseada na hierarquia e disciplina, enquanto outros setores de servidores dependiam de considerações políticas, identificadas pelos militares como um avanço ilícito das “elites envilecidas” sobre o Estado.

O fim da Guerra do Paraguai permitiu ao Exército efetuar consistente crítica de sua atuação e das dificuldades ocorridas no *front*, fruto das injunções políticas. A própria polêmica entre o comandante-em-chefe do Exército, Marquês de Caxias e o ministério Zacarias de Góes e Vasconcelos

⁴⁸ Ernesto Geisel é enfático em afirmar que os cadetes de sua geração não aceitavam a concepção do Exército ser o “grande mudo”, proposta pelos instrutores da Missão Francesa. D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso - *op. cit.*, pág. 42.

expressa as dificuldades nas relações entre o Poder Civil e o Militar. Vencida por Caxias, essa querela não estaria encerrada. Daria seus frutos na *Questão Militar*, antevéspera da queda definitiva do Império.⁴⁹

Sintomático foi que logo após a Guerra do Paraguai os militares criaram a *Escola Politécnica*, que “serviu para constituir uma espécie de ginásio político-literário-militar. Tudo isso preparando ali uma casta intermediária, interessada nas contendas civis, pela direção do espírito, e ligada ao exército pela identidade da profissão legal”, nas palavras de Tobias Monteiro.⁵⁰ Da *Escola Politécnica* sairia o oficial que levaria o “mole militar” a se movimentar e derrubar o Império, Benjamin Constant.⁵¹

O que pretendemos é demonstrar que os militares brasileiros tiveram entre as ocupações tradicionais, tais como zelar pela segurança das fronteiras e defender o país de ataques inimigos, grande interesse pelo desenrolar da política nacional. Preocupação ligada à idéia de que, para os fardados, as formas de execução das políticas públicas refletem na melhor performance do aparelho militar. Entramos então na questão do desenvolvimento nacional. As Forças Armadas precisam de políticas que forneçam condições de levar adiante a sua missão. Melhores estradas, melhor sistema de comunicações, parque industrial voltado para as suas necessidades, educação eficiente para seus futuros cadetes, etc. Quando o

⁴⁹ FERREIRA, Oliveiros S. - *Vida e Morte do Partido Fardado* - São Paulo, Senac, 2000, pág. 59 e segs. Oliveiros S. Ferreira detecta nas Forças Armadas a presença de um Partido Fardado, que emerge apenas em épocas de crise política ou tensão intramilitar e leva o “estabelecimento militar” a intervir na política.

⁵⁰ MONTEIRO, Tobias - *Pesquisa e Depoimentos para a História* - São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1982, pg. 63-64.

⁵¹ Excelente trabalho sobre a atuação política dos militares durante o Império e o começo da República encontra-se em : SCHULZ, John - *O Exército na Política - 1850-1894*, São Paulo, Edusp, 1994. Bastante interessante é o artigo de José Murilo de Carvalho, “As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador”. *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano* - t. III, v. 2 - São Paulo, Difel, 1977, pág. 180-234.

Estado é omissa, a corporação reclama mas não se abstém em cooperar, como diz o capitão Severino Sombra: “Em razão da extensão de seu território, do abandono de seus filhos nas províncias do interior, do baixo nível intelectual de suas populações, do problema de sua unidade, do imenso esforço que será necessário realizar para que se transforme em um país de homens sãos e alfabetizados, economicamente forte e politicamente educado, em razão da paz continental, o Brasil é, talvez, o país que tem mais direito entre todos de exigir que seu Exército tenha um papel educador”.⁵²

Analisemos as palavras do capitão. Elas demonstram a preocupação com alguns elementos que de fato obstaculizam o desenvolvimento do país e, em particular, as funções dos militares. Mas trás em seu bojo uma profunda discriminação contra a população nacional e desconfiança na eficiência do poder civil em coordenar de forma satisfatória o desenvolvimento nacional. O Exército aparece aí revestido de um “messianismo”, de um “direito manifesto” em comandar, por ser o mais apto e educado, o desenvolvimento nacional.

A questão é que diante da inexorável necessidade de desenvolver o país, os militares não podiam entender como o mundo civil estava afeito as injunções das disputas políticas-partidárias que, na ótica deles, atrasavam o início dos trabalhos. O problema reside em que o militar é treinado para, diante de uma situação de luta, agir rapidamente de acordo com o que foi planejado. E o objetivo será alcançado removendo os obstáculos que possam surgir.

Essa ótica podemos encontrar nas palavras do influente general Pedro Aurélio de Góes Monteiro, para o qual a Nação estaria exposta a perigos “devido a um política cheia de contradições e de vícios, sujeita aos entre-choques de interesses, às confusões e às divisões que ela própria cria e

⁵² Cf. SOMBRA, capitão Severino, “Lyautey e o Brasil”, *Revista do Clube Militar*, Rio de Janeiro, nº 48, 26 de junho de 1937, pgs. 241-244. In ROUQUIÉ, Alain, *op. cit.*, pág. 125.

alimenta com o fim de se manterem os seus aproveitadores nas posições lucrativas de mando (...) à custa de prejuízos para a coletividade e até da ruína da Pátria”.⁵³

Preconiza que caberia ao Exército, “como um órgão essencialmente político” interessar-se pela “a política econômica, a política industrial e agrícola, a política internacional, todos os ramos da atividade, da produção e da existência coletiva, inclusive a educação e a instrução do povo (...)” e sob sua égide, “devem organizar-se e orientar-se todos os grupos e classes sociais”.⁵⁴

Parece, à primeira vista, que o pensamento dos militares acima reflete uma perspectiva golpista de imposição sobre um mundo civil que ele não consegue compreender.

No entanto, na análise de Oliveiros S. Ferreira fica claro que essa incompreensão com o mundo civil não faz do militar um golpista em potencial. A própria instituição tem formas de conter os indóceis. Ao assumir a carreira das armas o primeiro ato do cadete é jurar pela defesa das instituições de seu país. O juramento é um compromisso de honra. A honra castrense é de difícil compreensão para os civis, pois as ações dos homens no mundo civil são mediadas pela legalidade. Para o militar, a honra é um princípio constitutivo da própria instituição, portanto não suporta a imoralidade revestida de legalidade. Além da honra, a disciplina e hierarquia oferecem formas de contenção eficientes.⁵⁵

Essas inquietações sobre o papel do Exército na vida nacional encontrará na Escola Superior de Guerra o seu porto seguro. Apenas com a criação da ESG será possível organizar o pensamento militar sobre o

⁵³ GÓES MONTEIRO, Pedro Aurélio de - *A Revolução de 30 e a Finalidade Política do Exército* - Rio de Janeiro, Adersen Editores, 1933, pág. 126.

⁵⁴ Idem, ibidem, pág. 133.

⁵⁵ FERREIRA, Oliveira S. - *op. cit.*, pág. 32.

desenvolvimento nacional e dar-lhe concretude na forma da Doutrina de Segurança Nacional. A partir da obtenção dessa “massa crítica” a instituição militar estaria apta a romper as barreiras da legalidade, derrubar um governo constitucional e assumir o poder.

Segundo Eliézer Rizzo de Oliveira, a criação da Escola Superior de Guerra (ESG) respondeu a necessidade de garantir a posição de um grupo militar no aparelho de Estado e a sua não dispersão. Sua organização assegurava a possibilidade de difusão ideológica entre as “elites civis e militares” que freqüentavam os seus cursos. A criação de associações de ex-alunos da ESG em vários Estados brasileiros facilitou a itinerância de seus quadros e de suas idéias, doutrinando as elites regionais. O marechal Juarez Távora, segundo comandante da ESG, afirmou que em sua gestão “quis aumentar a representação de civis. Achei que a finalidade da escola não era apenas treinar militares, mas também todos aqueles que poderiam influenciar o governo”.⁵⁶

Envolvida pelo clima de polarização ideológica advindo da Guerra Fria, a ESG postulou uma doutrina de segurança nacional onde se destacava o conceito de “guerra revolucionária”. Assim, perdia importância a noção clássica de agressor externo, para ganhar ênfase a agressão interna provocada pela oposição ao regime, articulada com o comunismo internacional.⁵⁷

Se na década de 50 o grande inimigo fora a vibrante mobilização social e operária comandada por Perón na Argentina, chamada pela direita brasileira de “república sindical”, no começo da década de 60 as atenções se voltam para a Revolução Cubana. Após o alinhamento do regime de Fidel Castro com a União Soviética, as pressões norte-americanas no continente

56 Entrevista concedida a Alfred Stepan em 8 de outubro de 1968. In STEPAN, Alfred, *op. cit.*, pág. 130.

57 OLIVEIRA, Eliézer R. de - *op. cit.*, pág. 20.

para o isolamento e rompimento com o pequeno país se avolumam; mas encontram na diplomacia brasileira, principalmente na figura de seu principal articulador, San Thiago Dantas, a defesa da não intromissão nos assuntos internos dos países membros, o que não permitiria, em tese, a intervenção em Cuba.

O sucesso da Revolução Cubana fortalecia os argumentos da doutrina da ESG, centrada na preocupação de que a progressiva mobilização das classes trabalhadoras, tanto na cidade, como no campo, viesse a viabilizar uma situação de insurgência, de contestação ao *statu quo* no Brasil.

Por outro lado, a doutrina estabelecida pela ESG reforçava “a tendência à predominância do grande capital (no meio do qual ressalta o capital estrangeiro) como meio indispensável ao desenvolvimento econômico e à implementação de uma política de Segurança Nacional. Resulta daí, no plano econômico e no político, o estabelecimento de limites ‘toleráveis’ à organização e participação política dos setores populares”.⁵⁸

Neste sentido, a DSN “não tem nenhuma outra finalidade além de subtrair a expansão econômica dos debates da vida política, o que também pode significar a eliminação da incerteza política que a democracia faz pairar sobre o Estado”.⁵⁹

Essa convergência de interesses foi fundamental para que os eseguianos encontrassem na facção empresarial de direita - principalmente seus setores articulados com o capital multinacional - a parceira ideal para aprofundar a conspiração contra o governo Goulart.

Militares e empresários

58 Idem, pág. 21.

59 ROUQUIÉ, Alain - *op. cit.*, pág. 336.

Logo após a posse de João Goulart, o general Golbery do Couto e Silva, chefe de gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, pediu sua passagem para a reserva. Golbery era importante ideólogo da ESG, um dos formuladores da Doutrina de Segurança Nacional.

Deixando o governo, o general agregou-se ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), fundado em 29 de novembro de 1961, restabelecendo contato com vários quadros de empresários e executivos que tinham cursado os programas da ESG. Fundou-se nesse momento uma comunhão de interesses que daria origem ao grupo conspiratório mais consistente contra o governo João Goulart, aglutinando representantes do grande capital multinacional e associado e um expressivo grupo militar.

René Dreiffus, calcado em minuciosa pesquisa, afirma que a formação do *Complexo IPES/ESG* forneceu a burguesia multinacional e associada a liderança inquestionável sobre o Golpe de 1964.⁶⁰

A afirmação é contestada por Argelina Figueiredo, apontando fatores intrínsecos e extrínsecos que poderiam inibir a ação do complexo conspiratório. Entre os primeiros, elenca a dificuldade de arregimentação entre os próprios empresários, por medo de represálias governamentais e de seus aliados. Em relação aos fatores extrínsecos, Argelina Figueiredo aponta a situação econômica do país e o conteúdo de políticas governamentais que poderiam facilitar ou dificultar a ação dos conspiradores.⁶¹

Em relação à posição dos militares, a autora corrobora a análise de Stepan, que chama a atenção para a posição legalista da maioria dos oficiais superiores. Para ambos, a postura legalista foi solapada no último mês do governo Goulart, quando a atuação do presidente galvanizou a oposição

60 O livro de DREIFFUS fornece com detalhes a marcha da conspiração levada adiante pelo IPES e militares da ESG. DREIFFUS, René Armand - *1964: A Conquista do Estado, Ação Política, Poder e Golpe de Classe* - Petrópolis, Vozes, 1981.

61 FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub - *op. cit.*, pág 174-175.

contra si e minou o apoio que ainda contava nas forças de centro e esquerda moderada. De qualquer forma é inegável que a atuação IPES foi fundamental para a vitória da conspiração.

Além disso, a classe fundamental à qual se dirigia a pregação do IPES foi, o que tudo indica, muito sensível a ela. Segundo Florestan Fernandes, “a burguesia não está só lutando para consolidar as vantagens de classe relativas ou para manter privilégios de classe. Ela luta, simultaneamente, por sua sobrevivência e pela sobrevivência do capitalismo (...) isso nos coloca, certamente, diante do *poder burguês* (...) que se impõe sem rebuços de cima para baixo, recorrendo a quaisquer meios para prevalecer, erigindo-se a si mesmo em fonte de sua própria legitimidade e convertendo, por fim, o Estado nacional e democrático em instrumento puro e simples de uma ditadura de classe preventiva”.⁶²

Mas para o sucesso da conspiração era necessário o convencimento dos oficiais legalistas, a maioria da corporação, pois a lembrança do fracasso da tentativa de golpe em 1961 estava ainda presente na memória dos militares golpistas.

A tarefa de aglutinação militar foi facilitada à medida em que os acontecimentos se desenrolavam. A agitação crescente, principalmente nos escalões subalternos das Forças Armadas, foi a senha que permitiu a grande parte dos oficiais a aceitação de uma solução extralegal para o quadro político.⁶³

62 FERNANDES, Florestan - *A Revolução Burguesa no Brasil* - Rio de Janeiro, Zahar, 1975, págs. 296-297.

63 A questão da sindicalização dos praças e sargentos, a tentativa de obter direitos políticos plenos para esse segmento das Forças Armadas, a “Revolta dos Sargentos” e a greve dos marinheiros, pareciam aos oficiais indícios de que as Forças Armadas estavam a beira do colapso.

Adhemar e os governadores

Durante o carnaval de 1963, o governador de São Paulo envia seu Chefe da Casa Civil, Álvaro Teixeira de Assunção, aos Estados levando uma minuta do que seria o embrião do “Manifesto dos Governadores Democratas”. O documento recebe de pronto as assinaturas de Carlos Lacerda, Ildo Menegheti, Luís Cavalcanti, Francisco Lacerda de Aguiar, Lomanto Júnior, Seixas Dória, Pedro Godim e Virgílio Távora. O manifesto aponta a necessidade de implementar reformas dentro da lei e da ordem, adverte que as Forças Armadas não “devem ser afastadas de suas verdadeiras finalidades” e conclui estabelecendo um sistema de consulta mútua e pronunciamento conjunto dos governadores na iminência de crise⁶⁴.

A articulação do manifesto significou o rompimento político de Adhemar com governo de Jango. A partir deste momento, Adhemar inicia as atividades conspiratórias, que ficaram conhecidas como a “conspiração dos cafezinhos”, referência aos muitos encontros nos Campos Elíseos, aparentemente sem muita consequência.

Um dos interlocutores do governador era o general Cordeiro de Farias, principal articulador dos diferentes grupos de conspiradores existentes. Por medidas de segurança as reuniões passaram a ocorrer num apartamento cedido por um empreiteiro do DNER, ligado a Adhemar. O governador chegou a participar de algumas reuniões no novo “aparelho”, mas preferiu se manter à distância, optando em receber as gravações dos encontros para depois transmitir sua opinião sobre os assuntos tratados.

Adhemar de Barros foi atraído para a órbita do IPES pelo banqueiro Herman de Moraes Barros (Banco Itaú), membro do intitulado “comitê revolucionário”, que agregava ativistas do IPES e militares. Herman chegou a

64 A íntegra do documento está em SILVA, Hélio - 1964: *Golpe ou Contragolpe* - Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1975, págs. 265-266.

exigir dos membros do comitê paulista a condição de que o grupo recebesse o apoio tácito do governador.

Afinal, a participação do governador Adhemar de Barros era essencial para o sucesso da conspiração em São Paulo. Primeiro, por controlar uma eficiente máquina partidária, elemento-chave para o sucesso de uma campanha de mobilização da opinião pública contra o governo Goulart; segundo, sua posição de comando no Estado facilitava o trabalho de agregar interesses sócio-econômicos paulistas, às vezes díspares, na empreitada golpista; terceiro, e não menos importante, era o comandante da poderosa milícia estadual, a Força Pública de São Paulo, com um contingente policial que ultrapassava o número de 25 mil homens, treinado “especialmente para lidar com civis e com um tal potencial bélico que a transformava em exército de fato”.⁶⁵

O envolvimento do governador na conspiração pode ser medido pelo desembaraço em que seu secretário de Segurança Pública, general Aldévio Barbosa de Lemos, abastecia seu chefe com as conversas telefônicas do presidente, através de um dispositivo eletrônico de escuta montado em plena Brasília.⁶⁶

Nos meses finais de 1963 a conjuntura política se acirrou e ficou claro que a solução para a crise ultrapassava os contornos do “pacto populista”. A solução por via extralegal tornava-se mais viável para os antagonistas. Restava saber de que lado viria o golpe e quando.

Isso parecia ficar mais claro a cada dia, com as declarações veementes de Lacerda insinuando a necessidade de uma intervenção militar em entrevista a uma jornal norte-americano, Júlio de Mesquita Filho comentando claramente o assunto na Sociedade Interamericana de Imprensa, o general Castelo Branco afirmando que era intolerável o

65 DREIFUSS, René - *op. cit.*, pág. 362.

66 SILVA, Hélio - *op. cit.*, pág. 267.

movimento sedicioso dentro das fileiras do Exército⁶⁷, Brizola concitando os seus partidários a se organizar nos “Grupos dos Onze”.

Logo após a “Revolta dos Sargentos”⁶⁸, João Goulart enviou ao Congresso um pedido de Estado de Sítio, supostamente requerido pelos ministros militares, mas que se destinava em primeiro lugar a intervir na Guanabara contra Lacerda. O pedido levantou dúvidas quanto as suas verdadeiras intenções: seria tanto o primeiro passo em direção ao golpe continuísta do presidente como também o início da repressão aos movimentos populares (cujo principal alvo seria a CGT) e de intervenção em Estados hostis ao governo. Até mesmo seus aliados, como o governador Miguel Arraes, consideravam o pedido como uma evidência das intenções golpistas do presidente e, junto com as esquerdas, rejeitaram a medida excepcional.⁶⁹ Goulart teve que retirar o pedido do Congresso.⁷⁰

⁶⁷ Castelo Branco no discurso de sua posse na chefia do Estado-Maior do Exército, no dia seguinte a “Revolta dos Sargentos”, condenou os “oportunistas reformistas que pretendiam substituir as Forças Armadas por milícias populares de ideologia ambígua”. In BANDEIRA, Moniz - *O Governo João Goulart: As Lutas Sociais no Brasil/1961-1964* - Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, pág. 123.

⁶⁸ A “Revolta dos Sargentos”, em 12 de setembro de 1963, foi um movimento de sedição de cerca de 500 sargentos das três Forças, ocupando importantes centros administrativos de Brasília. O motivo alegado foi a recusa do Supremo Tribunal Federal em reconhecer a elegibilidade dos sargento, acarretando a perda do mandato de vários deles. VICTOR, Mário - *op. cit.*, pág. 314.

⁶⁹ Araújo Netto relata as atribulações do governador de Pernambuco tendo que cobriu duas frentes: de um lado, demonstrar a opinião pública que suas ações nada tinham de subversivas, de outro, se defender de uma possível intervenção federal em seu estado, que ele acreditava que ocorreria se Goulart partisse para o golpe. NETTO, Araújo - “A Paisagem”, in: DINES, Alberto (org.) - *Os Idos de Março e a Queda de Abril* - Rio de Janeiro, José Alvaro Editor, 1964, págs. 13-64.

⁷⁰ O deputado Doutel de Andrade revelou que ao levar ao presidente a notícia da derrota do pedido de Estado Sítio, este comentou: “Nesta madrugada começou a minha deposição”. In BANDEIRA, Moniz - *op. cit.*, pág. 133.

Em dezembro de 1963 o ministro da Fazenda Carvalho Pinto pede demissão, após sofrer desgastante campanha advinda dos setores nacionalistas. Afasta-se a partir deste momento qualquer possibilidade de apoio ao governo das elites empresariais, principalmente as paulistas, pois a presença do ministro no governo sinalizava uma certa moderação de Goulart em assuntos econômicos.

Entretanto, o rompimento oficial da poderosa Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) com o governo só se verificou após a eleição na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), onde elementos da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) desafiaram e derrotaram a chapa dos antigos “pelegos”, utilizando recursos disponibilizados por membros do governo Goulart. A conquista da direção da instituição pela CGT sinalizava uma postura sindical mais combativa da CNTI, com o agravante de que ela aglutinava mais da metade dos trabalhadores sindicalizados.⁷¹

Enquanto no Rio de Janeiro a situação se radicaliza⁷², culminando no Comício das Reformas, em São Paulo Adhemar já demonstra não se submeter efetivamente ao poder dos membros do governo federal.

Em 16 de março, João Pinheiro Neto, superintendente da Supra é agredido, ao chegar na Faculdade de Direito de São Paulo para ministrar palestra, por manifestantes ligados aos conspiradores. Recorre ao comandante do II Exército, general Amaury Kruel, que se omite, dizendo que a obrigação de garantir a ordem é da polícia do Estado. Retorna ao Largo de São Francisco com um efetivo da Polícia Civil, que garante sua segurança até cinco metros antes do portão, tendo que atravessar um corredor entre os

⁷¹ FIGUEIREDO, Argelina - *op. cit.*, pág. 178.

⁷² A oposição via como clara manifestação de radicalismo do governo a assinatura de Jango, na véspera de Natal, ao decreto que estabelecia o monopólio da importação de petróleo e derivados. Da mesma forma, a sanção, a 17 de janeiro, da Lei de Remessa de Lucros, aprovada pelo Congresso Nacional ao final de 1961

agressores. Inconformado, desiste da palestra, o que mostrava um claro desrespeito a uma autoridade federal pelo governo estadual.⁷³ Um dos organizadores do IPES e ativo conspirador, organizador de brigadas de jovens direitistas, Herman de Moraes Neto, se vangloriava de que “em alguns casos, elementos de destaque e até ministros de Estado passaram sustos inesperados, recebendo merecido castigo, que bem testemunhavam a disposição do povo de São Paulo em não permitir a preparação da comunização do país”.⁷⁴

Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais, viaja a São Paulo no dia 18 e sugere a Adhemar a elaboração de manifesto à Nação, em defesa das instituições democráticas e da liberdade, a ser assinado inclusive pelos candidatos à presidência.

Enquanto isso é organizada, com o apoio explícito do governador, a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Uma resposta do “povo” paulista à “ameaça comunista” representada pelos últimos atos do governo Goulart.

No dia 19 de março São Paulo assiste a maior manifestação de repúdio ao governo federal. Estima-se que mais 500 mil pessoas engrossaram a marcha.

Logo na vanguarda da manifestação vinham os Dragões da Força Pública, seguidos pelas autoridades, com especial destaque para a primeira dama do Estado, dona Leonor Mendes de Barros, protegida por um cordão de isolamento. Um helicóptero sobrevoava incessantemente a multidão, levando a bordo o governador. Os manifestantes em coro bradavam palavras de ordem pedindo o fim do governo Goulart. Ao chegar a praça da Sé, a Banda da Força Pública simbolicamente executou *Paris Belfort*, o hino da Revolução de 1932.

73 DUARTE, Eurilo - “32 mais 32, igual a 64”, in DINES, Alberto, *op. cit.*, pág. 130.

74 In SILVA, Hélio - *op. cit.*, pág. 252.

À noite, ao receber a delegação carioca da Campanha da Mulher pela Democracia, Adhemar admite que “a situação é muito grave. O negócio vai se decidir nos próximos dias. Agora, só Deus, só a Virgem podem salvar-nos. Agora está feito. O nosso dispositivo está pronto.”⁷⁵

Raphael Noschese, presidente da FIESP, convoca reunião onde o alto empresariado paulista declara ser “uma necessidade premente sustentar institucionalmente o regime para vencer a crise que nos angustia.”⁷⁶

Na noite do dia 20, o governador paulista fala durante três horas na televisão. Desafiando o governo Goulart, declara ter aviões prontos para transporte de tropas, no total 30 mil homens bem armados e municiados, ressaltando que o número corresponde a mais da metade do efetivo do Exército no Estado. Insinua que ele pode ser o presidente da Nação bem antes das eleições de 1965.

No dia seguinte, Adhemar embarca para Porte Alegre para confabulações com o governador gaúcho Ildo Meneghetti. Na volta declara que “ficou resolvido que São Paulo e o Rio Grande do Sul lutarão juntos pela preservação do sistema democrático, para que os que nos ameaçam saibam, nesta altura, que estamos coesos”.⁷⁷

No dia 23 as televisões paulistas, junto com algumas rádios, formam um *pool*, a Rede da Democracia, controlada de dentro do gabinete do secretário de Segurança Pública de São Paulo.

Dois dias depois o governo federal contra-ataca e suspende o redesconto do Banco do Brasil para São Paulo e Rio Grande do Sul. Imediatamente o governador põe os serviços da Caixa Econômica Estadual à disposição da indústria e do comércio.

75 Idem, pág. 134.

76 Idem, pág. 135.

77 In *Folha de São Paulo* de 23 de março de 1964.

A eclosão da revolta dos marinheiros no Rio de Janeiro coloca mais combustível na crise. A decisão de anistiar os revoltosos foi encarada como uma afronta à hierarquia e à disciplina das Forças Armadas. O discurso inflamado do presidente no Automóvel Clube, no dia 30, para uma platéia composta de sargentos, seria seu último ato. No dia seguinte os tanques começariam a se mover em direção ao Rio de Janeiro.

Enquanto o presidente tentava a sua última cartada no Automóvel Clube, negando a acusação de que o seu governo enveredava para o comunismo, sindicatos de São Paulo, reunidos na sede da IAPI, declaravam-se em assembléia permanente, afirmando em nota que “o Governador Adhemar de Barros, em reiterados pronunciamentos políticos, encarrega-se de intranquilizar a população, proclamando que será o presidente ainda este ano, apesar de as eleições estarem marcadas para 1965. Articula-se claramente para depor o Presidente da República, em esquema preparado, politicamente, pelos governadores de São Paulo, Guanabara, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.”⁷⁸ Os sindicatos seriam os primeiros a sentir a avalanche repressiva logo após a vitória do golpe.

O Golpe de 1964 foi a resposta a uma conjuntura crítica surgida no início da década. “Desde 1961, com a renúncia de Jânio Quadros à Presidência, a crise política mostrava suas raízes sociais e econômicas e os políticos se viam ante o drama de perceber que nem tudo se resumia em ‘fórmulas’ de acomodação. A urgência crescente de soluções radicais para os problemas postos pelo desenvolvimento do país deixam bastante claro que alguns setores políticos deveriam ser sacrificados, não poderiam se compreendidos no desfecho que se prenuncia”.⁷⁹

A incapacidade dos políticos em controlar a crise permitiu que as Forças Armadas emergissem no processo político como o “partido da

78 DUARTE, Eurilo - *op. cit.*, pág. 139.

79 WEFFORT, Francisco - *op. cit.*, pág. 16.

ordem”, de manutenção e ampliação do *statu quo*. A Escola Superior de Guerra havia proporcionado aos militares segurança para conduzir a resolução dos problemas brasileiros, e seus membros acreditavam que estavam tecnicamente preparados para governar o país na emergência de uma “convocação”.⁸⁰

Neste sentido, o Golpe de 1964 assumiu “o duplo significado de um movimento primordialmente voltado a impedir a continuidade da ascensão dos movimentos populares e, secundariamente, de contestação da dominação burguesa (tal qual se estabelecera no Estado populista) que se demonstrava incapaz (através das antigas alianças que se encontravam em crise) de assegurar a dinamização (no limite, a permanência) do Estado capitalista brasileiro. Em outros termos, da acumulação capitalista”.⁸¹

80 STEPAN, Alfred - *op. cit.*, pág. 137.

81 OLIVEIRA, Eliézer R. de - *op. cit.*, pág 47.

CAPÍTULO 3 - A queda de Adhemar de Barros

No dia 2 de abril de 1964, o presidente da Câmara Federal, deputado Ranieri Mazzilli assumia a presidência da República sepultando simbolicamente o governo do presidente constitucional João Goulart. O golpe de Estado era vitorioso. A maioria dos políticos tinha a convicção de que essa nova intervenção militar estaria contida dentro dos limites das anteriores: encerrado o momento inicial de transe, o poder político naturalmente retornaria à classe política.

Nessa expectativa, Adhemar Pereira de Barros marcava posição e lançava-se candidato à presidente da República para o pleito que deveria ocorrer em outubro de 1965. A precipitação do governador paulista aparentemente derivava do cálculo político de que a eleição do general Humberto de Alencar Castelo Branco para a presidência era garantia suficiente para afastar o fantasma de uma ditadura militar sem prazo para se encerrar.

Barros e os outros líderes civis do movimento apoiaram o nome do chefe do Estado-Maior do Exército para ocupar a Presidência da República, vendo nisso um caráter “provisório” do poder militar: Castelo Branco era conceituado como um militar atento às suas obrigações profissionais e não afeito às paixões políticas, uma constante nos altos escalões da tropa, como se pode depreender do ativismo político de Eduardo Gomes, Juarez Távora, Henrique Lott e Cordeiro de Farias, para citar apenas alguns que concorreram a cargos eletivos. Além do mais, o general parecia bastante comprometido com os fundamentos democráticos-liberais, afinado com o discurso da UDN⁸² e, em seu governo, deveria levar adiante uma política que

82 “...Castelo, que, como já referi, tinha sido e ainda era, no começo do governo, um lacerdista”. - Depoimento de Ernesto Geisel em D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso - *op. cit.*, pág. 178.

permitisse a realização do pleito de 1965, sem a participação dos políticos comprometidos com o governo derrubado.

Entretanto, o Comando Revolucionário, formado pelo general Arthur da Costa e Silva, tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia de Mello e Augusto Hamann Rademaker Grunewaldd, edita o ainda sem número Ato Institucional⁸³, lançando dúvidas sobre as intenções dos militares em promover o retorno do estado democrático nas antigas bases. As dimensões do processo político desencadeado pela Comando Revolucionário surpreenderam a todos, mesmo seus aliados políticos, já que “nem o sr. Magalhães Pinto nem os seus colegas Lacerda e Adhemar, para não referir outros nomes menos conhecidos, tinham idéia do que era, na realidade, o movimento que aparentemente chefiavam. O mesmo pode ser dito dos comandantes militares de 31 de março, um dos quais, o bravo e espontâneo General Mourão, chegando ao Rio à frente de suas tropas, tomou um banho de chuveiro e foi visitar o Sr. Juscelino Kubitschek em seu apartamento de Ipanema”.⁸⁴

O significado da publicação do Ato Institucional foi analisado por Maria Helena Moreira Alves em seu estudo. Aponta que o Ato Institucional, amparado pelos pressupostos da Doutrina de Segurança Nacional, lançou as bases do Estado de Segurança Nacional, ou seja, um Estado onde suas estruturas estariam impregnadas pelos imperativos da DSN, abrindo caminho para novas formas de controle social e político, assim como um novo projeto de governo para o país.⁸⁵

83 O Ato Institucional, assinado pelo Comando Revolucionário, foi publicado em 9 de abril de 1964. *Diário Oficial da União* de 9 de abril de 1964.

84 PEDREIRA, Fernando - “Itararé, outra vez”, *O Estado de São Paulo* de 16 abril de 1967, citado por OLIVEIRA, Eliézer R. de - *op cit.*, pág. 17.

85 ALVES, Maria Helena Moreira - *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)* - Petrópolis, Vozes, 1984, pág. 27.

Ao mesmo tempo, o AI revestia de legalidade jurídica o governo advindo de um golpe militar, como afirma o redator do ato, Carlos Medeiros, em um tortuoso argumento: “sem ele o movimento civil e militar de março se confundiria com um golpe de Estado ou uma revolta destinada apenas a substituir ou afastar pessoas dos postos de comando e influência no governo.”⁸⁶

A primeira tarefa então apresentada foi limpar o terreno político, procedendo as cassações de políticos identificados com o governo deposto, a demissão de funcionários civis e militares, a intervenção em sindicatos, o fechamento de organizações estudantis e a perseguição policial indiscriminada de ativistas políticos, simpatizantes e lideranças; em suma, a “operação limpeza”.

Os números são difíceis de apurar. Listas de pessoas detidas eram diariamente divulgadas pelos jornais. Presídios, delegacias, quartéis, até mesmo navios eram usados para acomodar os presos. Moreira Alves estima o número de 50 mil pessoas detidas apenas nos primeiros meses após a tomada do poder.⁸⁷

No caso do Estado de São Paulo, podemos afirmar que a eficiência de sua polícia política nada deveu a suas congêneres. Tal desempenho causou repulsa em setores da imprensa paulista. A truculência dirigida a intelectuais da Universidade de São Paulo arrancaram páginas indignadas de jornais da capital paulista.⁸⁸ Até mesmo o comandante do II Exército, Amaury Kruel,

86 VIANA Filho, Luís - *O Governo Castelo Branco* - Rio de Janeiro, José Olympio, 1975, pág. 58.

87 ALVES, Maria Helena Moreira - *op. cit.*, pág. 59.

88 Durante todos os anos de 1964 e 1965, em muitas oportunidades, editoriais do jornal *Folha de São Paulo* vibraram contra a prisão e humilhação de professores da USP, responsabilizando principalmente o governador Adhemar de Barros pelas arbitrariedades. Coleção Folha de São Paulo 1964-65, Arquivo do Estado de São Paulo.

demonstrou descontentamento com a violência empreendida pela polícia paulista na “operação limpeza”, ainda nos primeiros dias de abril.⁸⁹

Mas o governador de São Paulo não demoraria para se ver pressionado pela avalanche repressiva do novo governo. No dia 27 de abril de 1964, o presidente eleito pelo Congresso Nacional, general Castelo Branco, usando das atribuições conferidas pelo Ato Institucional, assinava decreto-lei criando aquele que foi, no primeiro ano do governo militar, o principal instrumento para se livrar dos adversários políticos e de aliados incômodos: os Inquéritos Policial-Militares.

Adhemar de Barros na mira dos IPMs

A criação dos Inquéritos Policial-Militares estava prevista no texto do Ato Constitucional de 9 de abril, estabelecendo que inquéritos e processos seriam instaurados “visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de Atos de guerra revolucionária”⁹⁰.

A coordenação dos IPMs foi entregue a oficiais, geralmente coronéis ou patente equivalente das demais forças. Um órgão superior era o responsável em coordenar os trabalhos das centenas de IPMs instaurados. Esse órgão, a Comissão Geral de Investigação (CGI), era comandado pelo marechal Taurino Rezende. Taurino usava de sua influência para amparar politicamente os seus comandados nos seus abusos mais inconseqüentes⁹¹.

89 CASTELLO BRANCO, Carlos - *Os Militares no Poder: Castelo Branco* - Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977, pág. 10. A coluna do arguto cronista é de 7 de abril de 1964.

90 Artigo 8º, *Diário Oficial da União* de 9 de abril de 1964.

91 Em depoimento, Ernesto Geisel, chefe da Casa Militar de Castelo Branco, questionado sobre a justificativa ou o embasamento jurídico das cassações afirmou que “sobre o embasamento jurídico prevalecia a revolução. Era um ato da revolução.” D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso - *op. cit.*, pág. 176.

Na verdade, os homens que comandavam os IPMs foram os embriões do setor mais radical do Golpe de 1964, aquilo que se convenciou nomear de “linha dura”. Foram os responsáveis pela pressão intramilitar - acompanhada com presteza pela direita radical (é digno de nota os editoriais do jornal *O Estado de São Paulo* exigindo o “aprofundamento do processo revolucionário”) -⁹², de acirrar o processo discricionário. Além do mais, serviram como ponta de lança na criação de atritos do governo de Castelo Branco com grupos políticos aliados⁹³ e membros do Poder Judiciário.⁹⁴

A coordenação dos IPMs em São Paulo foi entregue ao coronel Dalysio Mena Barreto, assessorado principalmente pelos adversários de Adhemar na política de São Paulo, com especial destaque para o udenista Herbert Levy⁹⁵ e o grupo empresarial liderado por Júlio de Mesquita Filho⁹⁶.

92 *O Estado de São Paulo* de 26 de maio de 1964.

93 “Certa ocasião, fizeram um inquérito incluindo o Auro de Moura Andrade (...). E isso porque um parente dele fazia negociatas com a loteria federal em São Paulo. Procurei acabar com esse inquérito na parte referente ao Auro, que criava uma área de atrito com o governo”. Depoimento de Ernesto Geisel em D’ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso - *op. cit.*, pág. 175.

94 A concessão de habeas corpus a presos políticos, com especial destaque ao concedido ao ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes, levantou viva polêmica entre os oficiais, levando o ministro da Guerra, general Costa e Silva, declarar que a Revolução não havia se esgotado. A edição do Ato Institucional nº 2 veio cobrir a brecha democrática que significava as decisões do Poder Judiciário. Logo no artigo 6º do novo ato era determinado o aumento do número dos ministros do Supremo, de 11 para 16. O artigo 14º suspendia as garantias constitucionais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade dos juizes. *Diário Oficial da União* de 26 de outubro de 1965.

95 Hebert Levy, ligado na época ao Banco Itaú, era o político paulista mais ligado ao governador da Guanabara, Carlos Lacerda. Acompanhando o radicalismo de seu líder, Levy, além de se tornar o principal detrator de Adhemar no gabinete do presidente Castelo Branco, repercutia no Congresso a campanha de Lacerda contra a política econômica da dupla Campos-Bulhões.

O inquérito que mais provocou preocupação ao governador paulista foi o da Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos - CMTC. De acordo com os condutores do inquérito, as irregularidades estavam circunscritas aos anos de 1960 e 1961, período da gestão de Barros à frente da prefeitura da capital.

O inquérito foi instalado em meados de maio, e logo detalhes dos depoimentos e de documentos comprometedores começaram a vazar na imprensa, principalmente através do *O Estado de São Paulo*. Aliás, o jornal rotulou o inquérito de *mare magnum* dos estelionatos.⁹⁷

Pressentindo que as intenções dos militares dos IPMs e da oposição udenista desembocariam no seu pedido de cassação, Adhemar se avista com o general Amaury Kruel em busca de apoio. Kruel não decepciona, ao declarar que o governador era o “líder civil da Revolução”. Em entrevista no quartel-general do II Exército, Adhemar aponta a necessidade da democratização da “revolução”, sem a qual não seria possível receber empréstimos do exterior. Afirma não ser contra a prorrogação do mandato de Castelo Branco, assunto que agitava os corredores do Congresso Nacional. Numa tentativa de se alinhar com a “linha dura”, apoia o discurso do ministro da Guerra, que em termos incisivos afirmara a continuidade da “revolução”.

Tentando se viabilizar como candidato presidencial das correntes revolucionárias, Adhemar promete: “eleito, darei seguimento ao processo revolucionário, com a mesma decisão e o mesmo espírito que deram origem à Revolução”.⁹⁸

96 A família Mesquita jamais perdoaria o fechamento de seu jornal pelo então interventor Adhemar de Barros, em 1938. Durante toda sua trajetória política, Barros teve como adversária ferrenha as páginas do *O Estado de São Paulo*.

97 *O Estado de São Paulo* de 6 de julho de 1964.

98 Idem, 17 de julho de 1964.

A situação se agrava quando em 24 de julho são intimados a depor dois íntimos assessores de Adhemar: Adelávio Sete de Barros, subchefe da Casa Civil, e César Dias Batista, secretário particular.

No mesmo dia, nas tribunas da Câmara Federal, Hebert Levy dava prosseguimento ao desgaste do governador acusando-o de ordenar ao Banco do Estado de São Paulo dar garantias, no valor de 70 bilhões de cruzeiros, a hipoteca dos equipamentos da TV Excelsior requerida pelo grupo empresarial Mario Simonsen.

No dia 29 de julho, César Dias Batista, secretário particular do governador, era detido no quartel do Ibirapuera, onde estava sediado o IPM. A repercussão foi enorme. Partidários do governador demonstram preocupação com o avanço do inquérito. O líder do PSP na Câmara Federal, deputado Arnaldo Cerdeira, sai em defesa de Barros denunciando os “abusos” dos oficiais do IPM. Declara que teve dificuldade em conter a revolta da bancada pessepista no Congresso e exige audiência com o presidente para conter o furor investigativo de Mena Barreto.⁹⁹

O protesto do líder pessepista deu resultado. Em 3 de agosto o coronel Meira Matos¹⁰⁰, sub-chefe da Casa Militar e homem de confiança de Castelo Branco e do general Ernesto Geisel, chega a São Paulo e se encontra com Adhemar de Barros. Surgem boatos na capital paulista da demissão do encarregado do IPM. Assessores de Mena Barreto rebatem a acusação de Cerdeira, negando a intenção de derrubar o governador.

Acuado, o governador Adhemar de Barros reage e convoca seus líderes no Congresso e Assembléia Estadual e propõe a formação de um

⁹⁹ Idem, 2 de agosto de 1964.

¹⁰⁰ O coronel Meira Matos teve participação relevante em vários episódios do governo Castelo Branco. Além de servir como emissário especial do grupo castelista na eterna luta contra os abusos dos “duros”, Meira Matos coordenou a operação que redundou na deposição do governador de Goiás Mauro Borges e na sua nomeação como interventor.

secretariado amplo, no intuito de resguardar o “poder civil”¹⁰¹. O deputado federal Cantídio Sampaio, membros do “núcleo duro” do adhemarismo, ameaça com o rompimento do PSP.

A 12 de agosto, Mena Barreto ordena a prisão do subchefe da Casa Civil do Estado, Adelávio Sete de Barros, que não havia atendido convocação para depor novamente no inquérito. Sete de Barros desaparece.

Nesse meio tempo, o marechal Taurino Rezende era destituído da CGI pelo presidente. Por ironia, Taurino seria vítima da própria estrutura que comandava. Em 16 de julho, seu filho Sérgio Rezende havia sido detido em Recife pelo encarregado do IPM da SUDENE. Sérgio havia distribuído entre seus alunos um documento que criticava o processo repressivo do governo Castelo Branco. Taurino vai a Recife portando *habeas corpus* a favor do filho concedido pelo Superior Tribunal Militar. A oposição não perdeu a deixa e o humor. Nos muros de Recife apareceu a inscrição: “Taurino pede anistia, também somos filhos de Taurino”.¹⁰²

Mas a sua demissão deve ser entendida pelo avanço da máquina repressiva levada adiante pelos coronéis dos IPMs. Ernesto Geisel, preocupado, advertia Castelo Branco para tomar as rédeas do processo demitindo Taurino.¹⁰³

Ao deixar o cargo, Taurino desanca o presidente Castelo Branco em entrevista no Rio de Janeiro. Afirmo não entender o porquê da demissão, já que seguia à risca os anseios da “revolução” em livrar o país dos corruptos e comunistas.¹⁰⁴

¹⁰¹ *Folha de São Paulo* de 8 de agosto de 1964.

¹⁰² *Idem*, 31 de julho de 1964.

¹⁰³ “Presidente, o senhor tome cuidado, qualquer dia eles vão indiciar o senhor num inquérito”. Depoimento de Ernesto Geisel em D’ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso. *op. cit.*, pág. 174.

¹⁰⁴ *Folha de São Paulo* de 13 de agosto de 1964.

Em São Paulo, Mena Barreto reage afirmando que não admitirá ingerência política no andamento e conclusão do inquérito e, se for destituído, terá o direito de falar como Taurino: “Por sinal, terei muito o que falar”¹⁰⁵

O clima político esquenta em São Paulo. Enquanto deputados estaduais oposicionistas pedem o impedimento de Adhemar de Barros e enviam um memorial ao presidente pedindo a permanência de Mena Barreto à frente do IPM, o general Nelson de Mello, da *entourage* de Castelo, desembarca na cidade para confabular com o governador.

No dia 14 de agosto, como pretendendo precipitar os fatos, o jornal *O Estado de São Paulo*, em editorial afirma: “A convicção de que a carreira política do sr. A. de Barros se aproxima de um desfecho melancólico está-se alastrando a todas as áreas, inclusive aquelas mais próximas do pensamento do governo, na medida em que se vão sendo difundidas informações parciais a respeito das estarrecedoras proporções alcançadas pela corrupção no Estado e das provas que as investigações militares estão conseguindo reunir”.¹⁰⁶

O cerco parecia estar se fechando e Adhemar vai ao Rio de Janeiro se avistar com o presidente. Antes de entrar na audiência declara que a “unidade da revolução está ameaçada”. Na saída, aliviado, comenta que “o diabo andou solto no meu Estado, mas eu consegui pegá-lo pelo rabo”.¹⁰⁷

Adhemar havia conseguido uma grande vitória. Os IPMs de São Paulo são avocados pelo novo presidente da CGI, general Penasco Alvim, fugindo da órbita do coronel Mena Barreto, que é destituído.

¹⁰⁵ Idem, 12 de agosto de 1964.

¹⁰⁶ *O Estado de São Paulo* de 14 de agosto de 1964.

¹⁰⁷ *Folha de São Paulo* de 15 de agosto de 1964.

O coronel fica enfurecido e lança um repto ao governo, pedindo “que venham de público assumir a responsabilidade de terem firmado um compromisso de honra com a corrupção (...) quem, em nome da Pátria passou procuração a uma eventual cúpula revolucionária para transigir com a corrupção.”¹⁰⁸

O descontrolado coronel referia-se ao conteúdo do editorial do *O Estado de São Paulo*, de 15 de agosto, intitulado “Explicação Necessária”, onde o grupo de Júlio de Mesquita Filho reconhecia a impossibilidade de cassar o governador de São Paulo em virtude de compromissos assumidos na preparação da conspiração que derrubou Goulart: “Na imperiosa necessidade de contar com a poderosa Força Pública aceitamos sem vacilar a idéia de um entendimento tácito com o próprio governo do sr. A. de Barros. Aliás, para que subsistisse a menor dúvida quanto à nossa disposição, fomos ao ponto de publicar neste mesmo local, a certa altura, uma nota em que declarávamos cessar qualquer crítica à atuação do ocupante dos Campos Elíseos enquanto perdurasse a luta em defesa do regime constitucional.”

Encerra o editorial afirmando que a quebra dos compromissos assumidos com o governador paulista mancharia a honra dos “chefes revolucionários”, apesar da perplexidade dos bens intencionados coronéis. “É uma maneira de ver as coisas: mas não é de modo nenhum a nossa. Assumimos, juntamente com os militares a que todos devemos a vitória, um compromisso de honra. A ele não podíamos em caso algum faltar.”¹⁰⁹

Cisão no “dispositivo revolucionário” e afastamento progressivo dos líderes civis

¹⁰⁸ Idem, 18 de agosto de 1964.

¹⁰⁹ *O Estado de São Paulo* de 15 de agosto de 1964. A íntegra do editorial encontra-se no final desse trabalho.

Em 18 de julho de 1964 o Congresso Nacional aprova em primeiro votação a prorrogação do mandato do presidente Castelo Branco em mais 14 meses e a exigência de candidato vencedor a cargo majoritário obter maioria absoluta dos votos¹¹⁰. Seria o início formal das hostilidades entre Castelo e o governador da Guanabara Carlos Lacerda. A aprovação desse dispositivo pareceu a Lacerda que o seu caminho para a presidência, aplainado pela cassação de JK, teria ainda que superar obstáculos muito difíceis.

Na tentativa de obter entendimento com o inconformado governador, Castelo Branco convida Lacerda para um almoço. Mas sem sucesso. Na saída, Lacerda vibra as seguintes palavras: “Não vim para discutir o problema de minha candidatura com o presidente Castelo Branco: ele é um simples eleitor. Não o procuro na condição de herdeiro presuntivo do trono.”¹¹¹

Lacerda acreditava erroneamente que sua candidatura estava coberta pelo grupo de militares que desde os embates com as correntes getulistas na década de 50 acatava a sua liderança¹¹². Não percebia que o processo político que se desenvolvia estava fugindo da arena política propriamente dita. A questão política gradativamente estava se deslocando para o seio das Forças Armadas, onde dois projetos distintos poderiam ser detectados: o

¹¹⁰ A questão da maioria absoluta sempre provocou turbulência na política brasileira. A UDN, quando derrotada, sempre corria aos tribunais para evitar a posse dos eleitos. Fora assim na eleição de Getúlio Vargas e na de Juscelino Kubitschek. Curiosamente, esquecera de levantar agravo quando da eleição de Jânio Quadros.

¹¹¹ VIANA Fo., Luís - *op. cit.*, pág. 107.

¹¹² Os movimentos de Carlos Lacerda em direção aos militares radicais foi detectado pelo serviço de informação da Presidência (07/07/64), que previu que “dentro dessa situação o sr. Carlos Lacerda romperá em curto prazo com o governo federal porque: precisa de uma bandeira, e a bandeira oposicionista, de ataque, que é a que mais lhe convém, só poderá ser a da *pureza revolucionária* contra os supostos desvios ou incapacidade do Governo Castelo Branco.” Citado em VIANA Fo., Luís - *op. cit.*, pág. 106.

primeiro, o projeto do grupo *castelista*, liberal-imperialista¹¹³, com muitos pontos de contato com a UDN de Lacerda, mas atento que para não perder o comando do processo deveria transigir com os mais radicais; o segundo, grosso modo representado pelos coronéis dos IPMs e oficiais da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO), exigia o acirramento do processo de depuração política, responsável por desencadear “uma mobilização política no interior das Forças Armadas, cujo ápice corresponde(eu) à *desmobilização* da sociedade civil”.¹¹⁴

Assim, o governo Castelo Branco, até a entrega do poder ao seu sucessor, conheceria vários episódios onde a pressão irresistível da “linha dura” se faria sentir. A postura do governador de São Paulo nesse confronto oscilou desde o apoio incondicional ao anseios de descompressão política do grupo palaciano¹¹⁵, até a tentativa desesperada de se opor ao presidente, adotando linhas programáticas assemelhadas dos militares radicais.

Mas vale a pena ressaltar que o governador paulista não era visto com bons olhos pelos militares radicais. Sua trajetória política, aos olhos de seus opositores, encarnava todos os defeitos possíveis da *democracia populista*: caciquismo, utilização dos recursos do Estado para angariar clientela, trato

¹¹³ O conceito é de Carlos Estevam Martins, que aponta que o liberal-imperialismo “como ideologia burguesa, ele é congenitamente avesso ao Estado autoritário, à excessiva centralização dos instrumentos de poder nas mãos da burocracia e, em particular, ao crescimento desmesurado do setor público da economia.” MARTINS, Carlos Estevam - “Brasil - Estados Unidos dos 50 aos 70” - São Paulo, *Cadernos Cebrap*, nº 9, 1972, pg. 35.

¹¹⁴ OLIVEIRA, Eliézer R. de - *op. cit.*, pág. 66 (itálico do autor).

¹¹⁵ Rescaldo dos apuros que passou nas mãos da “linha dura” no episódio do IPM da CMTC, Adhemar de Barros articulou, junto com outros 7 governadores, manifesto de apoio ao “princípio da legalidade e da autoridade do presidente Castelo Branco”. Assinaram o documento Adhemar, Jarbas Passarinho (PA), Francisco Lacerda (ES), N. belo, Fernando Correia da Costa (MT), Nei Braga (PR), Ildo Meneghetti (RS), e Virgílio Távora (CE). *Estado de São Paulo* de 18 de novembro de 1964.

questionável do dinheiro público, favorecimento ilícito a grupos empresariais aliados e estilo demagógico no trato com as massas.

Adhemar de Barros estava ciente dessas restrições, mas acreditava que poderia se manter à tona no cenário político empalmando a questão econômica, que afligia tanto o empresariado paulista, quanto os militares preocupados com o processo claramente desnacionalizante conduzido pela dupla Roberto Campos e Bulhões.

Ao adotar essa política de contestação, Adhemar convergiu para as posições dos outros dois “líderes civis da revolução”: Carlos Lacerda e Magalhães Pinto.

O governador mineiro se mostrava desgostoso com o encaminhamento adotado no caso da concessão de exploração de minérios pela Corporação Hanna. Em carta ao presidente queixava-se de que “o povo e o governo deste Estado assistem, com melancolia e crescente sensação de frustração, a transferência gratuita de suas riquezas para grupos inteiramente alheios aos seus interesses”.¹¹⁶

Já Lacerda, sem a elegância da velha raposa mineira, não tinha pejo em insultar o ministro do Planejamento Roberto Campos chamando-o de entreguista. Ironicamente, o governador adotava a posição da esquerda que desde a década de 50 reconhecia na figura do economista o *bête noire* do imperialismo ianque, ao ponto de alcunhá-lo de Bob Fields.

Adhemar de Barros, mais prático, criticava a elevação dos impostos e as medidas de contenção da inflação formuladas pela equipe econômica, principalmente a restrição de crédito, que estrangulava as indústrias e o comércio. Para atenuar os efeitos recessivos, o governador desobedeceu acintosamente a proibição federal e desenvolveu, no âmbito estadual, política financeira baseada na emissão de títulos da dívida pública. Assim, conseguiu

¹¹⁶ Carta de 16 de outubro de 1964. Citada em OLIVEIRA, Eliézer R. de - *op. cit.*, pág. 61.

agregar em seu extenso rol de inimigos os integrantes da equipe econômica de Castelo Branco.

O ano de 1965 reservaria turbulências mais severas. O grande teste do governo Castelo Branco seriam as eleições em outubro para governadores em onze Estados, com especial destaque para Minas Gerais e Rio de Janeiro.

A grande indagação que se fazia era se o governo federal e o dispositivo militar permitiriam as eleições diretas, que na conjuntura de então apresentavam-se como um verdadeiro plebiscito sobre a competência do governo Castelo Branco.

A primeira tese apresentada previa a prorrogação dos mandatos dos governadores em um ano, coincidindo assim com as eleições dos outros Estados em 1966. A alternativa agradava o grupo palaciano e os governadores do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, porque poderiam pleitear a candidatura presidencial contando com o apoio da máquina governamental de seus Estados.

Havia a convicção de que as medidas tomadas pelo governo Castelo Branco, em especial as econômicas, não teriam tempo de apresentar resultados favoráveis que facilitassem a vitória dos candidatos do governo federal e dos governadores. No campo militar radical, não agradava a rapidez da normalização da vida política, sendo ainda necessárias medidas discricionárias contra os “corruptos e subversivos”.

Por outro lado, Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Adhemar de Barros, candidatos que eram a sucessão de Castelo, tinham receio de que a supressão do calendário eleitoral de 1965 abrisse brecha para se fazer o mesmo no ano de 1966. Lacerda, em carta ao presidente, assim se colocava diante da questão eleitoral: “Se as eleições em 1965 fossem condição indispensável para a eleição presidencial em 1966, deveriam, a qualquer risco, realizar-se. Mas, a palavra de Vossa Excelência, indo ao encontro da conveniência nacional e do evidente desejo popular, basta como garantia de

que os assuntos em 1965 em matéria eleitoral não condicionam a sucessão presidencial de 1966, Não se fará, pois, do adiamento de 65, precedente para o adiamento de 66".¹¹⁷

No caso de Lacerda e Magalhães havia ainda o risco da derrota e a conseqüente perda do comando da máquina administrativa do Estado, dificultando as articulações de suas candidaturas presidenciais.

O governador paulista é o primeiro a sair em defesa da realização do calendário eleitoral. Em entrevista, afirma ser absolutamente imprescindível para o retorno da normalização democrática o acatamento do calendário.¹¹⁸ Adhemar é secundado pelo general Amaury Kruel, comandante do II Exército.

Magalhães Pinto força a Assembléia mineira a conceder a prorrogação de seu mandato. A medida, inconstitucional por se tratar de matéria legislativa federal, precipita os fatos. Castelo Branco envia o ministro da Justiça, Milton Campos, ao Congresso e declara-se favorável às eleições diretas.

O governador mineiro se sente atingido e abre fogo contra Castelo. Afirma em carta que "o panorama ainda mais se complica no sentido de reduzir o alcance, os fundamentos e os propósitos do movimento, quando, antes de consolidá-lo, e como se este já houvesse justificado as suas razões e realizado as suas finalidades precipitou-se a convocação das eleições. A eleição não poderá deixar de ser, como sempre ocorre aos pleitos que se seguem a acontecimentos dessa natureza, um julgamento da Revolução. Como se apresentará este nos comícios eleitorais? Por que não se punem os corruptos? Que estorvos encontrou a Revolução no seu caminho?". Prossegue, pedindo uma ampla modificação na política governamental:

¹¹⁷ Carta de Carlos Lacerda de 6 de fevereiro de 1965. In VIANA Fo., Luís - *op. cit.*, pág. 293.

¹¹⁸ CASTELLO BRANCO, Carlos - *op. cit.*, pág 192.

mudança no ministério, adiamento das eleições, aprofundamento dos “propósitos da Revolução” através de leis, atos e emendas.¹¹⁹

Carlos Lacerda voa a Belo Horizonte e traduz seu inconformismo num inflamado discurso: “Ambos (ele e Magalhães) estamos preocupados com os rumos que o governo está dando à Revolução. Consideramos desastrosa e fracassada a política econômico-financeira da União, executada por quem não tem nenhuma responsabilidade na Revolução. (...) Ou a Revolução se une ou teremos que retomá-la como fazíamos antes de o marechal Castelo Branco ser revolucionário”.¹²⁰ Era uma ameaça clara de sedição. Para tanta ousadia, Lacerda contava ainda com apoio ostensivo de setores militares radicais.

Divisões dentro das Forças Armadas

A Liga Democrática Radical - LIDER acolhia importante agrupamento de militares “linha dura”, entre eles os coronéis Osnelli Martinelli, Boaventura e Ferdinando de Carvalho, esse responsável pelo delicado IPM do PCB. Em comunicado em meados de maio de 1965 a LIDER alertava “o Presidente da República e os demais componentes do Governo para a responsabilidade que terão perante o mundo e a História, na eventualidade de uma guerra civil previsível, se efetivada a volta ao poder de elementos vinculados ao sistema deposto”. Era um grande desafio ao governo Castelo Branco.

O presidente reage e escreve ao ministro da Guerra Costa e Silva concitando-o a enquadrar os radicais da tropa, alertando para a inapetência do comandante do I Exército, general Ururaí, em controlar os “faltosos”: “Alguns dos oficiais encarregados de inquéritos e mesmo outros oficiais que, segundo dizem, estão incorformados e desejam reagir contra os atos do Governo, parece não saberem da determinação do Ministro da Guerra e da

¹¹⁹ Carta de Magalhães Pinto de 13 de maio de 1965. In VIANA Fo., Luís - *op. cit.*, pág. 297.

¹²⁰ *Estado de São Paulo* de 29 de abril de 1965.

do Comandante do I Exército em bem servirem o Governo. (...) Por outro lado, vários comandantes não se mostram decisivos com seus subordinados, alegando, quase sempre, que devem agir com cautela ou 'jeito' para não magoar os faltosos. (...) Mas, nós sabemos que há um limite para o uso desse método quando se trata do exercício da autoridade.”¹²¹

Na verdade, o governo estava acuado e temeroso de que setores descontentes se aglutinassem. Essa preocupação transparece em comunicado ultra-secreto, provavelmente proveniente dos órgãos de informações do governo e que vazou pela imprensa: “O rompimento, praticamente efetivo, dos governadores de Minas Gerais e da Guanabara com o Governo Federal, prenunciando a consolidação, no setor revolucionário, de uma frente de oposição, veio a criar condições suscetíveis de possibilitar, em futuro próximo, desenvolvimento mais graves, transbordando do campo meramente político. Embora aqueles governadores sejam, entre si, competidores em potencial, como candidatos que ambos são a presidência da República, e se defrontem, pelo menos ostensivamente, quanto à tese da realização das eleições em 1965, nem por isso a sua aliança, numa primeira fase, contra o Governo Federal, deixa de ser bem possível; antes, já esboçada como se vê hoje, poderá consolidar-se em curto prazo, caso não seja mais viável a recuperação de um dos dois para a órbita federal. Considerada tal hipótese de um eixo Guanabara-Minas, é certo que, em torno do mesmo, logo se aglutinarão, em maior ou menor força e mais ou menos solidamente, vários grupos revolucionários ora descontentes com a orientação do Governo Federal, por mais diversos que sejam os motivos de suas frustrações ou irritação: elementos da chamada 'linha dura', englobando encarregados de IPM e membros da 'Lider'; elementos descontentes da Marinha, em virtude dos problemas da Aviação Embarcada e do Ministério da Defesa; elementos revolucionários históricos que se julgam marginalizados; elementos reacionários que não toleram as reformas implantadas pelo

¹²¹ Carta de 2 de junho de 1965. In VIANA Fo., Luís - *op. cit.*, págs. 311-312.

Governo, em particular a Reforma Agrária (grupo da Associação Rural de São Paulo, capitaneado por Sávio de Almeida Prado; grupo da Reforma Agrária - Questão de Consciência, com D. Sigaud; grupo da LUCI, com o deputado de São Paulo, Conceição da Costa Neves, etc.); elementos das classes produtoras prejudicados em seus interesses (certos grupos industriais de São Paulo e Minas, cafeicultores sobretudo do norte do Paraná).”¹²²

Nos deteremos na análise desse documento por entender que ele nos apresenta dados preciosos para compreender a conjuntura que levou ao recrudescimento político em outubro de 1965.

O primeiro ponto a destacar é que o documento não toca absolutamente no problema da oposição “contra-revolucionária”, ou seja, os atores deslocados do cenário político após o Golpe de abril, e que ainda continuavam atuantes, não são alvo de preocupação dos gestores da política do governo. O que o documento informa com precisão é a ocorrência de uma grave fratura no esquema “revolucionário” de abril de 1964. Grave pois entre os elementos contestadores estão setores importantes do dispositivo civil-militar que depôs João Goulart. Para Castelo e seu grupo, a existência de setores militares entre os descontentes era um dado assustador, pois feria a pretensa coesão das Forças Armadas, fator de primordial importância para levar adiante as reformas com segurança institucional.

Se o Golpe de 1964 significou um momento de aglutinação entre os grupos militares - salvo os reconhecidamente identificados com o governo Jango - o momento agora era de definição da hegemonia do processo. Hegemonia (nos termos colocados por Eliézer R. de Oliveira) seria “o sentido de condução do processo político que se desenvolve no âmbito militar, em função da presença preponderante de um determinado setor das Forças Armadas. É baseada no jogo político entre os diversos grupos militares - o

¹²² *O Estado de São Paulo* de 29 de junho de 1965.

que inclui, entre outros fatores, a possibilidade de levantes armados - que se define a *hegemonia* militar.”¹²³

Era um processo de difícil resolução, pois a discordância estava fundamentada em aspectos centrais da política de Castelo Branco, em especial o modelo econômico e o processo político da “revolução”.

Dizendo modelo econômico, dizemos estratégia de desenvolvimento com segurança. E os militares da “linha dura” não estavam absolutamente convencidos de que o processo modernizador do Brasil passava pela ampla abertura econômica levada a cabo pelo governo. Era uma tradição nas Forças Armadas que remontava à década de 30 e ao general Góes Monteiro, que defendia a modernização do país pela via autoritária, sempre ressaltando a soberania nacional.

Quanto ao processo político, esses militares, aos quais Stepan atribuiu o rótulo de “nacionalistas autoritários”¹²⁴, não concordavam com a agenda política de Castelo Branco. Presos em suas convicções liberais, o marechal e o grupo palaciano acreditavam que poderiam levar ao país à normalização democrática logo ao final do mandato. Aliás, a institucionalização da “revolução”, na medida do possível, tendeu a respeitar a observância de alguns procedimentos legais. A própria decisão de não fechar o Congresso Nacional e nele proceder a eleição de Castelo Branco sinalizava esta tendência. Talvez Castelo estivesse receoso em desagradar os Estados Unidos e a resolução da OEA de Punta del Este (1962), que previa o fim da ajuda da Aliança para o Progresso para regimes ditatoriais.¹²⁵

¹²³ OLIVEIRA, Eliézer R. de - *op. cit.*, pág. 60 (grifo do autor).

¹²⁴ STEPAN, Alfred - *op. cit.*, pág. 181.

¹²⁵ O importante general Décio Escobar, amigo de Castelo Branco e chefe do Estado Maior do Ministério da Guerra, escreve ao presidente desalentado com as vicissitudes da política e a dificuldade em conter a insatisfação dos jovens oficiais: “Estou hoje sinceramente convencido de que melhor teria sido a ditadura franca do que o regime adotado. Afinal os atos institucionais desvalorizam a legalidade dos tempos normais. Penso que sem

De qualquer forma, os oficiais inconformados acreditavam que a tarefa revolucionária não estava terminada. Os expurgos político teriam sido muito tímidos. E o retorno dos homens comprometidos com a *velha ordem* poderia desencadear o processo revanchista dentro das Forças Armadas com a reabilitação de setores expurgados de suas fileiras após o Golpe de 1964.

Adhemar e os políticos tradicionais de São Paulo

Em relação aos setores civis descontentes, chama atenção no documento atribuído aos órgãos de segurança a presença de ruralistas, inconformados com a reforma agrária empreendida pelo governo, e de empresários paulistas, sufocados pela política de restrição de crédito da equipe econômica.

Na formação do ministério de Castelo Branco, o governador de São Paulo teve acatada sua indicação para o Ministério da Agricultura. A escolha fixou-se no seu ex-secretário da Agricultura, Oscar Thompson Filho. Mas em menos de dois meses, em junho de 1964, o presidente pediu o cargo alegando que o ministro “por sua maneira de agir muito pessoal, se isola no ministério e não permite entrosar uma ação interpenetrada, coesa e de rendimento em relação à sua pasta. Trata-se, sem dúvida, de um modo particular de trabalho que eu respeito, mas que julgo incompatível com os métodos adotados no Governo.”¹²⁶ Apesar de aludir o desentrosamento do ministro com o resto da equipe como motivo de sua demissão, acreditamos que ela correspondeu a outros dois imperativos. O primeiro derivava da crise

Congresso, Assembléias Legislativas, governos estaduais eleitos, etc., mais rapidamente se operaria a limpeza necessária nos planos políticos, administrativos, econômicos, social e educacional e se implantariam as reformas de estruturas colimadas do que a manutenção daqueles órgãos. Sei que seria necessário atentar para as repercussões exteriores das ações da Revolução triunfante. Contudo, julgo que poderíamos correr o risco”. Citado em OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de - *op. cit.* Nota de página nº 46 do Capítulo II.

¹²⁶ A carta de demissão encontra-se em VIANA Fo., Luís - *op. cit.*, pág. 261.

vivida no momento pelo padrinho do ministro, onde Adhemar se via frente aos IPMs, relatados no início deste capítulo, que quase levaria a sua deposição do cargo de governador. O segundo, acreditamos ser mais relevante, dizia respeito ao cerne das políticas governamentais do governo Castelo Branco.

Segundo Dreiffus, a escolha de Castelo Branco correspondeu ao desenlace da ampla conspiração que derrubou Jango, capitaneada por uma elite orgânica, representante dos interesses de classe do bloco multinacional e associado.¹²⁷ Alçada ao poder, seus programas de modernização foram adotados, assim como seus quadros foram aproveitados em postos chaves do governo. Sendo a questão agrária o problema mais explosivo do governo anterior, eivada de condicionantes ideológicos, o governo Castelo Branco optou por empreender uma reforma agrária que, ao mesmo tempo que oferecesse uma resposta à opinião pública, contemplasse os interesses de seus aliados *modernizantes*. Desbaratados os movimentos populares do campo logo no início de seu mandato, restava contornar a oposição de setores agrários tradicionais, com especial destaque para os cafeicultores paulistas. O que foi feito com a criação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - IBRA, com *status* de superministério, entregue a representante da elite orgânica, que implementou um antigo estudo do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais - IPES, “gozando de prioridades entre os departamentos ministeriais, servindo para flanquear, em termos de criação de diretrizes políticas, o Ministério da Agricultura onde os interesses agrários tradicionais ainda tinham um ponto de apoio.”¹²⁸ E nesse contexto que deve ser

¹²⁷ De acordo com Dreiffuss, essa elite orgânica modernizante-conservadora era formada por: “a) diretores de corporações multinacionais e diretores e proprietários de interesses associados, muito deles com qualificação profissional; b) administradores de empresas privadas, técnicos e executivos estatais que faziam parte da tecnoburocracia; c) oficiais militares.” DREIFUSS, René - *op. cit.*, pág. 71.

¹²⁸ Idem - pág. 435.

entendida a demissão do ministro Thompson. Representante do setor agrário tradicional, somado à sua vinculação a Adhemar de Barros, não pôde suportar a impossibilidade de corresponder aos anseios de seu grupo diante do esvaziamento de sua pasta.

Em relação aos empresários paulistas, apesar de favorecidos com o controle sobre os aumentos salariais e contenção do movimento sindical, a política de contenção de crédito e aperto nas transações de redesconto do Banco do Brasil levou ao estancamento de seus negócios, trazendo desemprego e fechamento de estabelecimentos.¹²⁹ A razão tecnocrática estava por trás dessa política e, ao nível do discurso ideológico, não cansava de condenar os empresários presos a uma realidade vencida pela “revolução”. Mesmo sendo paulista, o ministro da Indústria e Comércio Paulo Egídio Martins não fugia desse esquema.

Seria interessante acompanhar mais de perto a figura de Paulo Egídio Martins. O ministro, nas palavras elogiosas do chefe da Casa Civil Luís Viana Filho, “fora ativo e prestigioso líder estudantil em São Paulo, havendo enfrentado corajosamente as temidas correntes esquerdistas”.¹³⁰ Na verdade, ele havia se destacado no início dos anos 50 por conseguir ganhar a direção da União Nacional dos Estudantes (UNE), com uma proposta de combate ao comunismo tão ampla que incluiu uma proposta de participação

¹²⁹ Segundo Octavio Ianni, a política econômica “executada a partir de 1964 está orientada para a *modernização* do sistema econômico no Brasil. Trata-se de uma política destinada a ‘aperfeiçoar’ as instituições e as relações econômicas. Em plano interno, é preciso garantir o seu funcionamento, sem os riscos das tensões geradas e agravadas com as transformações estruturais, que se tornaram urgentes ou se impunham praticamente. Em plano externo, é necessário garantir a integração no capitalismo mundial e facilitar a movimentação dos fatores da produção. Em particular, a modernização destina-se a garantir o funcionamento do processo de reprodução ampliada do capital, sem os óbices das defesas cambiais, tarifárias, fiscais ou ideológicas.” IANNI, Octavio - *op. cit.*, pág. 187 e seguinte.

¹³⁰ VIANA Fo., Luís - *op. cit.*, pág. 363.

do Brasil na luta contra as forças comunistas na Guerra da Coréia, o que lhe valeu o antigo apelido de “Paulinho Coréia”.

No governo, assumiu as diretrizes estipuladas pelo outros ministros da área econômica, como se pode ver nessa sua declaração: “Algumas empresas realmente fecharam suas portas e outras serão, em futuro próximo, obrigadas a cessar suas atividades. Se examinarmos, caso por caso, verificaremos que a maioria das empresas obrigadas a fechar suas portas ou foi por incapacidade gerencial, ou de não se ajustarem às condições econômicas que o País exige.”¹³¹

Não deixa de ser sintomático que grupos empresariais tradicionais paulistas como Jafet e Abdala tenham conhecido a falência durante o desenrolar da política econômica do governo Castelo Branco. E não podemos esquecer que Adhemar de Barros era um homem de negócios, cujo grupo não tinha maiores vínculos com o capital estrangeiro. Senão vejamos: eram seus a Fábrica de Chocolates Lacta, os Laboratórios Schering (apesar do nome, cem por cento capital nacional) e, com sua associação ao grupo Saad através de seu casamento, participante de uma rede de radiodifusão e televisão. Portanto, Adhemar quando criticava a política desnacionalizante de Castelo, falava com conhecimento de causa.

Rumo ao AI-2

A situação política em meados de junho só se fez agravar. O coronel Martinelli foi preso por declarações contrárias ao calendário eleitoral do governo. Carlos Lacerda acintosamente visita na prisão o articulador da LIDER. Diante da aparente irreversibilidade da eleição em outubro de 1965, a pressão civil e intramilitar desloca-se para a elaboração da reforma eleitoral e na confecção da chamada “lei das inegibilidades”.

¹³¹ Citado em IANNI, Octavio - *op. cit.*, pág. 185.

A reforma eleitoral, sob o argumento de limitar a “corrupção eleitoral”, fixou, através de emenda constitucional, a obrigatoriedade de que os candidatos comprovassem quatro anos de domicílio eleitoral nos Estados por onde pretendessem concorrer. Chamada de “leizinha” pelo ministro da Guerra Costa e Silva, a “lei das inelegibilidades” proibia a candidatura de ex-ministros de Jango no período presidencialista de seu mandato. Seus artigos são confeccionados com a clara intenção de bloquear candidaturas indesejáveis. A lei surgiu então como “instrumento ou argumento com que conter o irredentismo dos radicais, armando assim o dispositivo de segurança para conter as manifestações de inconformismo que deverão produzir-se numa sucessão que parecerá irritante, em cada Estado, talvez em cada cidade em que se pretender impor uma lista de candidatos compatíveis com a Revolução.”¹³² Mais do que isso, as novas regras eleitorais permitiram ao governo disputar as eleições com certa margem de segurança.

Assim, a candidatura do correligionário de JK ao governo de Minas, deputado Paes de Almeida, foi abortada por suposto abuso de poder econômico em eleições passadas.¹³³ O PSD mineiro fixou-se então no nome do ex-presidente da Novacap (companhia que coordenou a construção de Brasília), Israel Pinheiro. Na Guanabara, as candidaturas petebistas de Hélio de Almeida (pelo fato de ter sido ministro de Jango), e de Henrique Lott (motivo de domicílio eleitoral) são impugnadas. Surge então a candidatura de Negrão de Lima, abrigado na chapa PSD/PTB.

Simultaneamente à elaboração das leis eleitorais de contenção, o governador mineiro Magalhães Pinto declarava não acatar a decisão de proceder eleições, desmobilizando os órgãos eleitorais do Estado. Ameaçava inclusive com a utilização da poderosa polícia militar mineira para manter sua intransigência. O chefe do SNI, Golbery do Couto e Silva, voa a Belo

¹³² CASTELLO BRANCO, Carlos - *op. cit.*, pág. 279. A coluna é do dia 7 de julho de 1965.

¹³³ Mas uma vez a obsessão do governo Castelo Branco em revestir de legalidade um veto político discricionário torna-se explícito nesse episódio.

Horizonte na tentativa de contornar a crise. O senador mineiro Benedito Valadares, diante da perigosa posição do governador, tece o seguinte comentário: “Já vi muito militar depor civil. Mas está é a primeira vez que vejo civil querer depor militar”.¹³⁴

Em entrevista, Magalhães Pinto afirma que a política de Castelo Branco visava diminuir os esquemas políticos estaduais, optando por um esquema de sustentação política “congressual”, ou seja, articulação mais consistente com os líderes parlamentares, renegando assim a dissimulada “política dos governadores” imperante. Essa centralização dos poderes em detrimento da autonomia dos Estados pode ser medida pela abrangência da reforma tributária proposta pela equipe econômica. As críticas ao projeto governamental foram acintosas, pois abalava a capacidade arrecadadora dos Estados e Municípios.

Com a proximidade da eleição a sensação de crise aumenta. Rumores de insatisfação nos quartéis invadem o palco político. O coronel Costa Cavalcanti, deputado federal, era o responsável para levar a público a discordância dos radicais às candidaturas de Israel Pinheiro e Negrão de Lima. Indagado pelo jornalista Carlos Castello Branco qual artifício legal poderia barrar as candidaturas oposicionistas, já que elas estavam de acordo com a nova legislação, o coronel respondeu que “quando eles querem (os coronéis) mesmo, não precisam de lei”.¹³⁵

Acuado, o governo chama de Washington o embaixador Juraci Magalhães. Antigo tenente, considerado um militar “anfíbio” pela sua longa militância na área política da UDN, a tarefa de Juraci seria demover o governador da Guanabara em sua campanha desagregadora. Ao mesmo tempo, deveria usar de seu prestígio para arrefecer a indisciplina nos quartéis.

¹³⁴ In CASTELLO BRANCO, Carlos - *op. cit.*, pág. 270.

¹³⁵ In CASTELLO BRANCO, Carlos - *op. cit.*, pág. 291.

Uma semana antes da eleição, marcadas para 3 de outubro, partidários do ex-presidente Juscelino Kubitschek anuncia sua iminente volta ao país para acompanhar o pleito. O anúncio foi entendido como uma provocação aos radicais.

Setores do PSD, capitaneados pelo presidente da agremiação Amaral Peixoto, tentam demover JK de sua intenção, alertando-o que assim que pisasse em solo brasileiro seria constrangido pelos responsáveis dos IPMs a ir depor. Obstinado, o ex-presidente afirma que de maneira nenhuma sua volta poderia soar como uma provocação, mas como medida apaziguadora aceita retornar apenas após o fechamento das urnas.¹³⁶

Mas a esfuziante recepção da população carioca ao ex-presidente, somada com as vitórias do PSD em Minas Gerais e na Guanabara, precipitaram a crise militar. Na pista de asfalto em frente ao Ministério da Guerra lia-se uma inscrição em grandes letras brancas: “Eles não voltarão”.¹³⁷

Surgem rumores de levante no IV Exército e na guarnição do Rio de Janeiro¹³⁸. O presidente acuado conversa com seus líderes parlamentares sobre a conveniência de se proceder votação de medidas ampliando os poderes presidenciais para contornar a crise.

São propostas medidas abrangendo: os casos passíveis de intervenção nos Estados, o chamado “Estatuto dos Cassados”, a mudança de foro civil para militar dos processos que envolvessem a “segurança

¹³⁶ Em carta a Amaral Peixoto, Juscelino demonstra sua angústia de estar distante dos acontecimentos: “Não agüento mais. Aconteça o que acontecer, embarco para o Rio. Vou embarcar à meia-noite, antes da abertura das urnas, para não dizerem que é revanchismo. Assim, chegarei no Rio pela manhã”. In CAMARGO, Aspásia e outros - *Artes da Política - Diálogo com Ernani do Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986, pág. 482.

¹³⁷ In CASTELLO BRANCO, Carlos - *op. cit.*, pág 329.

¹³⁸ Principal reduto dos militares radicais, a guarnição do Rio de Janeiro era chamada nos jornais de o “V Exército”.

nacional”, o aumento no número de ministros do Supremo e a exclusão de apreciação judicial de atos praticados pelo Comando Supremo da Revolução.

Os líderes informam ao presidente das dificuldades em fazer aprovar no Congresso medidas discricionárias que poderiam atingir os próprios membros do Congresso.

Os porta-vozes dos radicais pedem medidas mais abrangente, inclusive exigem medidas “saneadoras” no Poder Judiciário, principalmente em seu órgão mais alto, o Superior Tribunal Federal que, nas palavras de Ernesto Geisel, era “pródigo em conceder *habeas corpus*”.¹³⁹ A crise aparecia como um claro rompimento entre o poder civil e o poder militar, “na medida em que a oficialidade das Forças Armadas perde (ia) a confiança na eficácia dos meios legais para executar a política radical que concebe (ia) como de salvação nacional”.¹⁴⁰

Ventila-se que o ministro da Guerra Costa e Silva teria ido a Vila Militar e conversado com os oficiais. Nessa conversa ficou concertado que o governo iria cobrir as reivindicações dos radicais, seja em votação no Congresso, seja através de medidas “revolucionárias”.

O ministro da Justiça Milton Campos pede demissão, aparentemente apreensivo com a provável guinada à direita do governo. Foi substituído por Juraci Magalhães, que pressiona as lideranças do PSD a transigir com as medidas repressivas do governo. A análise da cúpula do PSD, liderada pelo senador Amaral Peixoto, foi de que se o PSD aceitasse as medidas do governo, não haveria nenhuma garantia de que no futuro novas medidas de contenção política não seriam exigidas pelo radicais. Portanto, o melhor era o governo assumir de vez o ônus e proceder o endurecimento do regime.¹⁴¹

¹³⁹ In D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso - *op. cit.*, pág. 190.

¹⁴⁰ CASTELLO BRANCO, Carlos - *op. cit.*, pág. 331. A coluna é do dia 8 de outubro de 1965.

¹⁴¹ In CAMARGO, Aspásia e outros - *op. cit.*, pág. 483.

A resistência às medidas encontra respaldo no Supremo e seu presidente, Ribeiro de Costa, declara já ser “tempo dos militares compenetrarem de que, nos regimes democráticos, não lhes cabe o papel de mentores da Nação”. A reação veio no rompante do ministro da Guerra. Em discurso, após manobras do II Exército em Itapeva (SP), Costa e Silva declara nunca ter ouvido maior ofensa ao soldado brasileiro, e adverte que “se o presidente está fraco entre os políticos, está mais forte entre os militares”.¹⁴²Sua fala foi entremeada por aplausos e gritos de “manda brasa” de oficiais, causando grande desconforto ao presidente. Geisel chega a pedir a Castelo Branco a demissão imediata de Costa e Silva, sem sucesso.¹⁴³

Antevendo a derrota no Congresso, o governo convoca seus juristas. Juraci Magalhães coordena os trabalhos de estudos para o novo ato, auxiliado por Carlos Medeiros e Nehemias Gueiros. De São Paulo, a pedido de Costa e Silva, partem as sugestões de Vicente Rao. O deputado federal baiano Antônio Carlos Magalhães, homem de confiança do chefe da Casa Civil Luís Viana Filho, assusta seus colegas ao afirmar que os estudos para o novo ato tem cerca de meio metro de altura.¹⁴⁴

No dia 27 de outubro Castelo Branco finalmente assina o novo Ato Institucional, não como presidente constitucional, mas sim como “Chefe do Governo Revolucionário e Supremo Comandante da Revolução”, afinal “não se disse que a Revolução foi, mas que é e continuará.”¹⁴⁵

As medidas do novo Ato cobriam três áreas: as destinadas a controlar o Congresso Nacional e fortalecer o poder Executivo (maioria simples para aprovação de emenda constitucional, competência exclusiva do governo para decretar estado de sítio, direito de baixar atos complementares e decretos-

¹⁴² In VIANA Fo., Luís - *op. cit.*, pág. 352.

¹⁴³ In D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso - *op. cit.* , pág. 190.

¹⁴⁴ CASTELLO BRANCO, Carlos - *op. cit.*, pág. 338.

¹⁴⁵ Ato Institucional nº 2, *Diário Oficial da União* de 27 de outubro de 1965.

leis, direito de decretar recesso nas casas legislativas do país, etc.), as que visavam o Judiciário (aumento para dezesseis o número de ministros do STF, suspensão de garantias constitucionais do juizes, transferência dos processos políticos para os Tribunais Militares, etc.), e as de controle da representação política (eleição indireta para presidente, confirmação do poder do Executivo de cassar mandatos eleitorais e suspender direitos políticos, regulamentação das atividades dos cassados, extinção de todos os partidos políticos, etc.).¹⁴⁶

Apesar de bem recebido pelos militares radicais, o AI-2 não conseguiu abaixar a temperatura nos quartéis, havendo ainda muita resistência à posse dos eleitos. O governo, atento as dificuldades, toma a ofensiva contra o “V Exército” e a indisciplina dos oficiais. Promove profundas mudanças nos comandos da guarnição do Rio de Janeiro. O primeiro a ser substituído foi o comandante do I Exército, general Otacílio Ururáí, assumindo o general Adalberto dos Santos, ligado ao grupo do chefe da Casa Militar Ernesto Geisel. Ainda no mês de novembro, outro militar ligado a *Sorbbone*, o general Jurandir Bizarria Mamede, assume o comando da Vila Militar, reduto dos “duros”.

Em dezembro, Castelo empreende uma reforma militar. Regulamentou lei que especificava a promoção ou a passagem forçada para a reserva nas quatro patentes de oficial-general, não permitindo mais a um oficial permanecer mais de 12 anos no generalato. Outra medida da reforma limitou aos oficiais um período máximo de dois anos fora do serviço ativo antes de passarem para a reserva ou de voltarem à ativa.¹⁴⁷

Mas os coronéis dos IPMs continuavam obstinados a não permitir a posse de Negrão de Lima. O encarregado do IPM do PCB, coronel

¹⁴⁶ ALVES, Maria Helena Moreira - *op. cit.*, pág. 91.

¹⁴⁷ STEPAN, Alfred - *Os Militares: da Abertura à Nova República* - Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, pág. 98.

Ferdinando de Carvalho, constrangia o eleito convocando-o sucessivamente para prestar depoimentos, ameaçando inclusive pedir a sua prisão preventiva.

O presidente se impacienta e infere que a obstinação dos coronéis em tumultuar a posse dos eleitos faz parte de uma conspiração para depô-lo. Falando em Alagoinhas (BA), lança um desafio os radicais: “Há quem anuncie a insurreição. Preferimos enfrentá-la do que contorná-la. Não reconhecemos nenhuma força autônoma nos meios militares do País. Se existe, que passe da conspirata dilatória à ação aberta”.¹⁴⁸

A resposta ao repto do presidente parte do conceituado coronel dos pára-quedista Boaventura. Em carta aberta, onde assina “pela linha dura”, o coronel retoma a questão da posse dos eleitos: “Sr. Presidente, vislumbra-se no citado trecho do discurso de Alagoinhas que V. Exa. tem conhecimento da inquietação no meio militar. A inquietação existe, é crescente e tem justa causa. Os revolucionários brasileiros sinceros, com os olhos voltados para milhões de brasileiros, não privilegiados, que ainda sofrem as conseqüências dos desmandos dos governos passados, não compreendem a posição intransigente assumida por V. Exa. ao defender a posse na direção de vários Estados, de legítimos continuadores da obra de corrupção e subversão no país. (...) o acatamento ao princípio de ‘posse aos eleitos’, inerente ao regime democrático, deve ser a aspiração de todo cidadão bem formado, mas reconhecem, também, que a coragem moral de denegá-lo, quando a Segurança Nacional assim o exige, é dever e não opção”.¹⁴⁹

O coronel foi punido de forma branda, o que ensejou o seguinte comentário de Carlos Castello Branco: “se reconhece que, no fundo, não divergem os militares, e entre eles o próprio Presidente da República, dos princípios que orientam a linha dura. A divergência é de métodos. O que os

¹⁴⁸ In VIANA Fo., Luís - op. cit., pág. 359.

¹⁴⁹ In *O Estado de São Paulo* de 28 de novembro de 1965.

separa, no momento, é muito, mas é ao mesmo tempo tão pouco que permite a um general que pune um coronel por ato de indisciplina, louvá-lo quase ao ponto de apontá-lo como exemplo à mocidade militar.”¹⁵⁰

A três dias da posse a situação torna-se alarmante. Enquanto era pedida a prisão preventiva de Negrão de Lima, oficiais da “linha dura”, entre eles o coronel Ferdinando, visitam na prisão o coronel Boaventura.

Em editorial, o jornal *O Estado de São Paulo* incita a subversão e a deposição do presidente: “Castelo Branco se obstina-se em colocar-se em face dos acontecimentos atuais numa posição de todo em todo idêntica à que, ante a primeira manifestação concreta do espírito de revolta que então se havia apoderado das Forças Armadas, assumiu há três décadas o sr. Washington Luís”.¹⁵¹

Carlos Lacerda não perde a deixa e afirma que “não posso deixar de sublimar o paradoxo monstruoso que significa o seguinte: a permanência no poder do presidente da Revolução depende da ascensão ao poder de um elemento da podridão”.¹⁵²

Mas a posse foi consumada e os radicais das Forças Armadas admitiram a necessidade da trégua, um adiamento da luta, já que vislumbravam na provável candidatura presidencial do ministro da Guerra Costa e Silva a condição necessária para levar adiante o processo “revolucionário”.

Adhemar e a busca de uma nova base política

No dia 20 de novembro de 1965, o governo editou o Ato Complementar nº 4, estabelecendo normas para a criação das novas

¹⁵⁰ CASTELLO BRANCO, Carlos - *op. cit.*, pág.375.

¹⁵¹ *O Estado de São Paulo* de 2 de dezembro de 1965.

¹⁵² *Folha de São Paulo* de 4 de dezembro de 1965.

agregações políticas. Determinava o ato que os novos partidos deveriam constituir-se de pelo menos 20 senadores e 120 deputados federais. Começava aí a última batalha de Adhemar de Barros com o novo regime.

A extinção dos velhos partidos foi um duro golpe em Adhemar, afinal o PSP, pela forma em que foi constituído, era um partido que atendia principalmente os desígnios de seu criador. Praticamente sólido apenas em São Paulo, o PSP vivia de Adhemar e de sua eventual conquista de posições em cargos públicos. Para Adhemar, o PSP significava o veículo último para suas ambições políticas.

Entretanto, a extinção do PSP, no primeiro momento, foi bem assimilada, dado que tudo indicava que a liderança da seção estadual da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) seria ocupada por Adhemar. Afinal, era ele a liderança política mais expressiva do Estado, com a vantagem de ser, nas palavras do titular do Ministério da Justiça, Juraci Magalhães, o “esteio da Revolução” em São Paulo.

A formação das seções estaduais da ARENA tinha algumas importantes implicações. Segundo o estabelecido pelo AI-2, seria a eleição presidencial efetuada através do voto indireto, do voto dos parlamentares federais. Diante desse fato, os possíveis candidatos presidenciais teriam interesse em se articular com lideranças que pudessem conquistar hegemonia nas seções estaduais, e dessa forma influenciar os votos das bancadas no colégio eleitoral. É dentro desse raciocínio que se deve entender o apoio de Juraci Magalhães para que Adhemar chefiasse a ARENA paulista.

Por outro lado, para os políticos a busca de uma boa posição nos diretórios estaduais era uma questão de sobrevivência, pois só assim poderiam ter controle na formação das chapas para as eleições legislativas marcadas para outubro de 1966. Para os grupos políticos uma posição dominante no diretório estadual possibilitaria encaminhar uma candidatura favorável ao governo estadual.

Logo a 2 de dezembro, Adhemar nomeia seu secretário da Agricultura, Arnaldo Cerdeira, seu representante no comitê provisório da ARENA paulista. Surgem nesse momento as primeiras vozes discordantes da preeminência de Adhemar no partido, partindo das correntes oposicionistas, principalmente de ex-udenistas.

O governador tenta contemporizar, sem deixar de lado sua proverbial mordacidade: “quanto a junção do adhemarismo com próceres da extinta UDN, isso não trará nenhuma novidade para mim, pois fui um dos fundadores da UDN e um dos financiadores da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à presidência, entrando naquela época com 5 mil contos. Fui também o primeiro a levar um coice da UDN...”.¹⁵³

Mas as resistências a Adhemar tinham origem também no Planalto. Herbet Levy, ex-udenista e um dos homens de Lacerda em São Paulo, se avista com o presidente Castelo Branco e volta a São Paulo declarando-se, enigmaticamente, satisfeito com o encontro.

Em 17 de dezembro desembarca em São Paulo o senador Felinto Müller. Müller fazia parte do *petit comité*, como era chamado pela imprensa os encarregados pelo presidente em coordenar junto aos Estados a formação da ARENA. Faziam parte também Juraci Magalhães, Cordeiro de Farias, Pedro Aleixo. A postura do senador em São Paulo, encontrando-se apenas com correntes oposicionistas a Adhemar, provoca desconforto. Cerdeira abre fogo, acusando o enviado do Planalto de tentar minar a posição dos ex-pessepistas na nova agremiação.

A oposição se mostra mais ágil e a 22 de dezembro estrutura o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) paulista. A presidência coube a Lino de Matos, parlamentar ligado ao ex-presidente Jânio Quadros. Adeptos do ex-governador Carvalho Pinto ingressam na legenda.

¹⁵³ Idem, 5 de dezembro de 1965.

Essa formatação do MDB incomodou os estrategistas do Planalto, pois viram na adesão dos grupos políticos dos dois maiores líderes paulistas um perigo para o futuro político da agremiação do regime em São Paulo¹⁵⁴. As atenções do Planalto se voltaram redobradas para a formação da ARENA, com o claro sentido de barrar o controle de Adhemar na agremiação.

A estratégia de Castelo Branco centrou-se na cooptação do representante do governador, Arnaldo Cerdeira. O que não foi difícil, já que o secretário da Agricultura de Adhemar começara sua carreira política na UDN paulista.

Na véspera de Natal aparece na imprensa rumores de estremecimento de Arnaldo Cerdeira com o governador. Os auxiliares íntimos de Adhemar expõem o temor de que Castelo Branco usaria os serviços de Cerdeira para bloquear a influência do governador na nova agremiação.¹⁵⁵

Em 29 de dezembro os ataques sobem de tom. A velha-guarda adhemarista, composta por Cantídio Sobrinho, Paulo Lauro, Mario Beni e Carvalho Sobrinho desfecha duro ataque contra Cerdeira, lembrando inclusive seu passado udenista.¹⁵⁶

O governador sai em público para ordenar que cessem as articulações em torno da formação da ARENA paulista, no aguardo de modificações nos dispositivos do Ato Complementar nº 4. Esperava Adhemar que a retificação de aspectos do AC-4 contemplaria a regulamentação das sublegendas,

¹⁵⁴ É bom ressaltar que Jânio Quadros estava impedido pelo “Estatuto dos Cassados” de participar da nova agremiação. Já Carvalho Pinto, apesar de convidado a entrar no partido do governo (fora convidado pelo ministro da Justiça), preferiu não optar por nenhuma das duas agremiações.

¹⁵⁵ *Folha de São Paulo* de 24 de dezembro de 1965.

¹⁵⁶ *Idem*, 29 de dezembro de 1965.

indispensável para a sua segurança política, tendo em vista sua situação numa ARENA majoritariamente hostil.¹⁵⁷

No começo de 1966, o lançamento intempestivo da candidatura do ministro da Guerra Costa e Silva à presidência tumultua o cenário político. Adhemar se aproveitar e tenta fortalecer sua posição. Declarando-se ainda candidato a presidente (apesar de ser óbvio a impossibilidade de uma candidatura presidencial civil), o governador apoia a pretensão do ministro da Guerra, mas lembra que o general Amaury Kruel, comandante do II Exército, “para nós paulistas, seria a melhor solução, pois trata de um militar digno e competente”.¹⁵⁸

Nesse íterim, diante do impasse em São Paulo, Castelo Branco reage e constitui um grupo de cinco nomes para coordenar, segundo seus ditames, a formação da ARENA paulista. Os nomes escolhidos representam as antigas agremiações paulistas. Assim, do PSP o escolhido foi Cerdeira, da UDN Ernesto Pereira Lopes (que na Câmara Federal lidera o ingresso de udenistas paulistas na ARENA), do PSD Antônio Feliciano, João Batista Ramos pelo PTB e Hamilton Prado representando os pequenos partidos.

O presidente propõe um roteiro de trabalho que “reclama a cooperação de todas as correntes políticas, sociais e populares, (...) para que se firme o elevado objetivo de união dos paulistas pela efetivação dos postulados da Revolução. Com esse sadio e patriótico propósito, sem preocupações personalistas e sectárias, esquecidas as divergências que a vida partidária marcou no passado...”.¹⁵⁹

Percebendo o cerco se fechar, Adhemar aproveita-se da inauguração do CEASA paulistano para investir contra o presidente, acusando-o de

¹⁵⁷ Idem, 30 de dezembro de 1965.

¹⁵⁸ Idem, 5 de janeiro de 1965.

¹⁵⁹ Idem, 8 de janeiro de 1965.

manobrar contra a sua pessoa: “No fundo, chegamos à conclusão dolorosa de que fizemos a Revolução contra nós mesmo”.

Em entrevista após a solenidade, posiciona-se a favor das eleições diretas: “São Paulo, pelo seu governador, formula um apelo ao espírito democrático do ilustre presidente Castelo Branco: São Paulo reivindica eleições diretas para todos os escalões.”

Critica o artificialismo do bipartidarismo e defende o pluripartidarismo: “Não estamos interessados em filiação a nenhuma das agremiações criadas, ARENA ou MDB, - *Non ducor, duco*, nós guiamos, não somos guiados por ninguém e por nenhuma agremiação. Além do mais, achamos uma estupidez colocar em tais agremiações grupos antagônicos. Nós vamos mesmo é lutar por duas coisas: a criação do terceiro e quarto partidos e por eleições diretas, que mais se afinam com a índole e o espírito do nosso povo.”

Lança indireta contra o seu ex-secretário Arnaldo Cerdeira ao afirmar não entender que “criaturas que eram antes por mim lideradas queiram agora me liderar”.

Finaliza ao seu estilo, ironizando a agremiação do Planalto e a submissão de seus membros aos ditames de Castelo Branco: “A ARENA é infeliz até no nome, pois os leões são todos de chácara”.¹⁶⁰

O discurso significou o rompimento de Adhemar de Barros com o governo Castelo Branco.

O Planalto reagiu com lógica militar. Chamou de São Domingos o coronel Meira Matos, que foi a São Paulo conferenciar com Arnaldo Cerdeira. Especulou-se pela imprensa que a paciência de Castelo Branco havia se esgotado com Adhemar e, como consequência, retiraria a proteção ao

¹⁶⁰ Idem, 26 de janeiro de 1966.

governador. Era corrente a versão segundo a qual a “Revolução esqueceria o passado, e o governador corrigiria o futuro”.¹⁶¹

A mudança do tom do governo em relação a Adhemar coincidiu com a substituição de Juraci Magalhães pelo gaúcho Mem de Sá no Ministério da Justiça. No começo de fevereiro, o Tribunal da Justiça de São Paulo envia para a Assembléia Legislativa antigo processo contra o governador envolvendo compras ilícitas de barcaças. A Casa Civil dos Campos Elíseos define o processo como um verdadeiro “cadáver jurídico”.¹⁶²

A 8 de fevereiro manchete da *Folha de São Paulo* afirmava que o governo federal teria um esquema contra Adhemar. O propalado esquema consistia na destituição do comandante do II Exército Amaury Kruel, reputado como aliado de Adhemar de Barros, e sua substituição pelo general Aurélio Lira Tavares.

Acuado, o governador articula uma saída honrosa, se oferecendo para disputar uma cadeira do Senado pelo legenda da ARENA e renunciando ao cargo em favor do vice-governador Laudo Natel. Afinal, “era hora de importar mil toneladas de prudência mineira. Continuo na muda. A situação é gravíssima e não é momento de falar”.¹⁶³

A manobra aparentemente não deu certo, pois no mesmo dia em que Castelo Branco nomeava ministro da Indústria e Comércio o adversário político de Adhemar Paulo Egídio Martins, o governador declarava que “do governo de São Paulo só saio pelas minhas pernas ou carregado num caixão.”¹⁶⁴

¹⁶¹ Idem, 29 de janeiro de 1966.

¹⁶² Idem, 4 de fevereiro de 1966.

¹⁶³ Idem, 10 de fevereiro de 1966.

¹⁶⁴ *O Estado de São Paulo* de 11 de fevereiro de 1966.

Em viagem a São Paulo, o ministro da Justiça Mem de Sá faz declaração sobre o afastamento político da órbita do Planalto dos três líderes civis da Revolução, Adhemar de Barros, Carlos Lacerda e Magalhães Pinto: “É da história que, derrubado o inimigo comum, advém os conflitos entre os amigos, e é a isto que estamos assistindo. Aliás, com profundo pesar. É verdade que a Revolução estaria mais forte se os três ainda estivessem apoiando o movimento de 31 de março”.¹⁶⁵

Vaza pela imprensa que a área econômica e a Casa Militar enviaram ao presidente pedido de cassação do governador paulista. O pedido da área econômica fundamentou-se na assertiva de que “num litígio prolongado entre Estado e União, esta sofreria graves prejuízos”. A área militar do Planalto, por sua vez, recomendava uma intervenção rápida no Estado¹⁶⁶. Diante desse cerco, o governador se lamuriou, afirmando: “Não tenho sorte. Não vou fazer mais nenhuma revolução. Chega a de 31 de março, que para mim já é de 1º de abril, um grande 1º de abril”.

A atenção se voltou para a eleição da mesa da Assembléia Legislativa de São Paulo. A ARENA, com uma folgada maioria, esperava vencer com facilidade. Não foi o que aconteceu. O deputado Francisco Campos, não afinado com o governo federal, foi reeleito com os votos do MDB, antigos partidário de Jânio Quadros e do prefeito paulistano Faria Lima e correligionários de Adhemar de Barros.

Arnaldo Cerdeira, inconformado, assim resumiu a derrota: “Foi uma demonstração inequívoca que os srs. Jânio Quadros, Faria Lima, Carvalho Pinto e Adhemar de Barros se reencontraram, dando-se as mãos para destruir o regime político que pretende conte-los fora da demagogia e dos

¹⁶⁵ *Folha de São Paulo* de 16 de fevereiro de 1966.

¹⁶⁶ *Idem*, 11 de março de 1966.

processo irregulares que cada um sempre exerceu na prática de suas campanhas”.¹⁶⁷

Já a reação do jornal *O Estado de São Paulo* foi ainda mais irada. Em editorial do dia 15 de março, detona: “Se quisermos permanecer em plena objetividade, seremos impelidos a reconhecer que, em matéria de amoralismo político, o governo do sr. Marechal Castelo Branco ultrapassou longamente o do sr. Jango Goulart (...) Desse conjunto de circunstâncias não podia resultar senão o que s. exa. preparou, isto é, o mais homogêneo grupo de corruptos a presidir à Casa que faz as vezes de Legislativo paulista”.

No dia 13 de março, Adhemar lança manifesto pedindo apoio para uma “nova jornada”. Acusa o presidente de em vez de se conter nos limites de um governo transitório, “torna-se o presidente de uma pequena facção política”. Aponta os perigo que corre a candidatura Costa e Silva, insinuando que teria o mesmo destino da de Carlos Lacerda. Mostra-se fortalecido ao afirmar que contava com o apoio da classe trabalhadora, classes empresariais e grupos políticos paulistas.

O general Amaury Kruel foi chamado a Brasília para entrevistar-se com a cúpula palaciana. Surgem rumores que Kruel fora instado a tornar-se interventor em São Paulo e que não aceitou o pedido. A crise alcança a Câmara Federal, onde o líder do MDB, deputado Viera de Melo, previa dias dramáticos e de desordem.

O desafio do governador paulista correspondia a uma estratégia que visava explorar uma conjuntura política particularmente difícil para o Planalto. A candidatura de Costa e Silva havia renovado as ambições da “linha dura”, arrefecidas desde a posse dos governadores no ano anterior. Era sabido que o presidente e seus principais auxiliares, principalmente Ernesto Geisel e o chefe do Serviço Nacional de Informações Golbery do Couto e Silva, não concordavam com a candidatura do ministro da Guerra. Os militares radicais

¹⁶⁷ *O Estado de São Paulo* de 14 de março de 1966.

encamparam a candidatura de Costa e Silva como se fosse uma revanche da luta perdida no final de 1965. Para desespero de Castelo Branco, comentava-se que na crise de outubro ele só permaneceu no poder pela ação apaziguadora de seu ministro da Guerra. O presidente tenta enquadrar a candidatura do ministro e lança um documento tentando disciplinar a corrida eleitoral. O trecho inicial do documento, intitulado *Aspectos da Sucessão Presidencial*, lança luzes sobre as dificuldades políticas do grupo palaciano em contornar as resistências civil e militar:

“Alguns elementos radicais do Exército - uns se dizem da Linha Dura, outros dispostos à ditadura, alguns vinculados a setores políticos inconformados - desejam precipitar as operações da sucessão, mesmo com a divisão das Forças Armadas. Em meio desse ânimo, elementos entusiásticos da candidatura Costa e Silva propugnam, por conta própria, a sua intempestiva adoção. Vê-se, então: um lançamento desordenado, pois antes da formação e fora da ARENA; não considerar a existência de responsáveis pela política nacional, inclusive o Presidente da República; incursão nos meios da oposição em busca de adeptos; apresentação de aspectos de oposição ao Governo; agitar os meios militares para formação de pressão, crescente e triunfante; etc. Já houve mesmo a previsão incrível de o ministro da Guerra permanecer na pasta com atos, posição e destino contrários ao Presidente da República”.

Em outra parte do documento, Castelo Branco investe contra aqueles que criticam seus auxiliares militares. Afinal, adeptos de Costa e Silva detectavam nesse setor as maiores resistências à candidatura do ministro:

“É lamentável que oficiais, na propaganda precipitada da candidatura Costa e Silva, assoalhem mentiras de humilhação do Presidente face a atitudes dominadoras do ministro da Guerra, desfigurem a lealdade do Chefe do Exército como um favor ao Chefe da Nação, criem a chantagem de que já houve um levante na guarnição do Rio, justifiquem grosseiramente a precipitação com a desculpa perversa de continuísmo do Presidente, procurem amesquinhar as ações corajosas e leais do ministro Juraci

Magalhães, lancem dentro do Exército a desconfiança sobre o ministro Cordeiro de Faria, atribuam maldosamente intrigas ao correto e irrepreensível trabalho do SNI, espalhem mentirosas notícias sobre a conduta honrada do Gabinete Militar da Presidência, etc. Tudo para enfraquecer o Presidente na tentativa de robustecer o candidato com inverdades e agravos, pretendendo apresentá-lo como tutor do país. É profundamente lamentável.”¹⁶⁸

O documento continua expondo uma série de condutas que deveria ser seguida pelos candidatos potenciais, inclusive obter apoio político da ARENA, como se o presidente e o partido governista tivessem, naquela altura dos acontecimentos, forças necessárias para barrar a assunção do ministro da Guerra.

Na dificuldade do grupo palaciano em assimilar a candidatura de Costa e Silva, Adhemar aproveita-se e tenta se aproximar do ministro da Guerra. Relato de diálogo mantido entre o presidente e o ministro, transcrito por Luís Viana Filho, é esclarecedor sobre esse ponto, além de demonstram o grau de tensão existente entre os dois militares. Na conversa, ocorrida no começo de abril, Costa e Silva relata a investida de Adhemar de Barros. O governador paulista propunha ao ministro da Guerra apoio à sua candidatura em troca de sua manutenção no governo de São Paulo. Costa e Silva pergunta a Castelo Branco como agir. Esse responde: “Não cogito de intervir em São Paulo, mas se Adhemar tentar qualquer movimento, eu o farei. Que fará você então?”.¹⁶⁹

Outro ponto de tensão militar referia-se a pretensão dos generais Amaury Kruel e Justino Alves Bastos, comandante do poderoso III Exército, de alcançarem o cargo de governador de Estado. A pretensão esbarrava nos dispositivos da lei eleitoral, principalmente o referente ao domicílio eleitoral. Adhemar, habilmente, insuflava a candidatura de Kruel.

¹⁶⁸ In VIANA Fo., Luís - *op. cit.*, pág. 382.

¹⁶⁹ Idem, pág. 387.

Com seu manifesto, Adhemar consegue realmente atingir seu objetivo de se fortalecer. Em São Paulo, forças políticas declaram que estavam unidas contra a intervenção. Auro de Moura Andrade afirma que a posição de Adhemar “reflete a quase totalidade da população paulista”, enquanto o presidente do MDB paulista Lino de Matos declara que “as forças democráticas estão em estado de alerta” contra a intervenção. E o mais importante, comunicado supostamente assinado pela “linha dura” circula no Rio afirmando que “a bandeira levantada pelo governador paulista se identifica com os anseios dos autênticos revolucionários”.¹⁷⁰

Essa aglutinação de apoios levou o governo a recuar em sua tentativa de intervenção, refletindo uma certa insegurança militar em relação ao sucesso da operação. Paralisado, o governo muda de tática: resolve ressuscitar os antigos processos contra o governador e manda seus ministros a São Paulo na tentativa de reconquistar a confiança da opinião pública, principalmente de setores empresariais, visando o isolamento do governador.

O governo usa como ponta de lança de sua estratégia o ministro da Indústria e Comércio Paulo Egídio Martins. Em São Paulo, o ministro confabula com empresários e abre linhas de financiamento generosas do Banco do Brasil para contornar os problemas de crédito. O ministro da Fazenda Octávio Bulhões leva também sua palavra de rever aspectos recessivos da política econômica.¹⁷¹ O resultado foi o esvaziamento da pretendida “Marcha do Silêncio” (organizada pelos adhemaristas), marcada para o dia 19 de março, que tentaria capitalizar politicamente a famosa “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que marcou o estertor do governo Goulart.

¹⁷⁰ In *Folha de São Paulo* de 16 de março de 1966.

¹⁷¹ *O Estado de São Paulo* de 18 de março de 1966.

A atuação ágil do governo junto aos empresários recebeu essa análise do deputado federal Doutel de Andrade, vice-líder do MDB: “o vitorioso da crise foi o governador Adhemar de Barros, que provou o fracasso da política econômico-financeira, obrigando o governo a aplicar em menos de uma semana mais de 50 bilhões de cruzeiros no socorro à indústria e ao comércio de São Paulo, com o que abriu precedentes para os empresários dos demais Estados também reclamarem igual tratamento”.¹⁷²

Enquanto em editorial a *Folha de São Paulo* advertia o governo federal sobre os perigos políticos suscitados pela recessão: “É indispensável que o governo federal, atento as implicações da crise financeira que apresenta grave - implicações nas indústrias e no comércio assim como na vida de cada família, de cada trabalhador - rapidamente acione os seus recursos técnicos, de toda a ordem, para dissipar a tormenta que se avoluma e que poderá ser - força é dizê-lo - muito maior do que a instabilidade financeira”.¹⁷³

Sucessão estadual e cassação

Adhemar de Barros, ainda no começo de abril, não havia entrado na ARENA, mas a maioria dos seus correligionários, acatando sua decisão, encontravam-se na agremiação governista.

Aproveitando-se de seu fortalecimento, o governador paulista e seu grupo político precipitam a questão sucessória. Pretendiam convocar logo a Convenção Estadual para a escolha do candidato a presidente e a governador.¹⁷⁴

¹⁷² In *Folha de São Paulo* de 20 de março de 1966.

¹⁷³ Idem, 24 de março de 1966.

¹⁷⁴ *O Estado de São Paulo* de 6 de abril de 1966.

O presidente da ARENA paulista Arnaldo Cerdeira se posiciona contra a convocação, afirmando em entrevista que antes de se proceder a Convenção seria primeiro necessário a formação dos diretórios municipais. Diante das forças do ex-pessepismo no interior, era uma jogada arriscada de Cerdeira. Era extremamente difícil formar diretórios municipais sem a participação de adhemaristas, ainda mais com Adhemar na cadeira de governador. O dilema da direção da ARENA paulista foi bem explicitado pelo colunista político Carlos Castello Branco: “não se sabe como irá proceder a comissão diretora estadual, a não ser que enfrente o risco de ter dirigentes municipais sem controle das bases estaduais”.¹⁷⁵

Ainda estava bem recente a retumbante derrota da direção arenista quando da eleição do presidente da Assembleia Legislativa, que servira como advertência do que poderia acontecer na eleição de governador. Naquela ocasião, a direção levou ao presidente da República análise da derrota expondo sua apreensão quanto ao futuro da “revolução” em São Paulo. Assinavam o documento Arnaldo Cerdeira, Batista Ramos, Antônio Feliciano, Hamilton Prado e Pereira Lopes: “A eleição da Mesa equivale em seus resultados a uma prévia e vale para identificar os interesses que se reúnem em torno de uma provável composição entre MDB e outras forças atuantes em São Paulo através da minoria da ARENA (referência provavelmente aos adhemaristas) para eleger o futuro governador do Estado”.¹⁷⁶

Enquanto isso, o governador articulava a sua entrada no MDB. O presidente da legenda em São Paulo, Lino de Matos, chega a declarar seu apoio à adesão do governador. No dia 26 de abril Adhemar anuncia formalmente seu engajamento na legenda emedebista. As reações contrárias foram tantas, principalmente dos setores janistas e trabalhistas, que dias

¹⁷⁵ CASTELLO BRANCO, Carlos - *op. cit.*, pág. 463.

¹⁷⁶ In VIANA Fo., Luís - *op. cit.*, pág. 412.

depois Adhemar volta atrás e anuncia desistência de se filiar a qualquer um dos partidos. Afirmar que pretende apenas conduzir “da melhor forma possível” a sua sucessão.¹⁷⁷

No começo de maio a executiva estadual da ARENA encontra-se com Castelo Branco. O presidente pede indicação de nomes ao governo paulista, que deveriam ter as seguintes características: identificação com a “revolução”; ser filiado à ARENA, capacidade de aglutinação política e compromisso de engajar-se na campanha de renovação do Legislativo. A imprensa especula cinco nomes: Paulo Egídio Martins, Carvalho Pinto, Gastão Vidigal, Laudo Natel, Hebert. Levy e Abreu Sodré.¹⁷⁸

O depoimento de Abreu Sodré do encontro é bastante elucidativo para avaliar o grau de autonomia dos políticos na conjuntura e a subserviência de Sodré (que no final seria o escolhido) ao presidente:

“Entramos no salão do 1º andar do Palácio das Laranjeiras e aguardamos o Presidente. Minutos depois entrava o Presidente, com sua costumeira postura de soldado e gestos cerimoniais, mas carregando sempre a fisionomia afável. Deu a cada um de nós uma palavra de atenção e convidou-nos a sentar. Queria inicialmente declarar a sua profunda admiração pelo povo paulista e o respeito que devotava aos seus correligionários de São Paulo. Informou que pretendia evitar o critério de escolha ou mesmo chegar ao extremo de escolher um candidato à sucessão do sr. Adhemar de Barros; que não desejava fazê-lo, por respeito a São Paulo, Estado que não podia sofrer uma interferência externa que o diminuísse, mesmo com o apoio em justificativas revolucionárias. Considerava os correligionários da ARENA capacitados para, com ele, encontrar um critério que atendesse os interesses da Revolução, de São Paulo e das bases partidárias e, assim, não cometer um ato de violentação

¹⁷⁷ In *Folha de São Paulo* de 28 de abril de 1966.

¹⁷⁸ Idem, 5 de maio de 1966.

aos princípios democráticos. Ao ouvir essas palavras, houve um alívio para todos e a figura do Presidente, à minha frente, agigantou-se.”¹⁷⁹

A 12 de maio o presidente recebe a lista dos candidatos. Eram elencados os nomes de Paulo Egídio, Meira Matos, Hebert Levy, Abreu Sodré e Gastão Vidigal. O documento trazia também as aflições da direção arenista diante “dos perigos e dificuldades que se deveriam vencer, uma vez que das três lideranças populares do Estado - Carvalho Pinto, Jânio Quadros e Adhemar de Barros - nenhuma se integrava na área revolucionária.” Temia-se “o poder de pressão do governador do Estado e o fabuloso poder de corrupção do governador Adhemar de Barros.” Instilava-se o presidente a agir com “firmeza” - um eufemismo, pois o que se propunha veladamente era a cassação do governador - para que São Paulo pudesse ter um “governo revolucionário autêntico”.¹⁸⁰

A batalha se desloca para a consulta dos membros do Diretório Estadual. Adhemar pressiona para que o escolhido fosse Gastão Vidigal, político e empresário de sua relações. Parte de seus adeptos se revolta e escolhe Abreu Sodré (vale recordar que Sodré fora o último presidente da seção paulista da UDN e era extremamente ligado a Carlos Lacerda).

Com o fracasso de sua manobra, Adhemar renova os ataque ao governo federal, afirmando que vai retomar “a epopéia de 32”, pois “não se pode constituir novidade para ninguém que jamais poderíamos nos submeter a esse regime espúrio que nos querem impingir. (...) Onde estão os tenentes de ontem?”¹⁸¹

Em solenidade comemorativa ao dia do Soldado Constitucionalista, critica duramente a política econômica do governo, apontando a contradição entre o discurso de contenção da inflação e o recorde de emissão de moeda.

¹⁷⁹ In VIANA Fo., Luís - *op. cit.*, pág. 412.

¹⁸⁰ Idem, pág. 413.

¹⁸¹ In *Folha de São Paulo* de 19 de maio de 1966.

Aponta como nefastas as medidas de retenção de depósitos bancários, que asfixiam o crédito. Termina por lançar um terceiro partido, para fugir da camisa de força do bipartidarismo, e campanha pelas eleições diretas.¹⁸²

Afigura-se a Adhemar que a única chance de continuar no jogo político era se contrapor as determinações do Planalto. Começa a agir em duas frentes. Na econômica, desenvolve política de crédito agressiva, concedendo empréstimos através do Banco do Estado de São Paulo (BANESPA) e, na busca de recursos, promove maciça emissão de títulos da Dívida Pública em condições inaceitáveis pela equipe econômica.

Na política, inicia articulação para derrotar a candidatura de Abreu Sodré. Entende-se com elementos do MDB em torno do lançamento da candidatura do prefeito da capital, Faria Lima. Seria impossível a vitória de Sodré diante dessa articulação.

Paralelamente, utiliza-se da caneta de governador para nomear milhares de pessoas para o funcionalismo. Para se ter uma idéia do prodígio, os jornais noticiam que em 31 de maio foram nomeadas 2.560 pessoas, enquanto no dia seguinte o Diário Oficial do Estado trazia o nome de 3.163 novos funcionários.¹⁸³

Desafiado, Castelo Branco reage e declara que não tolerará articulação contra a candidatura Sodré. Convoca o Conselho de Segurança Nacional para oficialmente investigar as nomeações do governador, mas com claro intuito de iniciar os procedimentos visando a cassação de Adhemar.¹⁸⁴

Segundo Viana Filho, Castelo reúne-se em 4 de junho com seus principais assessores para analisar o caso paulista. Participam da reunião os generais Geisel e Golbery, os ministros Bulhões, Mem de Sá e Pedro Aleixo

¹⁸² Idem, 24 de maio de 1966.

¹⁸³ *Folha de São Paulo* dos dias 1 e 2 de junho de 1966.

¹⁸⁴ *O Estado de São Paulo* de 4 de junho de 1966.

(Educação). Surge proposta de cassar mandatos na Assembléia Legislativa para estancar a articulação adhemarista. A proposta é abandonada pelo fato de poder criar suscetibilidade entre os grupos políticos de São Paulo. Castelo define-se pela cassação do governador.¹⁸⁵

Mas para proceder o afastamento de Adhemar o governo federal deveria agir com certa cautela. Havia até o receio de que a cassação fizesse ressurgir o clima que determinou o levante em 1932. Outra grande incógnita era a posição do general Amaury Kruel, tido como aliado eventual do governador.

Castelo Branco indaga a Roberto Campos sobre as possíveis implicações econômicas e financeiras que o ato discricionário poderia causar. Campos afirma que não haveria grandes problemas no setor, tendo em vista a figura polêmica do governador em assuntos dessa ordem. Acrescentou ainda que “Adhemar é um político clientesco e não ideológico. Estes, como Brizola, são perigosos porque podem despertar lealdades fanáticas. Aqueles aglutinam interesses temporários. Face à perspectiva de luta, o cliente do político clientesco não derrama sangue por teses ou idéias. Busca logo um novo *patrão*”.¹⁸⁶

São convocados pelo presidente o vice-governador Laudo Natel e o general Amaury Kruel. Ao primeiro, Castelo informa sua decisão e indica três homens chaves para a administração: general Fragoso, para a Secretaria de Segurança Pública, coronel João Batista Figueiredo, para o comando da Polícia Militar e Delfim Neto, para a Secretaria da Fazenda. Ao segundo, entrega o ato de cassação e ordena que o cumpra. Kruel acata e retorna a São Paulo.

Em São Paulo, Adhemar é informado da medida e abandona o Palácio dos Campos Elíseos rumo ao Rio. Na Guanabara profere forte

¹⁸⁵ In VIANA Fo., Luís - *op. cit.*, pág. 414.

¹⁸⁶ Idem, pág. 414.

discurso contra o governo, acusando-o de enveredar para uma ditadura militar. Ameaçado de prisão, embarca para o exílio.

CONCLUSÃO

Adhemar Pereira de Barros tinha a profunda convicção de que sua figura política sairia fortalecida com o golpe de abril de 1964. No terreno eleitoral, muito de seus principais adversários, populistas como ele mas com coloração esquerdista, haviam sido afastados do cenário político vítimas do processo repressivo do novo regime.

No horizonte eleitoral presidencial sobraram apenas a sua candidatura, a de Carlos Lacerda e a de Magalhães Pinto. Mas logo começou a ficar claro que a intervenção militar não ficaria restrita aos limites das outras anteriores. Lacerda foi o primeiro a dar o grito, quando da prorrogação do mandato do presidente Castelo Branco.

Em São Paulo, Adhemar de Barros incorporou o descontentamento dos setores empresariais paulistas com a política econômica-financeira recessiva do governo. Falências, concordatas e desemprego bateram recordes em São Paulo.

Por outro lado, era evidente cada vez mais a impossibilidade de um político populista se manter à tona diante do processo irresistível da “revolução”. O passado condenava e as pequenas brechas para manobras num ambiente hostil eram fechadas com a perda de recursos políticos, como verbas, nomeações, manejo de orçamentos, obtenção de recursos externos, provocada pelo processo de centralização de decisões políticas e econômicas no governo federal. Não foi coincidência que um dos motivos da cassação de Adhemar encontra-se em sua tentativa de driblar a política de contenção de crédito empreendida pela equipe econômica emitindo títulos estaduais e concedendo empréstimos.

Outra questão importante foi a tentativa de disciplinar o mundo político empreendida pela ditadura. A extinção dos partidos políticos apontava a intenção de afastar definitivamente lideranças que pelo seu feitio guardavam ainda sinais de independência. A dificuldade imposta a Adhemar em entrar

na ARENA paulista demonstra essa assertiva. A “revolução” aceitava um convívio com os remanescentes políticos, desde de que eles seguissem as determinações do Planalto. Não foi o caso de Adhemar.

E os militares, ao proceder a tomada do poder, não estavam dispostos a aceitar ingerências políticas que desviassem o Estado dos rumos por eles estabelecidos: desenvolvimento com segurança.¹⁸⁷

Como diz Octavio Ianni, caberia às lideranças políticas formular e por em prática um novo tipo de liderança, pois a “luta contra as experiências e heranças da democracia populista - particularmente o nacionalismo e a esquerda - exigem novas definições; em particular, porque os líderes do golpe não têm ‘carisma’ nem penetração popular. Entretanto, como os motivos ‘revolucionários’ são bastante ‘racionais’, insistem na negação das lideranças carismáticas e demagógicas”.¹⁸⁸

Na análise fria do editorialista do *O Estado de São Paulo*, “as lideranças carismáticas terminaram - apesar da simpatia que se pode nutrir pelo quixotismo liberal-democrático mesclado de autoritarismo meramente carismático que o antigo governador Carlos Lacerda da Guanabara encarna, a lógica nos diz que ele é o último representante do subdesenvolvimento político brasileiro. Isso se traduz em que o Estado, daqui por diante, tenderá a deixar de ser a escola risonha e franca em que os alunos entravam à hora que bem entendiam, a professora recitava a lição que havia aprendido na véspera festiva e todos passavam de ano e recebiam aumento de salários a cada dezembro. E isso significa, também, que a personalidade dos líderes daqui por diante contará aquele mínimo (sumamente importante, porém)

¹⁸⁷ “A crise do Estado populista também é uma crise global do Estado. E a revolução de 1964 será, de alguma forma, um *golpe para o Estado*, ou seja, uma ruptura institucional que tinha como objetivo reconstituir sobre outras bases a organização estatal reforçando-a.” ROUQUIÉ, Alain, - *op. cit.*, pág. 333 (grifo do autor).

¹⁸⁸ IANNI, Octavio - *op. cit.*, pág. 190.

permitido pelas estruturas, e que será a organização que terá a responsabilidade de gerir os negócios públicos”.¹⁸⁹

Diante desse quadro, a queda de Adhemar de Barros está inscrita na total impossibilidade de uma liderança populista se manter num regime orientado por razões tecnocráticas. Não importava que o discurso de racionalidade dos novos donos do poder não passasse de uma fachada ideológica. O que importava e importou no longo processo que vitimou os políticos populistas foi a construção do argumento de que todas as demandas que partiam de políticos eram discutíveis, por não contemplar as verdadeiras razões de Estado e ser apenas frutos de ambições menores.

¹⁸⁹ FERREIRA, Oliveiros S.- “Fim do Subdesenvolvimento”, *O Estado de São Paulo* - 30 de outubro de 1966.

Explicação Necessária

Causou profunda impressão o fato de o governo federal ter determinado que da alçada de São Paulo passassem à República os dois IPMs que sob a presidência do general Dalysio Mena Barreto vinham correndo nessa Capital com o objetivo de apurar irregularidades ocorridas na CMTC e no comércio do trigo durante a administração do sr. A. de Barros. Tomada no seu sentido estrito, essa medida poderia realmente criar em muita gente a convicção de que as autoridades federais estariam dispostas a abrir uma exceção que de maneira alguma se justificaria. Conhecidas porém, nos seus detalhes, as circunstâncias que levaram o governo da República a dotar esse procedimento, aparentemente desconcertante, verá a opinião pública de São Paulo que não poderia o Exército proceder de outro modo, a menos que quisesse ferir um compromisso de honra assumido nos primórdios da conspiração pelos seus iniciadores.

Assim que principiaram os encontros entre oficiais e civis, com o fim de organizar a resistência ao movimento subversivo comuno-nacionalista, então em preparo e, em seguida, estudar e debater os planos militares a pôr em prática no momento propício, ficou logo claramente estabelecido que, se não pudéssemos contar com as unidades do II Exército e os elementos da Força Pública de São Paulo, dificilmente conseguiria o Brasil evitar a implantação em seu território de um regime idêntico ao de Cuba. A luta que se esboçava era das mais ásperas e parecia apresentar-se em duas fases bem distintas. A primeira caracterizar-se-ia, segundo todas as probabilidades, pela ofensiva de um adversário cuja meta confessada era a República Sindicalista sr. João Goulart. Ora, dada a precariedade das forças com que podia contar o setor democrático, tornava-se evidente que seria uma base extremamente sólida e apta a resistir aos impactos iniciais do inimigo, a

vitória caberia fatalmente a este. E essa base não poderia ser senão o Estado e isso mesmo se todas as correntes de opinião nele existentes se dispusessem às transigências necessárias ao estabelecimento de uma frente comum, capaz de tornar São Paulo invulnerável a qualquer ataque do adversário.

Vencida essa etapa e embora estivéssemos convictos de que o embate militar entre as forças democráticas e as comuno-nacionalistas duraria pelo menos três ou quatro meses, tínhamos a quase certeza de que acabaríamos por levar a melhor. Tão compenetrados todos nos achávamos da necessidade imprescindível de consentir os maiores sacrifícios para livrar o Brasil de uma bolchevização certa, que aceitamos sem vacilar a idéia de um entendimento tácito com o próprio governo do sr. A. de Barros. Aliás, para que subsistisse a menor dúvida quanto à nossa disposição, fomos ao ponto de publicar neste mesmo local, a certa altura, uma nota em que declarávamos cessar qualquer crítica à atuação do ocupante dos Campos Elíseos enquanto perdurasse a luta em defesa do regime constitucional. E isso para que pudéssemos contar incondicionalmente com a participação da Força Pública no plano traçado pelos chefes militares da conspiração. Foi conscientemente que tomamos essa grave decisão, sabendo perfeitamente que a adesão do governador do Estado ao referido plano implicava da nossa parte o compromisso - caso viéssemos a vencer na luta já iniciada - de não exigirmos aos chefes do poder que eventualmente se estabelecesse a mudança do chefe do Executivo paulista.

Ninguém desconhece que era idéia dos conspiradores procederem uma vez obtida a vitória, a uma limpeza geral em toda a República. Entretanto, dentro da lógica das coisas, isso obrigaria fatalmente a Justiça a levar avante uma devassa no passado administrativo deste Estado. O que está acontecendo foi, assim, previsto; não tínhamos dúvidas que o futuro governo experimentaria dificuldade para justificar a abertura de exceção que beneficiaria precisamente a administração pública mais afetada pelo estado geral de corrupção em que de 30 para cá passou a viver o País. Diante,

assim, da certeza de que sem a almejada união não se poderia jamais enfrentar a ameaça mortal que pairava sobre a Nação, aqueles que haviam chamados para si - e entre eles nos incluímos desde a primeira hora - a tarefa de defender a democracia, não hesitaram. Foi aceita praticamente sem discussão a decisão que os acontecimentos estavam a impor. Desse ponto de vista participaram por exemplo, os generais Cordeiro de Farias, Nelson de Mello, Ivanhõe, Agostinho Cortes, Gorreta e grande número de oficiais de unidades do II Exército. Enfrentávamos uma situação muito semelhante àquela em que se acharam Roosevelt e Churchill quando decidiram estender a mão a Rússia de Stalin em 1941. O mal maior, que seria a queda das instituições e a conseqüente introdução do regime do paredón em nossa terra, não nos consentia hesitações. Era preciso evitá-lo custasse o que custasse. E foi o que fizemos. Cabe apenas acrescentar que da importante decisão tomada participaram mais tarde aqueles chefes, como os srs. Marechal Castelo Branco e general Costa e Silva, que hoje se encontram à frente do governo revolucionário.

Ficam assim esclarecidos os motivos que levaram as autoridades federais a tomar uma atitude aparentemente indefensável, na medida em que fere na sua essência a moral pública. Para alguns, sobretudo para aqueles que não se viram diretamente implicados no movimento que salvou o País de uma situação desesperadora, nada obrigaria os chefes revolucionários a cumprir agora a palavra empenhada. É uma maneira de ver as coisas: mas não é de modo nenhum a nossa. Assumimos, juntamente com os militares a que todos devemos a vitória, um compromisso de honra. A ele não podíamos em caso algum faltar.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Maria Helena Moreira - *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)* - Petrópolis, Vozes, 1984

ANDRADE, Auro de Moura - *Um Congresso Contra o Arbítrio – Diários e Memórias: 1961-1965* - Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982

BANDEIRA, Moniz - *O Governo João Goulart: As Lutas Sociais no Brasil/1961-1964* - Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977

BARROS, Frederico Ozanam Pessoa de (org.) - *Adhemar de Barros Interventor - Discursos* - São Paulo, Plenário Social Progressista, s/d

BARROS, Frederico Ozanam Pessoa de (org.) - *Adhemar de Barros na Assembléia Constituinte e na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo* - São Paulo, Editora Nacional, 1986

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita - *O PTB e o Sindicalismo: Partido e Sindicato em São Paulo* - São Paulo, Brasiliense, 1989

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita - *A UDN e o Udenismo - Ambigüidades do Liberalismo Brasileiro* - Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981

BENI, Mário - *Adhemar* - São Paulo, Grafikor, 1974

BORGES, Mauro - *O Golpe em Goiás* - Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1965

CAMARGO, Aspásia e GÔES, Walder - *Meio Século de Combate: Diálogo com Cordeiro de Farias* - Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981

CAMARGO, Aspásia e outros - *Artes da Política - Diálogo com Ernani do Amaral Peixoto* - Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986

CAMPOS, Edmundo - *Em Busca de Identidade: o Exército e a*

Política na Sociedade Brasileira - Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1976

CARDOSO, Fernando Henrique - *O Modelo Político Brasileiro* - São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972

CARONE, Edgard - *O PCB (1943-1964)* - São Paulo, Difel, 1982

CARVALHO, José Murilo de - "As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador". *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano* - t. III, v. 2 - São Paulo, Difel, 1977, págs. 180-234

CASTELLO BRANCO, Carlos - *Os Militares no Poder* - Castelo Branco - Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977

CASTELLO BRANCO, Carlos - *Introdução à Revolução Brasileira* - Rio de Janeiro, Artenova, 1975

COUTO E SILVA, Golbery do - *Geopolítica do Brasil* - Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1967.

D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso - *Ernesto Geisel* - Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997

D'ARAUJO, Maria Celina e SOARES, Gláucio Ary Dillon - *21 Anos de Regime Militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro, Editora da FUG, 1994

DEBERT, Guita Grin - *Ideologia e Populismo* - São Paulo, T. A. Queiroz Ltda, 1979

DINES, Alberto (org.) - *Os Idos de Março e a Queda de Abril* - Rio de Janeiro, José Alvaro Editor, 1964

DRAIBE, Sônia - *Rumos e Metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960* - Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985

DREIFUSS, René Armand - *1964: A Conquista do Estado, Ação*

Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis - Vozes, 1981.

FERNANDES, Florestan - *A Revolução Burguesa no Brasil* - Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

FERNANDES, Florestan - *Brasil em compasso de Espera* - São Paulo, Hucitec, 1981

FERREIRA, Oliveiros S. - "A Crise de Poder do 'Sistema' e as Eleições Paulistas de 1962", *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 16 (janeiro de 1964)

FERREIRA, Oliveiros S. - *As Forças Armadas e o Desafio da Revolução* - Rio de Janeiro, 1964

FERREIRA, Oliveiros S. - *Vida e Morte do Partido Fardado* - São Paulo, SENAC, 2000

FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub - *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política - 1961/1964* - São Paulo, Paz e Terra, 1993

HAYASHI, Marli G. - *Gênese do Ademarismo*. Tese de Mestrado em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP, 1996

HIPPOLITO, Lúcia - *De Raposas a Reformistas - O PSD e a Experiência Democrática Brasileira (1945-1964)* - Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1985

IANNI, Octavio - *O Colapso do Populismo no Brasil* - Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1971

IANNI, Octavio e outros - *Política e Revolução Social no Brasil* - Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1965

JAGUARIBE, Hélio - "O que é o ademarismo?", *Cadernos do Nosso Tempo*, nº 2, 1954

LABAKI, A. 1961: *A Crise da Renúncia e a Solução Parlamentarista*

- São Paulo, Brasiliense, 1986

LAFER, Celso, *O Processo Político Brasileiro* - São Paulo, Perspectiva, 1975

LIMA Jr., Olavo Brasil de (org.) - *O Balanço do Poder - Formas de dominação e representação* - Rio de Janeiro, IUPERG/Rio Fundo Editora, 1990

MARANHÃO, Ricardo - *O Movimento Operário na Redemocratização: Brasil, 1945 a 1950* - Tese de mestrado, FFLCH-USP, 1978

MARTINS, Carlos Estevam - "Brasil - Estados Unidos dos 50 aos 70 - São Paulo, *Cadernos Cebrap*, nº 9, 1972

MARTINS, Carlos Estevam (org.) - *Estado e Capitalismo no Brasil* - São Paulo, Hucitec-Cebrap, 1977

MONTEIRO, Tobias - *Pesquisa e Depoimentos para a História* - São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1982

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de - *As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil, 1964-1969* - Petrópolis, Editora Vozes, 1976

PEDREIRA, Fernando - *Brasil Político* - São Paulo, Difel, 1975

QUEIROZ, Manoel Virgílio de - *A Elaboração de uma Crise: A inculpação e o alarmismo no golpe contra Goulart* - Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP, 1997

REIS, Fábio Wanderley - *Política e Racionalidade* - Belo Horizonte, Ed. Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1984

ROCHA, Bento Munhoz da - *Radiografia de Novembro* - Rio de Janeiro, 1961

ROUQUIÉ, Alain - *O Estado Militar na América Latina* - São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1984

SAMPAIO, Regina - *Adhemar de Barros e o PSP* - São Paulo, Global, 1982

SANTOS, Wanderley Guilherme - *Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise* - Rio de Janeiro, Vértice, 1986

SCHILLING, Paulo R. - *Como se Coloca a Direita no Poder, Vol. 1 Os Protagonistas* - São Paulo, Global, 1979

SCHILLING, Paulo R. - *Como se Coloca a Direita no Poder, Vol. 2 Os Acontecimentos* - São Paulo, Global, 1981

SCHULZ, John - *O Exército na Política - 1850-1894* - São Paulo, Edusp, 1994

SILVA, Hélio - *1964: Golpe ou Contragolpe* - Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1975

SKIDMORE, Thomas E - *Brasil: de Castelo a Tancredo - 1964-1985* - Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988

SKIDMORE, Thomas E. - *Brasil: de Getúlio a Castelo - 1930-1964* - Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975

SOARES, Gláucio Ary Dillon - *Sociedade e Política no Brasil* - São Paulo, Difel, 1973

SOARES, Gláucio Dillon - "As Bases Ideológicas do Lacerdismo", *Revista Civilização Brasileira*, Ano I, nº 4, Rio de Janeiro, 1965

SOUZA, Maria do Carmo Campello de - *Estado e Partidos Políticos no Brasil: 1930 a 1964* - São Paulo Alfa-Omega, 1976

STACCHINI, José - *Março de 1964: Mobilização da Audácia* - São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1965

STEPAN, Alfred - *Os Militares na Política* - Rio de Janeiro, Editora Artenova S. A., 1975

STEPAN, Alfred - *Os Militares: da Abertura à Nova República* - Rio

de Janeiro, Paz e Terra, 1986

TOLEDO, Caio Navarro (org.) - *Visões Críticas do Golpe: Democracia e reformas no populismo* - Campinas, Editora da UNICAMP, 1997

VIANA Filho, Luís - *O Governo Castelo Branco* - Rio de Janeiro, José Olympio, 1975

VICTOR, Mário - *5 Anos que Abalaram o Brasil* - Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1965

WAINER, Samuel – *Minha Razão de Viver: memórias de um repórter* – Rio de Janeiro, Record, 1988

WEFFORT, Francisco C. - “Raízes Sociais do Populismo em São Paulo”, *Revista Civilização Brasileira*, Ano I, nº 2, Rio de Janeiro, 1965

WEFFORT, Francisco C., “Estado e Massas no Brasil”, *Revista Civilização Brasileira*, nº 7, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, maio de 1966

WEFFORT, Francisco C. - *O Populismo na Política Brasileira* - Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980

GÓES MONTEIRO, Pedro Aurélio de - *A Revolução de 30 e a Finalidade Política do Exército* - Rio de Janeiro, Adersen Editores, 1933

YOUNG, Jordan - *Brasil 1954-1964: Fim de um ciclo civil* - Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1974